saúde. Existe uma grande diferença entre a expectativa de vida da população e da comunidade policial.

De acordo com a Tábua Completa de Mortalidade, publicada pelo IBGE em 2014, a expectativa de vida do brasileiro é de **74,9 ANOS** de idade. Já para o policial brasileiro, **ESSA EXPECTATIVA DE VIDA CAI PARA 54 ANOS DE IDADE**, pois é o que informa o Policial Rodoviário Federal e mestre em Ciências da Saúde Edson Silva, no artigo denominado *Policiamento rodoviário federal: atividade estressante, insalubre, de risco ou todas?*

Provavelmente, isso se deve ao estilo de vida precário associado a aspectos típicos do trabalho (baixa autoestima; depressão; estresse elevado; neurose; horários irregulares de trabalho, descanso e convívio familiar; curtos períodos para as refeições; porte de equipamentos pessoais; plantões noturnos; exposição ao frio, sol, chuva, etc.).

Relembrando a instrutora de treinamento físico da Academia do FBI, Patti Ebling, em seu artigo *Physical fitness in law enforcement: follow the yellow brick road*: "Como profissão, a atividade policial se destaca por ter a maior taxa de doenças cardíacas, diabetes e suicídio entre 149 outras profissões".

Assim, **UM POLICIAL MENTAL E FISICAMENTE BEM CONDICIONADO É UM POLICIAL MELHOR, POIS TRABALHA MELHOR E SE SENTE MELHOR.** Isso reduz as licenças médicas, as lesões decorridas do trabalho, o estresse, a incidência de outras doenças e a morte prematura (por doença ou violência).

O relatório sobre policiais mortos e feridos nos Estados Unidos

A cada ano, inúmeros policiais são agredidos. Destes, muitos são assassinados. Tragicamente, é de se esperar que as agressões e mortes continuem enquanto a polícia for necessária.

> Duas gangues rivais estavam envolvidas numa disputa por território. Um traficante estava se preparando para atirar quando uma viatura (com dois policiais) chegou ao local sem ciência do que estava para ocorrer. Os criminosos decidiram atirar na viatura policial ao invés de atirarem uns nos outros. Durante o incidente, um dos policiais (com 31 anos de idade e 11 anos de experiência) foi atingido por tiros de fuzil e morreu. O crime ocorreu às 23h08. (LAPD, 2004).

Os dados relacionados no próximo capítulo fazem parte do *Uniform Crime Reporting Program (Programa Unificado de Relatórios sobre Crimes)* mantido pelo Federal Bureau of Investigation (FBI).

As organizações policiais americanas que integram o programa notificam a unidade gestora sobre todo policial agredido ou morto no cumprimento do dever, por meio de um formulário denominado *Form 1-701*. As informações sobre as mortes de policiais são divididas em circunstâncias acidentais (normalmente acidentes de trânsito e acidentes aéreos) e intencionais (confrontos com criminosos), valendo para as esferas municipal, estadual e federal, inclusive para policiais americanos agredidos ou assassinados em outros países.

Para inclusão no programa, as informações sobre as mortes e as agressões devem obedecer aos seguintes critérios quanto à vítima policial:

- A morte deve estar diretamente relacionada com os ferimentos adquiridos no incidente.
- Possuir poder de prisão.
- Ser pago com recursos do governo.
- Ter atuado como policial, mesmo estando de folga ou à paisana.
- Usar arma de fogo.
- Usar distintivo.

O programa não inclui agressões e mortes dos seguintes servidores:

- Agentes da condicional.
- Agentes prisionais.
- Juízes.
- Militares.
- Oficiais de justiça.
- Promotores de justiça.

Apesar de essas informações serem tratadas como dados estatísticos, isso não significa que todas as ocorrências potencialmente letais para os policiais devam ser compreendidas como padrões rigorosamente rígidos. Se o policial acredita que todos os confrontos armados seguem um padrão, ele pode negligenciar outras situações perigosas simplesmente porque elas não se enquadram nas estatísticas. Por isso, essas informações devem ser analisadas como uma tendência e não como acontecimentos inflexíveis.

Os dados utilizados aqui se referem aos policiais norte-americanos mortos intencionalmente no cumprimento do dever num período de 20 anos (de 1993 a 2012), e que foram reunidos nos relatórios *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted 2002* e *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted 2012 (Relatórios sobre Policiais Mortos e Agredidos de 2002 e 2012)*, na seção *Crime Statistics (Estatísticas Criminais)*. Em razão da importância desses dados, o FBI os disponibiliza anualmente. Tanto é que as informações de 2013, 2014 e 2015 podem ser acessadas no sítio da instituição.

Certamente, até a publicação deste livro, os dados de 2016 também estarão à disposição. Entretanto os dados dos últimos quatro anos (2013, 2014, 2015 e 2016) não alteraram as informações que serão apresentadas, e, portanto, não foram incluídos.

Os 72 policiais mortos nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 não foram incluídos no relatório de 2002.

Com o objetivo de trazer dados adicionais sobre incidentes envolvendo policiais, também foram incluídos dados estatísticos sobre mortes e ferimentos de policiais no estado da Califórnia (de 1995 a 2004) e de Nova Iorque (de 2010 a 2013).

Desse modo, cada tabela conterá dados relevantes, seguidos de comentários e suposições para as ocorrências. Com a leitura desses dados e hipóteses, o policial poderá estabelecer suas próprias dicas de sobrevivência e comportamento policial. É relevante esclarecer que não há uma norma rígida a ser seguida quanto à aplicação de cada dica, pois isso depende da circunstância particular vivenciada por cada indivíduo e da avaliação sobre qual delas se adapta melhor em cada situação. Além disso, é improvável que as **LIÇÕES APRENDIDAS** possam ser esgotadas neste livro, cabendo ao policial propor comportamentos diferentes (ou melhorados) com base na sua experiência policial e/ou na experiência de outros colegas.

O policial deve avaliar os dados e os comentários e imaginar cada situação de modo que possa realizar seu próprio estudo de caso. Ele também pode determinar outros fatores que tenham contribuído para desfechos tão trágicos; comparar tudo isso com as ocorrências das quais já participou e verificar se seu comportamento poderia tê-lo tornado parte dessas estatísticas.

Considerando que o LEOKA possui 79 anos de existência, pois surgiu em 1937, e tem ao menos 23 anos de divulgação na Internet, era de se esperar alguma mudança significativa nas circunstâncias que, ano após ano, vêm conduzindo milhares de policiais à morte.

Num país onde a segurança pública é assunto da maior seriedade, não há dúvida de que o relatório é fonte de estudos das academias e corporações policiais americanas, visto que é mantida por essas mesmas organizações e diz respeito exclusivamente aos acontecimentos que vitimaram policiais americanos. Essa noção é reforçada, pois o documento também é fonte de análise de alguns instrutores de

cursos de formação policial no Brasil (mas não se pode afirmar que isso tenha algum impacto no modelo atual de formação do policial brasileiro).

Porém é ingênuo acreditar que a coleta, análise e divulgação desses dados resolva a problemática da atividade policial definitivamente. Se fosse assim, a cada edição do relatório haveria uma redução nos índices de mortalidade de policiais não só nos Estados Unidos, mas em todas as organizações policiais que utilizam o documento.

Então o problema não é o relatório e sua publicação. Tão pouco a mortalidade de policiais é culpa exclusiva dos criminosos, já que muito da ação do bandido possui relação com o comportamento global do policial. Nesse sentido, se o delinquente percebe que o policial não possui o controle da situação e que é possível vencê-lo, ele pode reagir. Mas quando o policial domina a ocorrência, o bandido pode simplesmente "sentar" e "esperar" até que algum erro seja cometido. Do mesmo modo, creditar todas as mortes de policiais apenas ao desejo do criminoso é supor que a vida ou a morte ocorre por sorte ou azar. E se fosse assim, as academias de polícia não teriam razão para existir.

Assim, o foco para a reunião e análise desses dados é identificar pontos importantes que possam contribuir para o avanço no comportamento e no treinamento do policial, bem como tornar a vida e o trabalho menos inseguro. Mas cabe ao policial ser humilde para aceitar e reconhecer um erro para estabelecer seu compromisso com um novo comportamento. Um policial que acredita não cometer erros pode ter dificuldade para melhorar.

> Nos aproximamos da lotérica com cautela, pois estava cheia de pessoas. Além disso, havia várias pessoas passando na rua, pois a lotérica fica no centro da capital. Nos posicionamos e esperamos os bandidos saírem para evitar um confronto naquele local. Infelizmente, a metralhadora. falhou (não percutindo a munição). Eu estava há menos de 3 metros do ladrão e no momento só me restou sair da linha de tiro. Se eu ficasse de frente para o bandido, poderia ter levado um tiro no rosto (saí da linha de tiro e **DEI AS COSTAS PARA O LADRÃO, POIS EU ESTAVA DE COLETE E CASO ELE ATIRASSE EM MIM, PROVAVELMENTE SERIA MENOS LETAL**). Em relação à

> bandoleira, o mosquetão quebrou na hora da transição, o que me obrigou a colocá-la no chão logo que o bandido soltou a arma. **NÃO ME ARREPENDO DAS DECISÕES QUE TOMEI** naquele momento para proteger a mim, minha parceira e os clientes. (comentário do policial após intervir num assalto em 2017, grifo meu).

A análise desse estudo pode produzir informações e entendimentos para uma mudança no treinamento e no desenvolvimento de novas metodologias de ensino e técnicas policiais que se encaixem nas necessidades do trabalho policial moderno.

O estudo desses eventos pode capacitar professores e instituições policiais a compreenderem os problemas contemporâneos e as tendências no universo policial. Além disso, esses dados podem validar (ou não) políticas e treinamentos já existentes nas forças policiais brasileiras.

Desse modo, as organizações policiais nacionais sempre devem considerar mudanças na grade curricular e na filosofia dos cursos de formação para garantir que seus alunos nunca deixem de receber o melhor treinamento, o melhor equipamento e as melhores táticas de sobrevivência disponíveis e testadas.

O currículo básico do policial

Um currículo policial básico deve conter **DISCIPLINAS PRÁTICAS DESENVOLVIDAS PARA MITIGAR PROBLEMAS** ou tendências demonstradas pelos dados do LEOKA.

No Brasil, cada Estado possui duas polícias e cada uma delas faz uma parte do trabalho. Para piorar, cada uma dessas polícias estaduais possui uma estrutura interna segmentada. Nas polícias militares, um segmento é formado por praças e outro por oficiais. Tudo isso ao estilo das forças armadas, que pouco acrescenta em termos de eficácia **POLICIAL**. Já nas polícias judiciárias, uma parte é formada por agentes, detetives, investigadores, inspetores, escrivães, papiloscopistas e outra por delegados.

Isso significa que nenhum policial que ingresse na base poderá passar níveis até o topo da carreira, em que pese o tempo de serviço, a experiência, o mérito e a

formação acadêmica. Ou seja, cada segmento possui sua maneira própria de seleção, ingresso, treinamento e trabalho. E todos esses policiais (militares, civis, federais, rodoviários) carecem da experiência típica de cada força em particular. Assim, um policial civil não terá a importante experiência do policiamento realizado pelo policial militar, por exemplo. O policial na base da carreira jamais conhecerá as dificuldades do comando e a importância da chefia e da liderança. O comando estará afastado das necessidades profissionais dos demais policiais. E enquanto isso persistir, nenhuma medida será planejada e aplicada para a salvaguarda e respeito de **TODOS** os policiais. E isso se reflete no currículo acadêmico.

De qualquer modo, as matérias de um currículo **PRÁTICO** policial deveriam ser:

- Aproximação, movimentação e posicionamento.
- Armamento e tiro (revólveres, pistolas, submetralhadoras, fuzis, espingardas e armas incomuns).
- Assistência e reforço policial (requisição, direcionamento e utilização).
- Baixa visibilidade (**TODAS** as técnicas treinadas durante o dia devem ser repetidas à noite).
- Barreiras policiais (fixas e móveis, programadas e de iniciativa, rurais e urbanas).
- Boletins de ocorrência (preenchimento detalhado com informações úteis).
- Bombas, explosivos, correspondências e encomendas suspeitas.
- Buscas (mandados de busca; como buscar – teoria e prática).
- Buscas sistemáticas (em grupo e individual) em ambientes externos e internos para a coleta de vestígios.
- Comunicação (via rádio).
- Comunicação não verbal.
- Comunicação verbal entre policiais (antes, durante e após a intervenção).
- Condicionamento físico (ao longo da carreira).
- Condicionamento físico orientado para o trabalho policial.
- Controle/domínio, busca pessoal e prisão.

- Defesa pessoal desarmada e armada.
- Desarme de suspeitos.
- Emboscadas e contraemboscadas.
- Entrevistas e interrogatórios.
- Equipamento policial individual e coletivo (seleção adequada, compra e uso correto).
- Estado de alerta (relacionado com o trabalho).
- Estado de alerta e prevenção contra o crime (comportamento fora do serviço).
- Estudos de casos (policial agressor e policial vítima).
- Gerenciamento de crises.
- Indicadores de ameaça.
- Infiltração, história cobertura e disfarce.
- Legislação aplicada à prática policial.
- Operações com veículos automotores (defensiva, ofensiva e operacional para motos, carros e caminhões, inclusive off-road ou fora de estrada).
- Operações de choque e choque tático.
- Operações especiais (básico).
- Operações policiais descaracterizadas (à paisana).
- Operações policiais em dupla.
- Operações policiais conjuntas (com outras instituições).
- Organizações criminosas violentas ou gangs.
- Patrulhamento.
- Planejamento operacional e tático.
- Preservação de local de crime.
- Psicologia do crime (e da mente criminosa).
- Psicologia do medo.
- Reação armada fora de serviço.
- Retenção de armas (segurança da própria arma).
- TC3 (Tactical Combat Casualty Care ou socorrismo tático sob fogo).

- Técnicas de contraguerrilha moderna.
- Tecnologias menos letais.
- Terrorismo.
- Trabalho em equipe e liderança.
- Treinamento mental/visualização (desejo de sobreviver e vencer).
- Uso da força e seus níveis.
- Uso de barricadas.
- Uso de equipamentos de segurança e proteção.
- Verbalização.
- Violência doméstica.

O curso de formação policial do FBI dura aproximadamente 20 semanas. Nesse período são distribuídas 800 horas de ensino e prática policial. Algumas das áreas de concentração são:

- Armamento e tiro (pistola, fuzil/carabina e espingarda), com 110 horas-aula e aproximadamente 5.000 disparos.
- Armas de destruição em massa.
- Autodefesa (boxe e luta de solo).
- Busca pessoal.
- Ciência comportamental.
- Ciência forense.
- Contrainteligência.
- Contraterrorismo.
- Desenvolvimento e disseminação de inteligência.
- Direção tática e defensiva.
- Entrevista e interrogatório.
- Estudos de casos.
- Ética policial.
- Fundamentos das leis.

- Habilidades interpessoais.
- Investigações criminal e cibernética.
- Liderança.
- Operações sob disfarce.
- Planejamento operacional.
- Produção de relatório.
- Simulação de situações reais (na cidade cenográfica: assalto a banco, sequestro, agressão contra policial).
- Simulador de realidade virtual.
- Táticas defensivas.
- Técnicas básicas e avançadas de inteligência e investigação.
- Técnicas com algemas.
- Técnicas de controle.
- Técnicas de prisão.
- Técnicas de retenção e desarme.
- Testemunho em tribunais.
- Trato com testemunhas e informantes.
- Treinamento físico.
- Vigilâncias diurna e noturna.
- Vigilâncias pessoal e eletrônica.

Em 2003, a dissertação *O currículo de formação de soldados da Polícia Militar frente às demandas democráticas* apresentou a grade curricular do curso da PMESP, com duração de 52 semanas e 1.177 horas-aula (p. 77):

- Direito e Cidadania.
- Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Direito Penal e Penal Militar.
- Direito Processual Penal.
- Leis Especiais.

- Direito Civil.
- Direito Administrativo.
- Sociologia.
- Psicologia e Dinâmica de Grupo.
- Comunicação e Expressão.
- Higiene e Saúde.
- Criminologia.
- Medicina Legal.
- Toxicologia.
- Princípios Básicos e Fundamentos de Qualidade Total.
- Legislação Organizacional.
- Escrituração Básica de Polícia Ostensiva I.
- Resgate e Pronto-Socorrismo.
- Princípios da Hierarquia e Disciplina.
- Noções de Ética Policial Militar.
- Breve histórico da Polícia Militar.
- Organização de Formaturas, Solenidades e Datas Cívicas.
- Manutenção e Condução de Viatura Policial I.
- Comunicação Social.
- Telecomunicações.
- Informações Policiais.
- Atendimento ao Público.
- Tiro Defensivo I.
- Filosofia de Polícia Comunitária.
- Identificação das Entidades, Organizações Públicas e Privadas.
- Doutrina de Policiamento Ostensivo.
- Prevenção, Combate a Incêndio e Salvamento.
- Policiamento de Trânsito Urbano e Rodoviário.
- Policiamento de Choque.

- Policiamento em Praças Desportivas e Eventos.
- Policiamento Ambiental.
- Policiamento Feminino.
- Técnicas Não Letais de Intervenção Policial I.
- Gerenciamento de Crises.
- Condicionamento Físico.
- Defesa Pessoal.
- Inglês.
- Informática.
- Autoescola.

Das 1.177 horas disponibilizadas para o curso, 407 (34,6%) possuem relação com a atividade policial de risco (na visão deste autor). Isso demonstra a existência de matérias curriculares distantes das necessidades práticas exigidas nas ruas.

Já o currículo de formação do policial federal brasileiro, que possui duração média de 850 horas-aula distribuídas num curso de 21 semanas, abrange as seguintes disciplinas:

- Abordagem.
- Armamento e Tiro.
- Atividade Física Policial.
- Balística.
- Bombas e Explosivos.
- Controle de Produtos Químicos.
- Controle de Segurança Privada – Legislação.
- Crimes Cibernéticos.
- Crimes Violentos.
- Criminalística.
- Defesa Pessoal.
- Direção Operacional.

- Direitos Humanos e Polícia.
- Ética e Deontologia Policial.
- Gerenciamento de Crises.
- Identificação Papiloscópica.
- Incêndio Florestal.
- Inteligência Policial.
- Introdução ao Crime Organizado.
- Introdução ao Estudo da Polícia.
- Investigação Policial.
- Lavagem de Dinheiro.
- Noções de Arquivologia.
- Noções de Comunicação Social.
- Núcleo de Prática Cartorária.
- Organização Administrativa da Polícia.
- Orientação e Navegação Terrestre.
- Perícias em Local de Incêndio.
- Perícias em Veículos Automotores.
- Planejamento Operacional.
- Polícia Criminal Internacional.
- Polícia de Controle de Segurança Privada – Teoria.
- Polícia de Defesa Institucional.
- Polícia de Imigração.
- Polícia de Meio Ambiente.
- Polícia de Repressão a Entorpecentes.
- Polícia Fazendária.
- Polícia Judiciária.
- Polícia Previdenciária.
- Pronto-Socorrismo.
- Radiocomunicação.

- Regime Escolar.
- Regime Jurídico.
- Regime Jurídico Disciplinar – Legislação.
- Regime Jurídico Disciplinar – Teoria.
- Segurança Aeroportuária.
- Segurança de Dignitários.
- Sistema Nacional de Armas.
- Sistemas de Informação.
- Técnicas de Domínio Tático.
- Técnicas de Entrevista e Interrogatório.
- Tráfico Ilícito de Armas de Fogo.
- Vigilância.

A solução capaz de viabilizar a inclusão e o reforço de disciplinas mais próximas das demandas de sobrevivência do policial é o aumento da carga-horária (solução ideal) ou a exclusão de matérias menos relevantes. Isso permitiria que as academias de polícia pudessem explorar e treinar seus alunos naquilo que realmente importa para a salvaguarda policial, sem perder de vista outros aspectos importantes para cada organização policial.

Isso não significa um desprezo pelas demais disciplinas, mas representa uma forma de mostrar ao aluno quais são as exigências da profissão e o que ele precisa fazer para suportar e superá-las.

Os horários destinados para palestras desinteressantes deveriam dar lugar a algo mais alinhado com a realidade policial, como exposições de empresas especializadas na produção, importação e venda de equipamentos policiais (de qualidade indiscutível), por exemplo. Sem esquecer os estudos de casos relacionados com as ocorrências vivenciadas por policiais brasileiros.

Para que se tenha noção da importância do ensino prático policial e dos demais fatores da sobrevivência policial, os dados sobre policiais mortos nos Estados Unidos mostram a morte de 1.171 profissionais ao longo de 20 anos (de 1993 a 2012). No Brasil, segundo levantamento da Secretaria de Segurança Pública do

Estado do Rio de Janeiro, 1.715 policiais militares foram assassinados em 13 anos (de 2001 a 2014). Isso mostra o que se pode esperar em todo o Brasil (ÉPOCA, 2015). Informações assim reafirmam que proteger pessoas e propriedades, prender criminosos e manter a paz na sociedade são ações naturalmente perigosas.

Além disso, a mortalidade de milhares de policiais brasileiros deveria, por si só, ser motivo de preocupação e motivação para uma mudança significativa no currículo policial e nos cursos durante a carreira desses homens e mulheres.

As histórias de alguns policiais que fazem parte da estatística

Um policial (com 42 anos de idade e 16 anos de experiência) parou um caminhão que estava com a placa obstruída. Ele entrevistou os dois ocupantes, obteve suas identificações e solicitou reforço policial. Mas quando ele se aproximou do veículo pelo lado do passageiro, um dos ocupantes disparou um único tiro de revólver calibre .38 à queima-roupa.

Um patrulheiro e um sargento foram emboscados e assassinados durante uma abordagem. Um patrulheiro (com 38 anos de idade e mais de oito anos de experiência) realizou uma abordagem e estava conversando com o motorista do veículo interceptado. Os dois estavam do lado do passageiro da viatura policial quando um sargento (com 39 anos de idade e mais de seis anos de trabalho) chegou para auxiliar o policial. Logo após a chegada do sargento, o filho do motorista saiu do carro e disparou um fuzil AK47 contra os policiais. O sargento foi atingido na cabeça e o patrulheiro foi atingido no tórax. (https://www.youtube.com/watch?v=tchCHyq_D6Y).

Um policial (com 27 anos de idade e quatro anos de experiência) estava em patrulha quando recebeu uma informação sobre um caminhão que se envolvera num acidente e havia fugido do local. O policial viu o caminhão e ordenou que o motorista parasse. Então o motorista encostou o veículo, desceu segurando uma barra de ferro e fugiu por um parque próximo. O policial pediu reforço e iniciou a perseguição. Uma testemunha disse que o policial escorregou

durante a corrida. Enquanto o policial estava caído, o motorista atingiu a vítima diversas vezes com a barra de ferro. Em certo momento, o suspeito desarmou o policial e disparou três vezes contra ele.

Alguns policiais tentavam prender um fugitivo que estava num apartamento. O suspeito se entrincheirou num dos quartos enquanto os policiais ordenavam que ele se rendesse. Preparando para soltar um cão policial dentro do quarto, os policiais arrombaram a porta e foram imediatamente recebidos a tiros. O policial vitimado (com 50 anos de idade e 17 anos de trabalho) foi atingido na cabeça.

Um xerife (com 43 anos de idade e oito anos de experiência) e outro policial foram designados para auxiliar numa perseguição envolvendo um suspeito que havia cometido um roubo à mão armada. A perseguição terminou, mas o suspeito se recusou a sair do veículo que dirigia. Então o homem foi retirado do automóvel e colocado de pé e de costas para o carro. Ele imediatamente começou a socar e agarrar os policiais, e todos eles caíram no chão. O agressor tomou a pistola do xerife, disparou três vezes contra ele e o atingiu na cabeça.

Um homem se envolveu numa briga doméstica que resultou no assassinato de duas mulheres e no ferimento de duas outras. O escritório do xerife divulgou um alerta contra o homem e informou as características do veículo que ele dirigia. O homem foi localizado e seguido por um breve período de tempo, até realizar um retorno e parar o carro no estacionamento de uma loja de conveniência. Um capitão (com 33 anos de idade e 11 anos de experiência) se aproximou do homem e determinou que ele se rendesse. Nesse momento, o suspeito realizou apenas um disparo com sua pistola e atingiu o policial no queixo. Outros três policiais que também atendiam à ocorrência dispararam 11 vezes contra o suspeito, atingindo-o. O policial baleado morreu e o criminoso de 55 anos de idade se recuperou dos ferimentos.

Dois patrulheiros (ambos com 31 anos de idade) foram baleados e mortos durante uma tentativa de prisão. Um dos policiais determinou que um

motorista encostasse o carro, pois o veículo estava sem placas. O policial, que tinha três anos e meio de experiência, verificou os dados dos dois ocupantes e descobriu que o passageiro possuía um mandado de prisão. O segundo policial, que tinha um ano de experiência, chegou para auxiliar o colega com a abordagem. Os policiais se aproximaram do veículo pelo lado direito e perguntaram ao passageiro se ele estava ciente do mandado de prisão. O suspeito negou que houvesse tal mandado. O primeiro policial, ainda do lado direito do veículo e próximo à porta do passageiro, pediu que ele saísse do carro. O homem saiu do veículo e o policial segurou o braço esquerdo dele. Então o homem sacou um revólver .38 com a mão direita e disparou duas vezes. Cada policial foi atingido por um tiro na lateral da cabeça.

Um investigador (com 28 anos de idade e cinco anos de experiência), juntamente com outros investigadores e um xerife, estava cumprindo um mandado de prisão numa residência. Quase toda a residência tinha sido vistoriada, exceto a suíte principal, que ficava nos fundos. A porta desse quarto estava trancada e precisou ser arrombada. Uma vez dentro do quarto, toda a área visível foi checada, menos o closet, que também estava fechado. Quando o investigador abriu a porta, o suspeito começou a disparar uma pistola, atingindo a vítima duas vezes.

Um policial (com 43 anos de idade e 12 anos de experiência) foi baleado e morto numa emboscada no estacionamento da unidade de polícia em que trabalhava. O policial estava tirando seu equipamento de trabalho e guardando o material no porta-malas de seu carro quando um homem se aproximou e o atacou. O agressor se apoderou da pistola do policial e atirou diversas vezes. O policial sofreu ferimentos no pescoço, tórax e na cabeça. Outro policial, que estava nas imediações, atirou e feriu o criminoso. O assassino era um conhecido viciado que possuía antecedentes por crimes violentos. A investigação sobre o episódio revelou que testemunhas ouviram o agressor dizer que naquele dia iria matar um policial.

Um policial (com 33 anos de idade) foi baleado após responder a um chamado para auxiliar um xerife durante uma prisão. O policial, que tinha mais

de oito anos de experiência, chegou ao local em que o suspeito de uma investigação estava morando. O homem estava de pé no jardim frontal da residência, e depois de uma breve entrevista realizada pelos policiais, ele foi avisado de que seria detido. Assim que os policiais tentaram prendê-lo, o homem começou a recuar. O policial sacou uma pistola Taser® (ou DEC – Dispositivo Eletrônico de Controle) enquanto o suspeito alcançou uma arma escondida nas costas e começou a disparar contra os policiais. A vítima foi atingida na parte de trás do ombro direito enquanto corria para uma barricada, mas o projétil alcançou a base do crânio do policial. O xerife reagiu e matou o suspeito com um tiro na cabeça.

Seis policiais atenderam a uma ocorrência de arrombamento em andamento, sendo que um policial (com 42 anos de idade e 12 anos de experiência) se aproximou da porta frontal, outro foi para a porta dos fundos e os demais permaneceram na frente da casa. O primeiro policial encontrou a porta da frente aberta e anunciou se tratar da polícia. Ele empurrou a porta e entrou na casa. Imediatamente, um homem começou a disparar uma pistola, atingindo o policial na cabeça e na garganta. O suspeito fugiu pela porta da frente e continuou a disparar contra os policiais que ali estavam. Os policiais reagiram enquanto buscavam uma barricada. O suspeito, baleado nas costas, foi preso. Três dos policiais que estavam na frente da residência e o policial que estava nos fundos foram feridos no tiroteio.

Um patrulheiro (com 26 anos de idade) foi morto e outro policial (com 22 anos) ficou ferido durante uma ocorrência doméstica. O policial, com três anos de experiência, estava investigando uma reclamação de que um homem de 63 anos havia ameaçado a ex-esposa. Quando o policial chegou ao apartamento da denunciante, o homem já havia deixado o local. Após coletar outras informações, inclusive a de que o homem estaria possivelmente armado, o policial requisitou reforço para auxiliá-lo na diligência e foi à residência do suspeito. Lá, o policial foi convidado a entrar. Ele pediu ao homem que se sentasse e mantivesse as mãos sobre as pernas.

Quando o patrulheiro, com dois anos de experiência, chegou e entrou na casa, o suspeito ficou ainda mais agitado e se levantou de súbito. Os policiais

ordenaram que ele se sentasse novamente, mas o suspeito se recusou a obedecer. Quando o policial avisou ao homem de que ele seria detido, o suspeito tentou resistir, mas os policiais conseguiram colocar a algema em seu braço direito enquanto o mantinham de costas contra o sofá. Contudo o homem colocou a mão esquerda atrás das costas e se recusou a mostrá-la aos policiais. O patrulheiro tentou controlar a mão esquerda do suspeito quando ele se virou para o sofá. De repente, ocorreu um disparo. Rapidamente, os dois policiais verificaram se suas armas ainda estavam coldreadas quando o homem apontou sua mão esquerda para o primeiro policial. Então o suspeito disparou novamente um revólver .357 Magnum (que estava escondido no sofá) e atingiu o policial na coxa direita. Na sequência, o criminoso atirou contra o patrulheiro e o atingiu no tórax, matando-o instantaneamente. Ao mesmo tempo em que o atirador passava a arma para a mão direita, o primeiro policial (que estava caído no chão por causa do ferimento na perna) sacou sua arma e disparou contra o homem, acertando-o na nuca e no pescoço, matando-o antes que ele pudesse atirar novamente.

Um detetive (com 46 anos de idade e 23 anos de serviço), encarregado de investigar um homicídio, retornou até a casa em que o crime havia ocorrido para coletar novas evidências. Ele iniciou a busca, pois acreditou que a residência continuava vazia. De repente, o suspeito o surpreendeu e o matou com oito tiros de pistola. Dois dias depois, o assassino foi localizado e morto durante um confronto com outros policiais.

Às 17h30, quatro policiais foram acionados para atender a uma ocorrência de violência doméstica. Eles retiraram a mulher de dentro da residência, mas um dos policiais (com 26 anos de idade e dois anos de serviço) retornou ao local enquanto o marido da mulher ainda estava na casa. Tiros foram disparados e o policial foi atingido diversas vezes. O homem saiu da residência com uma arma em cada mão e iniciou novo tiroteio com os outros três policiais. O suspeito foi ferido e preso no local do crime.

Após receber uma chamada sobre um veículo suspeito parado num estacionamento, um policial (com 58 anos de idade e 24 anos de experiência)

contatou o motorista do veículo e sua namorada. O suspeito sacou uma espingarda e determinou que o policial se deitasse no chão. Então o homem executou o policial. Ele foi preso no dia seguinte.

Um policial estava de folga e fazendo compras numa mercearia. Enquanto ele permanecia na fila do caixa, dois homens entraram na loja e anunciaram o assalto. Para controlar os empregados da mercearia, um dos suspeitos deu uma coronhada num dos funcionários. Nesse momento, o policial sacou sua arma e ordenou que os bandidos soltassem as armas. Mas eles atiraram contra o policial, que também disparou e feriu os dois homens. Na troca de tiros, o policial foi morto. Os criminosos foram presos depois.

Essas são as histórias (e lições) dos policiais americanos que, apesar de integrarem as galerias de heróis de suas instituições, também fazem parte dos dados estatísticos sobre mortes no cumprimento do dever.

Certamente, é possível preencher páginas e páginas com histórias de policiais brasileiros que vivenciaram situações semelhantes. Infelizmente, as instituições nacionais não possuem os dados que serão apresentados no capítulo seguinte.

Dados são produzidos diariamente em todo o mundo sempre que um policial perde um confronto. Portanto cabe ao policial perceber se suas ações (ou omissões) possuem o potencial para inclui-lo nas estatísticas ou ajudá-lo a voltar para casa.

Dados sobre confrontos armados nos Estados Unidos, comentários e lições aprendidas

Às vezes, perseguir um criminoso pode não ser a decisão certa para sua segurança.
É quando saber parar é essencial.

No dia 19 de julho de 1987, dois policiais militares da PMPR foram acionados para atender uma ocorrência de briga numa lanchonete na cidade de Santa Fé/PR. Quando eles chegaram, houve reação e um dos suspeitos tomou a arma de um dos policiais, disparando contra os mesmos. Na sequência, os três indivíduos foram presos e colocados na viatura. Durante o deslocamento até a delegacia, o soldado O.C.S., que dirigia a viatura, foi atacado por um dos presos, que lhe aplicou uma "gravata". O parceiro do policial ainda conseguiu atirar contra o criminoso. Por esse motivo, a viatura mudou o itinerário para alcançar o pronto socorro. Ao chegarem ao hospital, o parceiro do soldado O.C.S. saiu para solicitar reforço. Sozinho dentro do veículo, O.C.S. foi rendido pelos marginais, que utilizaram uma espingarda para atirar na sua cabeça, matando-o. (PMPR, 2016).

Policiais agredidos – Tipo de arma, quantidade e percentual de feridos

Policiais agredidos

Tipo de arma, quantidade e percentual de feridos, 1993–2012

Tipo de arma	Total	Percentual	Feridos	Percentual
Número de vítimas policiais	**1.156.229**	**100%**	**333.201**	**29%**
Faca ou outro objeto cortante	21.537	2%	3.833	18%

Arma de fogo	44.152	4%	6.181	14%
Outra arma perigosa	152.850	13%	41.880	27%
Arma pessoal	937.690	81%	281.307	30%

Tabela 10 – Tipo de arma, quantidade e percentual de feridos (FBI).

No período de 1993 a 2012, foram registradas 1.156.229 ocorrências de agressões a policiais nos Estados Unidos (tabela 10). Essas agressões se dividiram em:

- 21.537 ataques com facas ou outros instrumentos cortantes (2%).
- 44.152 ataques com armas de fogo (4%).
- 152.850 ofensas com outros objetos perigosos, tais como porretes, bastões, veículos e bombas (13%).
- 937.690 ataques com "armas pessoais", como punhos, mãos e pés (81%).

Do total de agressões, 333.201 das vítimas policiais foram feridas (29%).

Dos 21.537 ataques com facas, 3.833 policiais foram feridos (18%) e 11 foram mortos (0,05%).

Dos 44.152 ataques com armas de fogo, 6.181 policiais foram feridos (14%) e 1.084 foram mortos (2,45%).

Outras armas perigosas feriram 41.880 (27%) e mataram 70 policiais (0,046%).

Os ataques com armas pessoais feriram 281.307 policiais (30%) e mataram seis (0,00063%).

Esses dados demonstram que 81% dos casos de agressão foram praticados sem o uso de armas convencionais ou outros objetos usados como armas.

O número de feridos em relação ao total de vítimas sugere que a cada três ações policiais, ou pouco mais do que isso, ao menos uma resultou em incidente que produziu ferimento no policial. Em boa parte desses incidentes, os ferimentos ocorreram pelo **COMBATE CORPO A CORPO** entre o policial e o agressor ou pelo uso de instrumentos que poderiam ter sido **ENCONTRADOS NAS RUAS, NAS PROXIMIDADES DOS LOCAIS DOS INCIDENTES OU NA POSSE OU NA RESIDÊNCIA DOS AGRESSORES**. Por essa razão, objetos que não

possuíam características destrutivas (mãos, pés, bastões, veículos), mas que estavam à disposição no momento em que o agressor decidiu atacar, representaram mais da metade dos ferimentos provocados nos policiais.

Como a decisão do ataque é inicialmente um comportamento mental, invisível para o policial, a presença desses instrumentos pode passar despercebida. Contudo sob a ótica do agressor, que não dispõe de uma arma ofensiva (arma de fogo, faca), a existência e a proximidade de qualquer objeto que possa ser utilizado como arma é **SEMPRE** uma opção razoável para enfrentar o policial.

A quantidade de feridos está diretamente relacionada com a quantidade de agressões, contudo essa relação não se aplica quando são considerados os números de policias mortos. Assim, apesar do uso das armas de fogo representar 4% do total das agressões e 14% do total de feridos, sua efetividade no caso de mortes foi de 2,45%, ou seja, 1.084 mortes em números absolutos. Número muito superior as 87 mortes provocadas por outros instrumentos. Esse nível de letalidade não tem relação com a disponibilidade da arma de fogo, mas com a sua característica intrínseca.

Além disso, a percepção do criminoso em relação ao comportamento (postura) do policial, a superioridade numérica e a análise da situação podem alterar sua decisão em atacar determinado policial e não atacar outro.

O mais perigoso em tais situações é o criminoso frequentemente descrito como predador, psicopata ou com personalidade antissocial. Mesmo em circunstâncias de vida ou morte, esse tipo de pessoa pode calcular friamente suas chances de sobrevivência. Uma vez que ele não experimenta o mesmo nível de ansiedade que a maioria dos policiais, ele está menos suscetível às distrações internas e externas, e mais capaz de avaliar os instrumentos ao seu redor como armas em potencial. Assim, ele pode rapidamente considerar as chances de sucesso e tomar uma decisão. Quando ele acredita que pode vencer o policial, ele tentará agredi-lo ou matá-lo. Quando ele sente que o policial tem o controle, ele pode simplesmente "sentar e esperar" que algum erro seja cometido. É quando ele vence o confronto nas circunstâncias que começam pacificamente.

Do mesmo modo, muitos policiais correm o risco de morrer porque julgam os suspeitos inofensivos em razão de suas características físicas, e não pelo estado emocional e pela linguagem corporal (comunicação não verbal). Outra análise desses

dados mostra que a maioria das agressões ocorreu a curtas distâncias e isso pode ter alguns motivos:

- A decisão do ataque foi decidida previamente, faltando apenas a aproximação do policial para aumentar a chance de sucesso do agressor.
- A decisão do ataque ocorreu quando o suspeito soube que seria preso.
- A ocorrência teve início pacífico e gerou tranquilidade no policial. Daí ele acreditou que poderia se aproximar sem risco.
- O policial foi pego de surpresa.
- O policial não visualizou ou identificou qualquer instrumento capaz de ser utilizado como arma antes de ser agredido.
- O suspeito colaborou com o policial antes da agressão.

Entre 1993 e 2002, as armas de fogo foram responsáveis pelo ferimento de 4.592 policiais. Já entre os anos de 2001 e 2010, o número de policiais feridos por armas de fogo caiu para 1.959. Nota-se que o número de policiais feridos diminuiu consideravelmente de um período para o outro, ou seja, de 4.592 para 1.959 casos. As explicações para essa redução talvez estejam relacionadas com:

- A aplicação de novas tecnologias menos letais, que favorecem a ação policial ao menor sinal de resistência do suspeito, evitando a exposição desnecessária ao perigo.
- A possibilidade de os policiais estarem engajando os suspeitos a distâncias maiores para reduzir a efetividade das reações a curtas distâncias.
- A possibilidade de uso da força letal quando o policial acredita que o suspeito representa ameaça de morte ou grave ferimento físico, sendo que nenhuma outra ação é possível naquele momento, ainda que o criminoso não tenha apontado a arma para o policial.
- O aprimoramento das técnicas de aproximação, abordagem e utilização de cobertura.

- O recrutamento de policiais com experiências reais de combate militar devido às Guerras do Afeganistão e Iraque.
- O uso de armas longas.
- O uso do colete balístico.
- O uso intenso de cães adestrados.

LIÇÃO APRENDIDA: o policial precisa ser vigilante, profissional e mentalmente preparado para lidar com as constantes mudanças no ambiente das ruas. Como não é possível avaliar as intenções dos suspeitos, deve-se sempre considerar todos eles perigosos.

Atenção especial deve ser dada para o condicionamento físico, tendo em vista que 81% dos ataques ocorreram com socos e chutes. Isso também deve fazer com que o policial considere o porte de tecnologias menos letais, como um Dispositivo Eletrônico de Controle (DEC/Taser®), um bastão retrátil e um spray de pimenta. Todos esses equipamentos permitem que ele aplique níveis de força física e dor que o agressor não está acostumado ou não deseja sentir. O uso dessas tecnologias no **PRIMEIRO INSTANTE DE UMA RESISTÊNCIA** pode liquidar qualquer possibilidade de agressão contra o policial.

Policiais agredidos – Horário do incidente

Policiais agredidos

Horário do incidente, 1993–2012

Horário	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**1.156.229**	**100%**
Total de agressões na madrugada e manhã	**464.080**	**40%**
12:01 a.m. – 2 a.m.	177.138	15%
2:01 a.m. – 4 a.m.	112.336	10%
4:01 a.m. – 6 a.m.	42.970	4%
6:01 a.m. – 8 a.m.	28.185	2%
8:01 a.m. – 10 a.m.	44.907	4%
10:01 a.m. – meio-dia	58.544	5%

Total de agressões na tarde e noite	**692.149**	**60%**
12:01 p.m. – 2 p.m.	66.759	6%
2:01 p.m. – 4 p.m.	83.042	7%
4:01 p.m. – 6 p.m.	103.185	9%
6:01 p.m. – 8 p.m.	123.156	11%
8:01 p.m. – 10 p.m.	150.010	13%
10:01 p.m. – meia-noite	165.997	14%

Tabela 11 – Horário do incidente (FBI).

A tabela 11 mostra que entre os anos de 1993 e 2012, 60% das agressões a policiais nos Estados Unidos ocorreram nos períodos da tarde e da noite (entre o meio-dia e a meia-noite).

Entretanto o período mais violento, com 72% do total de agressões, deu-se a partir das quatro horas da tarde às quatro horas da madrugada. Nesse prazo de 12 horas, o horário ainda mais crítico ficou compreendido entre as dez horas da noite até às duas horas da madrugada.

O menor percentual de agressões ocorreu no início da manhã (6:01 a.m.) e se desenvolveu até as 6 p.m.

Talvez a redução repentina de agressões e mortes de policiais a partir das 6:01 a.m., logo após períodos de índices elevados, explique-se pela mobilização de equipes policiais encarregadas de atender às ocorrências envolvendo policiais agredidos ou mortos, reduzindo o efetivo nas ruas e o contato dessas equipes com outras situações potencialmente perigosas. Outra explicação plausível para esse "intervalo" seria a redução do número de pessoas nas ruas no meio da madrugada e o natural declínio de chamadas policiais. Pode ser, também, o início do momento de "descanso" dos criminosos que se mantiveram ativos desde o período noturno.

Sabendo que muitos delinquentes são mais ativos à noite (enquanto os cidadãos são mais ativos durante o dia), é possível considerar que a diminuição significativa de pessoas nas ruas a partir do fim do expediente de trabalho tenha permitido que os policiais realizassem abordagens mais propensas a interceptarem aqueles que permaneceram nas ruas para cometerem crimes.

LIÇÃO APRENDIDA: nenhum horário deixou de ser perigoso para o policial, apesar de existirem períodos mais e menos críticos. Portanto o policial deve considerar sua jornada de 24 horas de trabalho sempre propensa ao confronto.

Policiais mortos intencionalmente – Total de policiais mortos

Policiais mortos intencionalmente Total de policiais mortos, 1993–2012	
Quantidade	**Total**
Número de vítimas policiais	1.171

Tabela 12 – Total de policiais mortos (FBI).

Ao longo dos 20 anos analisados pelo FBI, ocorreram 1.171 agressões a policiais que resultaram em mortes (tabela 12). Ao se considerar a quantidade total de agressões (1.156.229), essas mortes representaram um percentual pouco maior que 0,10%. As agressões com ferimentos não fatais representaram uma fatia considerável de 29% dos eventos coletados.

As instituições policiais relataram que as mortes dos policiais poderiam ter sido evitadas em, aproximadamente, um terço (1/3) dos casos. Ou seja, 390 policiais foram assassinados em circunstâncias que poderiam ser evitadas ou tratadas com o nível de força adequado para frear qualquer tentativa de agressão por parte do suspeito.

Em alguns eventos, os policiais sabiam que existia um perigo potencial quando iniciaram o atendimento da ocorrência, como por exemplo, a grande chance de haver uma arma de fogo com o suspeito. Em outras situações, os policiais já conheciam os criminosos e suas inclinações para reações violentas.

Policiais mortos intencionalmente – Horário do incidente

Policiais mortos intencionalmente Horário do incidente, 1993–2012		
Horário	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Total de mortos na madrugada e manhã	**496**	**42%**
12:01 a.m. – 2 a.m.	140	12%
2:01 a.m. – 4 a.m.	84	7%
4:01 a.m. – 6 a.m.	51	4%
6:01 a.m. – 8 a.m.	47	4%
8:01 a.m. – 10 a.m.	82	7%
10:01 a.m. – meio-dia	92	8%
Total de mortos na tarde e noite	**668**	**57%**
12:01 p.m. – 2 p.m.	92	8%
2:01 p.m. – 4 p.m.	97	8%
4:01 p.m. – 6 p.m.	87	7%
6:01 p.m. – 8 p.m.	97	8%
8:01 p.m. – 10 p.m.	155	13%
10:01 p.m. – meia-noite	140	12%
Casos não relatados	**7**	**0.6%**

Tabela 13 – Horário do incidente (FBI).

No mesmo período de 20 anos, o horário das mortes desses 1.171 policiais também foi distribuído (tabela 13). A classificação dos horários das mortes possui similaridade com a distribuição nos casos dos incidentes com agressões não fatais. Quer dizer, 57% das mortes ocorreram nos períodos da tarde e da noite (entre o meio-dia e a meia-noite).

O horário mais crítico e com maior incidência de mortes aconteceu entre as oito da noite e as duas da madrugada. Novamente, o menor percentual de mortes ocorreu no início da manhã (6:01 a.m.), aumentando ao longo das 24 horas.

Essa semelhança faz sentido ao se considerar que a maior exposição policial aumenta as chances de conflitos, inclusive resultando na morte de policiais e agressores. Assim, quanto mais interações policiais, maior a possibilidade de incidentes críticos com ferimentos e, por consequência, com mortes.

Em tese, criminosos são mais ativos durante a noite porque o patrulhamento policial de rotina é diminuído, o trânsito de pessoas e veículos é reduzido e a escuridão ou a inconsistência luminosa dificulta a percepção da presença de alguém e de seu comportamento suspeito. Desse modo, isso também explicaria o aumento do número de incidentes críticos durante o período noturno, já que é mais fácil o criminoso se ocultar para preparar um ataque surpresa (emboscada) e fugir.

Curiosamente, a redução do patrulhamento de rotina e do número de pessoas nas ruas durante o período da noite permite que o policial de serviço nesse horário aborde suspeitos com mais precisão do que numa abordagem aleatória durante horários de grande movimento de veículos e pessoas. Infelizmente, essa vantagem no combate ao crime acaba por expor o policial a uma situação mais perigosa.

De qualquer forma, percebe-se que os policiais foram mortos ao longo das 24 horas, sem que possa haver considerações sobre horários mais ou menos perigosos.

Policiais mortos intencionalmente no Brasil

Horário do incidente, 2016

Horário	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**437**	**100%**
Total de mortos na madrugada e manhã	**166**	**38%**
Madrugada	65	15%
Manhã	101	23%
Total de mortos na tarde e noite	**271**	**62%**
Tarde	101	23%
Noite	170	39%

Tabela 13.1 - Horário do incidente (FBSP).

Os horários dos incidentes no Brasil (tabela 13.1) se assemelham ao norte-americano, com evidência para os períodos da tarde e da noite como os mais mortais (62%). O único período de declínio no número de policiais mortos ocorreu na madrugada.

LIÇÃO APRENDIDA: devem-se considerar todos os horários perigosos, uma vez que as mortes de policiais ocorreram ao longo de todas às 24 horas do dia.

O policial deve prestar mais atenção àquilo que acontece a sua volta durante o período da noite, principalmente por causa do seu cansaço ao longo de jornadas de trabalho de oito, 12 e 24 horas.

A tabela não informa, mas é possível imaginar que muitos dos policiais mortos durante períodos noturnos tenham sido **VÍTIMAS DO CANSAÇO**, antes de tudo. No Brasil, isso é muito importante, uma vez que muitos policiais trabalham em outros horários (os bicos) para complementar a renda familiar, sempre com potencial para aumentar a fadiga.

Não é possível determinar se os policiais estão mais propensos aos ataques criminosos no início, meio ou fim do plantão, serviço ou escala.

O tédio também pode diminuir o estado de alerta do policial e impedir que ele entre "no clima" de uma ação policial de iniciativa, ou seja, capaz de reagir com eficácia a um ataque surpresa. Além disso, o impacto do estresse repentino pode diminuir, momentaneamente, sua capacidade de pensar e agir com qualidade. Nesse sentido, o estado de alerta permite que o policial se prepare física e mentalmente antes de abordar o suspeito.

Portanto deve-se trabalhar em equipe (com coesão) e usar sempre uma lanterna de ótima qualidade. O policial não pode deixar que o tédio de uma investigação ou um patrulhamento noturno de rotina (em que nada acontece) interfira em seu estado de vigilância.

Como não é possível permanecer alerta todo o tempo, a equipe deve possuir períodos de **DESCANSO** entre a jornada de trabalho para aliviar as tensões mentais típicas do estado de alerta.

Policiais mortos intencionalmente – Dia do incidente

Policiais mortos intencionalmente Dia do incidente, 1993–2012		
Dia do incidente	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Domingo	134	11%

Segunda	146	12%
Terça	168	14%
Quarta	176	15%
Quinta	190	16%
Sexta	188	16%
Sábado	169	14%

Tabela 14 – Dia do incidente (FBI).

Ao se considerar a distribuição dos casos de policiais assassinados em relação aos dias da semana (tabela 14), constatou-se um aumento do número de policiais mortos na quinta e na sexta-feira; e o domingo como o dia com menor número de fatalidades, seguido pela segunda-feira. Percentualmente, a distribuição parece manter certa homogeneidade.

Essa classificação pode ter relação com a aproximação do final de semana, ou seja, quinta e sexta como os dias mais violentos para os policiais, principalmente quando comparado com os horários dos crimes (tabelas 11 e 13).

LIÇÃO APRENDIDA: mais uma vez, e apesar dessa ligeira oscilação, não há razão para se assumir que um determinado dia seja mais seguro ou perigoso que outro.

Policiais mortos intencionalmente – Mês do incidente

Policiais mortos intencionalmente Mês do incidente, 1993–2012		
Mês	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Janeiro	106	9%
Fevereiro	92	8%
Março	104	9%
Abril	106	9%
Maio	92	8%
Junho	93	8%
Julho	101	9%

Agosto	123	11%
Setembro	88	8%
Outubro	89	8%
Novembro	72	6%
Dezembro	105	9%

Tabela 15 – Mês do incidente (FBI).

Ao longo de 20 anos, a média de ataques fatais a policiais foi de 98 ataques por mês (tabela 15). O mês de agosto apresentou um incremento e representou sozinho 11% dos incidentes com mortes de policiais. Isso pode ter relação com o calendário americano, cujas férias escolares abrangem os meses de julho e/ou agosto (dependendo da escola). O mês de dezembro coincide com recesso das escolas em razão do inverno (13 dias). As aulas recomeçam no início de janeiro, mas as escolas de ensinos fundamental e médio encerram as aulas três horas mais cedo. O encerramento três horas mais cedo também ocorre no mês de março. Em abril ocorre o recesso da primavera, que dura 11 dias.

Os feriados americanos mais relevantes ocorrem nos meses de janeiro e dezembro, o que parece favorecer os incidentes com criminosos. Segundo o especialista em criminologia do centro de pesquisas Urban Institute, Samuel Bieler, os meses de verão tendem a registrar aumento nas taxas de violência. Com mais pessoas nas ruas, maior a quantidade de abordagens e ocorrências policiais (briga entre familiares e vizinhos, uso de drogas e bebidas alcoólicas, transgressões no trânsito, arrombamentos, furtos e roubos, etc.).

Se houver alguma relação entre o aumento do número de mortes de policiais com datas específicas, pode-se imaginar que no Brasil isso ocorra no carnaval, nas férias escolares, nas festas de fim de ano e feriados prolongados.

LIÇÃO APRENDIDA: como na tabela anterior, há uma pequena variação no número de policiais mortos em relação aos meses do ano. Por isso, não há motivo para se supor que determinado mês seja mais seguro ou perigoso que outro, pois enquanto existirem policiais trabalhando, haverá policiais sendo assassinados.

Policiais mortos intencionalmente – Sexo do policial

Policiais mortos intencionalmente Sexo do policial, 1993–2012		
Sexo	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Masculino	1.116	95%
Feminino	55	5%

Tabela 16 – Sexo do policial (FBI).

Das 1.171 vítimas policiais (tabela 16), 1.116 eram homens (95%) e 55 eram mulheres (5%).

Os policiais do sexo masculino foram mais agredidos e mortos se comparado às mulheres. Isso se deve ao fato de existirem mais homens nas organizações policiais e também nas atividades operacionais.

Ao mesmo tempo, o excesso de confiança dos policiais do sexo masculino parece contribuir para a disparidade entre homens e mulheres agredidos e mortos. O excesso de confiança indica que o policial pode acreditar que não será vitimado em razão do sexo, do porte físico, da força, do porte da arma de fogo e do suposto respeito imposto pelo uniforme ou distintivo, mesmo que esteja sozinho. Já as policiais femininas dificilmente assumem os mesmos riscos que os homens, principalmente quando estão sozinhas. Isso não significa que o espírito policial seja menos presente na mulher, mas indica que elas são mais cautelosas.

Tal fenômeno também ocorre durante invasões de residências quando os moradores estão em casa. Normalmente, a mulher chama o marido ou liga para a polícia. Já o homem, antes de acionar a polícia, deixa a segurança da residência para verificar o que está ocorrendo do lado de fora. Homens, naturalmente, assumem maiores riscos que as mulheres.

O estudo do FBI denominado *Killed in the line of duty: a study of selected felonious killings of law enforcement officers (Morto no cumprimento do dever: um estudo sobre homicídios dolosos de policiais)* (1992) indicou que os assassinos de policiais eram menos propensos a matar policiais femininas. Cinco anos depois, o FBI precisou rever essa ideia, pois o estudo seguinte concluiu, com base em entrevistas com agressores de policiais, que

eles acreditavam que policiais femininas seriam mais fáceis de vencer durante um confronto físico.

Assim, o sexo do policial teria grande influência na decisão de um ataque. Portanto não existe qualquer motivo para supor que uma policial feminina não possa ser atacada e morta por um agressor do sexo masculino.

> Em 22 de janeiro de 1998, um criminoso armado com um revólver calibre .32 anunciou um assalto no interior de um ônibus. Uma policial feminina (com 29 anos de idade), que estava fardada e viajava no mesmo ônibus, entrou em luta corporal com o indivíduo, a fim de detê-lo. O assaltante efetuou dois disparos e matou a policial. Em seguida, o assassino fugiu levando consigo a arma da vítima. (PMESP, 2018).

Policiais mortos intencionalmente no Brasil
Sexo do policial, 2016

Sexo	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**437**	**100%**
Masculino	429	98%
Feminino	8	2%

Tabela 16.1 - Sexo do policial (FBSP).

LIÇÃO APRENDIDA: o policial deve se manter em plena forma física, mas não confiar inteiramente que sua aparência seja um elemento de dissuasão para o suspeito.

As policiais femininas também devem manter um excelente condicionamento físico e incorporar um forte de desejo de sobreviver, pois um ataque masculino pode impor sérios ferimentos. Elas não devem desenvolver a ideia de que estão imunes à violência só porque são mulheres. Na verdade, o agressor pode enxergar nisso uma grande vantagem. Portanto, quando agredidas, as policiais devem utilizar **FORÇA BRUTA EXTREMA** para não serem estupradas, torturadas e mortas. Do mesmo modo, policiais homens não devem assumir que estão imunes porque são homens e mais fortes, pois uma faca ou uma arma de fogo pode alterar essa "vantagem" num piscar de olhos.

Policiais mortos intencionalmente – Idade do policial

Policiais mortos intencionalmente Idade do policial, 1993–2012		
Idade	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Abaixo de 25 anos	67	6%
Entre 25 e 30 anos	273	23%
Entre 31 e 40 anos	449	38%
Acima de 40 anos	375	32%
Casos não relatados	7	0.6%
Média de idade	**37**	

Tabela 17 – Idade do policial (FBI).

A tabela 17 mostra que a média de idade dos policiais mortos foi de 37 anos. O grupo etário mais vitimado nos Estados Unidos, representando 38% dos casos, foi aquele compreendido entre 31 e 40 anos de idade. E é exatamente a partir dos 31 anos de idade que os policiais passam a representar 70% dos mortos. Os policiais mais novos, abaixo dos 25 anos, foram os menos suscetíveis aos ataques criminosos que resultaram em morte. Esse grupo é seguido pelos policiais entre 25 e 30 anos, a segunda faixa menos atacada.

Incrivelmente, os policiais mais vitimados são os mais velhos, mais experientes e com formação "completa" da personalidade.

Sobre a questão da personalidade, é curioso o que informa o artigo *Development of personality in early and middle adulthood: set like plaster or persistent change?*, publicado em 2003 no *Journal of Personality and Social Psychology*. A pesquisa contestou estudos anteriores, segundo os quais a personalidade de um indivíduo estaria totalmente formada até os 30 anos de idade e que, a partir daí, não sofreria qualquer alteração. Esse estudo examinou os fatores de personalidades de 132.515 adultos com idades entre 21 e 60 anos, considerando os seguintes traços:

- Abertura a novas experiências (originalidade, curiosidade, imaginação, espírito artístico, inventividade, idealismo, amplitude de interesses).

- Amabilidade (solicitude, consideração, capacidade de confiar no outro, cooperação, opondo-se à intransigência, frieza, rudeza e espírito beligerante).
- Consciência (confiabilidade, disciplina, perseverança, eficiência e atenção, qualidades contrárias à falta de cuidado, desordem, preguiça e falta de concentração).
- Extroversão (facilidade de expressão, entusiasmo, energia e espírito de aventura, ao contrário de quietude, timidez e reserva).
- Neuroticismo (calma, confiança e relaxamento, em oposição à tensão, preocupação, instabilidade, raiva e nervosismo).

De acordo com a pesquisa, o traço **CONSCIÊNCIA** teve maiores aumentos na faixa etária até 30 anos, sendo uma demonstração de autodisciplina e foco para tarefas e objetivos, normalmente relacionados com o desempenho e compromisso no trabalho. Esse traço mostra uma preferência pelo comportamento planejado como forma de controlar os impulsos e a espontaneidade.

Por outro lado, o traço **AMABILIDADE** ficou evidenciado na faixa etária entre 30 e 40 anos como uma tendência para ser compassivo, generoso e diligente. Esse traço mostra um comportamento menos desconfiado e antagonista em relação às outras pessoas. Indivíduos com essa característica estimam as boas relações com os outros, são respeitosos, amigáveis e possuem uma percepção otimista do caráter humano. Eles acreditam que as pessoas são essencialmente honestas e dignas de confiança. Mas as pessoas "não amigáveis" colocam o interesse próprio acima da boa relação e, normalmente, não se preocupam com o bem-estar dos demais. Além disso, sua descrença sobre os motivos dos outros os torna desconfiados e pouco cooperativos.

Desse modo, é possível crer que o traço **CONSCIÊNCIA** tenha estimulado o policial mais jovem a manter um comportamento metódico e orientado para a sobrevivência policial, inclusive com a aplicação de procedimentos aprendidos na academia de polícia. Por outro lado, o traço **AMABILIDADE** pode ter favorecido as mortes dos policiais mais velhos e experientes por encobrir a percepção do perigo

nas atividades mais rotineiras, deixando esses policiais "cegos" para os sinais ou evidências de ameaça.

De acordo com o FBI, na média, as vítimas policiais são mais velhas que seus agressores, com melhor educação formal e com maior probabilidade de ter família constituída. Já os agressores são, geralmente, jovens do sexo masculino, solteiros e educados até o ensino médio.

Policiais que trabalham por muito tempo sem qualquer incidente ou que são expostos a situações arriscadas nas quais nada acontece tendem a esquecer ou negligenciar as regras e os comportamentos de segurança, a considerar todas as pessoas e as situações como se fossem inofensivas e a acreditar que a possibilidade de serem mortos seja remota. Esse processo, construído ao longo da carreira, chama-se **HABITUAÇÃO**. A habituação também ocorre quando o policial é exposto a circunstâncias críticas de modo rotineiro, mesmo que tais ocorrências resultem em perigo real sem maiores consequências. Assim, como o policial sobreviveu aos conflitos do passado, ele acredita que fará o mesmo nos incidentes futuros. Esse fenômeno também está vinculado ao **EXCESSO DE CONFIANÇA**, quando o policial acredita que é invencível.

Aqueles que são considerados ou se acham policiais acima da média tendem a buscar "atalhos" para alcançar um resultado favorável em menos tempo. É o caso do policial que se reúne sozinho com informantes. (**EXCESSO DE CONFIANÇA**).

A idade talvez tenha sido um motivador para o ataque tanto quanto um item importante na incapacidade de o policial resistir ao confronto. É possível acreditar que o delinquente tenha decidido atacar o policial mais velho considerando sua capacidade de sobrepujá-lo, sendo a razão para ataques aos policiais acima dos 40 anos de idade. Deve-se considerar, também, que a possível deficiência na força e resistência física do policial tenha contribuído para seu insucesso no evento crítico.

Policiais mortos intencionalmente no Brasil Idade do policial, 2016		
Idade	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**437**	**100%**
Abaixo de 30 anos	52	12%
Entre 30 e 39 anos	135	31%
Entre 40 e 49 anos	143	33%
Entre 50 e 59 anos	91	21%
Acima de 60 anos	16	4%

Tabela 17.1 - Idade do policial (FBSP).

LIÇÃO APRENDIDA: o policial nunca deve trabalhar sozinho e sem seus equipamentos individuais, como as tecnologias menos letais, pois a ajuda do colega pode representar sua única oportunidade de sobreviver. Esse procedimento é especialmente importante para diminuir a chance de morte em razão de um condicionamento físico ruim ou inexistente. Entretanto, se o colega também apresenta um condicionamento ruim, provavelmente os dois estarão em risco e mais propensos a usar armas de fogo para conter alguém ligeiramente mais forte ou resistente.

Parece que policiais mais novos (com "sangue nos olhos") não trabalham sozinhos porque conseguem reunir outros policiais com a mesma mentalidade, mesmo para cumprir as tarefas aparentemente mais simples. Já os policiais mais antigos, quando perdem essa disposição, tendem ao trabalho solitário.

Portanto é um erro imaginar que algo ruim nunca vai ocorrer só porque o policial tem 30 anos de experiência imaculada, por exemplo. Forte ou fraco, novo ou velho, para o criminoso o policial ainda é um inimigo com a intenção de prendê-lo. O policial deve manter o corpo e a mente sempre motivados para agir ou reagir a qualquer momento ou estágio da carreira.

Policiais mortos intencionalmente – Tempo de serviço policial

Policiais mortos intencionalmente Tempo de serviço policial, 1993–2012		
Anos de serviço	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Menos de 1 ano	43	4%
Entre 1 e 5 anos	331	28%
Entre 6 e 10 anos	341	29%
Mais de 10 anos	441	38%
Casos não relatados	15	1%
Tempo médio de serviço policial	**11**	

Tabela 18 – Tempo de serviço policial (FBI).

Já a tabela 18 demonstra que o tempo médio de serviço dos 1.171 policiais mortos foi de 11 anos. A faixa de maior mortalidade foi marcada para os policiais com mais de 10 anos de trabalho (38% dos casos). As duas faixas mais críticas foram aquelas entre seis e 10 anos de serviço e com mais de 10 anos. Apenas essas duas categorias representaram 67% dos episódios, com 782 policiais mortos. E os policiais recém-incorporados e com menos de um ano de serviço foram os menos vitimados.

Ao se comparar o tempo médio de serviço com a média de idade (37 anos – tabela 17), verifica-se que novamente o maior índice de mortes ocorreu com os policiais entre 31 e 40 anos. Já o menor percentual se aplicou aos policiais abaixo de 25 anos de idade e, possivelmente, recém-admitidos no serviço policial.

Agora, imaginando que um policial tenha participado de um treinamento de autodefesa que incluiu estatísticas sobre policiais mortos, histórias sobre violência, e talvez um ou dois assassinatos gravados por circuitos de TV, provavelmente ele terminou o curso impressionado com o potencial de ser a próxima vítima do crime e da violência mesmo sendo um policial. Então ele fica alerta, consciente, observa as redondezas, sendo mais cauteloso sobre pessoas que considera potencialmente suspeitas. Mas quantos dias esse comportamento vai durar?

Com o tempo, a ausência de consequências perigosas reais faz o policial relaxar. E apesar de ele estar interessado na própria segurança e possuir algum

conhecimento do que deve ser feito, ele não consegue agir adequadamente. Suas habilidades de sobrevivência, seu estado de alerta logo começam a desaparecer. Por quê?

Porque o cérebro está orientado para automatizar comportamentos repetitivos, pois é a maneira como os seres vivos trabalham. Muito do comportamento humano diário é automatizado, e isso acontece sem que se perceba.

Psicólogos estimam que mais de 90% desse comportamento humano diário ocorre sem consciência ou pensamento deliberado. Atividades repetitivas tornam-se ações automáticas para liberar a atenção para coisas que são novas, desconhecidas ou ameaçadoras. Se não fosse dessa maneira, a mente ficaria sobrecarregada e seria sobrepujada com a mais simples das tarefas.

Assim, pessoas expostas periodicamente a lugares altos reduzem seu medo de altura. Pessoas com dificuldade de falar em público se sentem mais confiantes em frente desse público depois de exposições habituais. Do mesmo modo, pessoas que são rotineiramente expostas a situações potencialmente perigosas, em que nada acontece, tornam-se menos cuidadosas em tais situações. Isso se chama **HABITUAÇÃO**, como já foi visto.

É bem verdade que o **HÁBITO** ou a **ROTINA** facilita e põe ordem no trabalho e na vida, pois é a experiência acumulada ao longo do tempo trabalhando no modo automático. Contudo exposições habituais a determinadas ocorrências, mesmo que perigosas, entediam o mecanismo de autodefesa. Então a rotina trabalha contra o policial quando se é exposto muitas vezes a situações potencialmente arriscadas em que nada acontece, **E DEPOIS DE UNS 11 ANOS, ELA MATA UM NÚMERO CONSIDERÁVEL DE PROFISSIONAIS.**

De acordo com a tabela 18, o tempo médio de serviço dos policiais mortos nos Estados Unidos é de 11 anos, e a média de idade desses policiais é de 37 anos. Nem um "novinho", nem um "antigão", mas alguém no meio da carreira.

"Nada é rotina!", "Evite a rotina!" e "Os maiores inimigos do policial são: a rotina e o excesso de confiança!" são algumas das frases repetidas em cursos de formação policial.

Entretanto a realidade é que barreiras policiais, buscas e apreensões, prisões, entrega de intimações, entrevistas e interrogatórios, condução de presos e outras

ocorrências em que nada acontece são, de fato, **ROTINA**. O policial pode chamá-las do que quiser como "baixo risco", "alto risco", mas o nome não altera as mudanças inconscientes que ocorrem na mente quando ele realiza tarefas sem consequências centenas de vezes ao longo dos anos.

O fato é que palavras ou frases não protegem nem matam policiais. O que ele precisa perceber é que atividades diárias realizadas repetidas vezes, ano após ano, tornam o risco inerente cada vez mais invisível, e quando isso acontece o policial tende a fazer uma de duas coisas:

- Torna-se complacente com os perigos dessas atividades.
- Aumenta a exposição ao risco para satisfazer sua necessidade de emoção.

As duas coisas caminham lado a lado e se complementam. Não é por acaso que a **COMPLACÊNCIA** e o **COMPORTAMENTO DE RISCO** estão diretamente ligados a um grande número de policiais mortos não só por criminosos, mas também por acidentes de trânsito e problemas de saúde evitáveis.

O policial também precisa entender que enquanto abordagens, de modo geral, tendem a ser a atividade mais comum, qualquer coisa pode se tornar rotina se feita muitas e muitas vezes sem que algo ocorra para estimular a percepção de que qualquer operação é um evento desconhecido, cheio de riscos e imprevistos.

Talvez o policial não acredite, mas o perigo, o risco e a incerteza são alguns componentes que tornam o trabalho policial atraente para muitas pessoas. Por isso, eles têm não só certa tolerância ao perigo, mas uma verdadeira necessidade dele. Não é incomum esse tipo de policial se sentir desestimulado ao ser designado para atividades administrativas ou consideradas sem importância.

É fato que alguns policiais ajustam seu comportamento para manter a exposição ao risco no nível que precisam, o que pode ser chamado de **REGULADOR FATAL**.

Desse modo, se a rotina torna o risco existente na atividade policial invisível, o policial irá inevitavelmente assumir riscos adicionais. E isso acontece quando ele:

- Algema o preso para frente ou não algema.
- Avança um sinal vermelho sem diminuir a velocidade.
- Confia na denúncia anônima.
- Dorme dentro da viatura.
- Entrega uma intimação sozinho.
- Não espera o reforço.
- Não tem um plano alternativo.
- Vai só ao encontro com um informante, etc.

A verdade é simples: quanto maior o risco assumido, maior a chance de o policial morrer.

Isso não significa que os policiais querem ser mortos, mas eles procuram estar presentes em uma variedade de situações arriscadas ou não se sentem policiais. Afinal de contas, eles correm em direção ao perigo, e não ao lado da multidão em pânico.

O mesmo tende a ocorrer com a complacência. Nada melhora as habilidades de sobrevivência de um policial quanto ter um criminoso tentando feri-lo ou matá-lo. O problema com esse tipo de "motivação" é o risco de ser ferido ou morto no mundo real. E essa não é uma motivação que faça qualquer sentido.

LIÇÃO APRENDIDA: as organizações policiais devem introduzir, gradualmente, treinamentos, práticos e teóricos, que previnam a complacência e o comportamento de risco independentemente do tempo de serviço dos policiais. Essas são características que se aderem ao policial justamente quando ele deixa a academia de polícia. As polícias também devem fazer uma autocrítica para determinar se seu ambiente organizacional e suas decisões não estão desmotivando seus policiais, já que a falta de ânimo possui estreita relação com a complacência e a falta de interesse.

Cada chefe ou comandante também deve avaliar seu comportamento e suas decisões com o propósito de verificar se elas desenvolvem ou demonstram sua liderança ou apenas reforçam a ideia de que ele é **APENAS** mais um na linha de comando.

Do mesmo modo, é tarefa de cada policial se preparar para estar no auge da capacidade de sobrevivência, não importando a quantidade de vezes que já atendeu o mesmo tipo de ocorrência, procurando o bandido de sempre, nos últimos 11 anos.

Policiais mortos intencionalmente – Tipo de assistência na hora do incidente

Policiais mortos intencionalmente
Tipo de assistência na hora do incidente, 1993–2012

Tipo de assistência	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Sozinho	401	34%
Acompanhado por outro policial	636	54%
De folga	134	11%

Tabela 19 – Tipo de assistência na hora do incidente (FBI).

Pode-se definir **ASSISTÊNCIA** como qualquer situação em que mais de um policial está presente e trabalhando na mesma ocorrência.

A estatística do FBI referente ao tipo de assistência na hora do incidente (tabela 19) considera o modelo de trabalho policial nos Estados Unidos, no qual policiais podem atuar sozinhos ou serem assistidos por outros policiais. Assim, os 1.171 casos fatais ficaram distribuídos da seguinte forma:

- Policial sozinho em uma viatura (335 fatalidades).
- Policial em uma viatura, assistido por outro policial em outra viatura (303 fatalidades).
- Policiais juntos investigando (190 fatalidades).
- Dois policiais juntos em uma viatura (135 fatalidades).
- Policial de folga (134 fatalidades).
- Policial sozinho investigando (57 fatalidades).
- Policial sozinho patrulhando a pé (nove fatalidades).

- Policiais juntos patrulhando a pé (oito fatalidades).

Para simplificar a compreensão, a tabela 19 relaciona três situações: o policial sozinho, o policial assistido por outro colega e o policial acompanhado por outro. Desse modo, dos 1.171 policiais assassinados, 134 agiram no cumprimento do dever enquanto estavam de folga (11%); 401 estavam trabalhando sozinhos (34%) e 636 estavam acompanhados ou foram assistidos por outros policiais no momento do incidente (54%).

A presença de mais de um policial no momento do incidente, ou mesmo antes, não impediu agressões letais em 636 ocorrências. Por isso não há razão para acreditar que a superioridade numérica seja um elemento tão dissuasivo quanto se pensa. A estatística indica que a assistência necessariamente não reduz, por si só, a possibilidade do policial ser ferido ou assassinado enquanto lida com suspeitos violentos.

Paradoxalmente, talvez tenha sido a assistência e/ou companhia de outro colega o que motivou a vítima policial a se precipitar (se "jogar") na ocorrência sem um plano básico. A vítima também pode ter hesitado em usar a força letal porque esperou demais por uma decisão e uma ação do colega que o acompanhava.

> Em 11 de outubro de 2014, uma guarnição da Polícia Militar do Estado de São Paulo foi acionada para atender a uma ocorrência de roubo em andamento em estabelecimento comercial na cidade de Campinas/SP. Enquanto os três policiais subiam as escadas, o primeiro policial, que empunhava uma carabina com apenas uma das mãos e sem usar a bandoleira, localizou um suspeito. Pego de surpresa, o assaltante deitou no chão e se rendeu. Então, o primeiro policial se **APRESSOU** para realizar a abordagem, quando o segundo suspeito saiu de uma sala e começou a disparar. Dos dois policiais que ainda subiam as escadas, apenas um conseguiu reagir e incapacitar o atirador. O suspeito foi ferido e os policiais saíram ilesos, **POR SORTE**. (Policiais militares reagem a assalto em Campinas, YOUTUBE, 2014).

A dinâmica nessa filmagem demonstra que um único criminoso armado decidiu enfrentar uma guarnição porque percebeu a vulnerabilidade tática do primeiro policial (sem cobertura, empunhando uma arma longa com apenas uma mão, sem condição de ser eficiente e eficaz no uso do armamento, com "atenção" totalmente voltada para o suspeito rendido e deitado no chão).

Muitos policiais com vocação para o trabalho possuem um sentimento de que seu dever é proteger os inocentes sob quaisquer circunstâncias. Esses policiais têm dificuldade em permanecer inertes quando presenciam crimes em andamento. Outras vezes, é o desejo de combater o inimigo **A TODO CUSTO** que acaba expondo o policial ao perigo de uma ação não planejada. Assim, o ímpeto de se envolver na ocorrência coloca o policial em uma condição tática perigosa: agir sozinho, desprotegido e sem um objetivo imediato.

É possível extrair muitas razões que explicariam a ineficácia da assistência policial quantificada na tabela 19:

- A vítima abordou um veículo em fuga ou numa situação de alto risco.
- A vítima foi emboscada (ataque surpresa).
- A vítima saiu de uma posição barricada.
- A vítima se distanciou do colega durante uma perseguição a pé.
- Excesso de confiança em razão da superioridade numérica.
- Indecisão em usar a força letal.
- Informações conflitantes.
- Posicionamento ruim da vítima ou do policial de apoio.
- Um erro tático foi cometido (falta de atenção aos arredores, por exemplo).
- Uso da arma de fogo ainda dentro da viatura por parte da vítima ou do assistente (disparos sem eficácia e dificuldade de movimentação em razão do espaço confinado).

LIÇÃO APRENDIDA: a tabela 19 indica que ter suporte policial não reduz a possibilidade de o policial ser seriamente ferido ou morto enquanto lida com pessoas violentas. Mas ela também não mostra as incontáveis situações bem-sucedidas em

que os policiais foram capazes de sobreviver em razão do **EFICAZ** trabalho em equipe.

Portanto quando policiais trabalham juntos de modo **ATENTO** e **COORDENADO** (o que inclui a comunicação verbal), as chances de sobreviver a um ataque aumentam dramaticamente. Por outro lado, uma equipe **DESCOORDENADA, AMADORA, DESMOTIVADA, DESPREPARADA, MAL EQUIPADA, DESINFORMADA, INCOMUNICÁVEL E SEM OBJETIVO É TÃO INÚTIL E PERIGOSO QUANTO TRABALHAR SOZINHO**.

Alan Fernandes, oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo e mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública esclarece, em seu artigo *Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)*, informa que é no radiopatrulhamento com dois policiais que ocorre o maior número de mortes na PM paulista. Ele explica que "o elevado número de mortes durante o radiopatrulhamento reside na quantidade de policiais militares envolvidos no apoio à atividade.". O pesquisador afirma que "quanto menor o número de policiais 'no apoio', maior o número de mortes: na medida em que o auxílio passou de um para dois, as mortes caíram pela metade e, na medida em que o número de apoio subiu para três, elas caíram para apenas um caso.".

Agora, se o policial está de folga e quer ajudar, deve se portar como nas operações de inteligência: obter dados sobre os suspeitos, seus veículos, onde estão, para onde vão, de forma velada. Ele deve ligar para a polícia e pedir apoio, enquanto segue os suspeitos e coleta outras informações. Quer dizer, se ele está sozinho e **NÃO É O ALVO**, deve se comportar como uma **BOA TESTEMUNHA**, na medida do possível. Isso contraria a vontade de fazer algo durante uma situação crítica, porém a precipitação pode colocar o policial e outras pessoas em risco.

Policiais mortos intencionalmente – Ocorrência na cena do incidente

Policiais mortos intencionalmente Ocorrência na cena do incidente, 1993–2012	
Ocorrência	**Total**
Número de vítimas policiais	**1.171**
Ocorrência de distúrbio	**162**
Distúrbio (brigas em bares, pessoas armadas, etc.)	72
Distúrbio doméstico (brigas entre familiares, etc.)	90
Situação de prisão	**329**
Arrombamento em andamento/perseguição aos suspeitos	35
Roubo em andamento/perseguição aos suspeitos	117
Situação envolvendo drogas ilícitas	46
Outras tentativas de prisões	131
Distúrbio civil	**0**
Custódia, transporte e trato com prisioneiros	**34**
Investigação de pessoas e circunstâncias suspeitas	**165**
Situação de emboscada	**211**
Emboscada premeditada	75
Ataque não provocado (ataque surpresa)	136
Trato com pessoas mentalmente perturbadas	**21**
Perseguição/abordagem no trânsito	**193**
Situação tática (suspeito barricado, reféns, entrada de alto risco etc.)	**56**

Tabela 20 – Ocorrência na cena do incidente (FBI).

Os tipos de ocorrências nas cenas dos crimes são mostrados na tabela 20. De modo geral, a graduação das mortes de policiais se deu da seguinte forma:

- Situações de prisão (329 casos).
- Emboscadas (211 casos).
- Perseguições/abordagens no trânsito (193 casos).
- Investigações (165 casos).
- Distúrbios (162 casos).

- Situações táticas (56 casos).
- Trato com presos (34 casos).
- Trato com pessoas perturbadas (21 casos).

Dos 1.171 policiais mortos intencionalmente, nenhum caso se destacou por características fora do comum. As circunstâncias das mortes representam as atividades mais básicas que policiais realizam diariamente em todo o mundo.

Percebe-se que o motivo principal para os ataques foi o compromisso em facilitar a própria fuga. Nota-se, assim, que 960 incidentes (82%) envolveram a interação e a proximidade do policial com seu futuro agressor (já que as emboscadas, em regra, não possuem tais características – proximidade e interação com os alvos).

Especificamente, as ocorrências ficaram distribuídas da seguinte maneira:

- Perseguição e abordagem no trânsito (193 casos).
- Investigação de pessoas e circunstâncias suspeitas (165 casos).
- Ataque não provocado (136 casos).
- Outras tentativas de prisão (131 casos).
- Roubo em andamento/perseguição aos suspeitos (117 casos).
- Distúrbio doméstico (90 casos).
- Emboscada premeditada (75 casos).
- Distúrbio em local público (72 casos).
- Situação tática (56 casos).
- Situação com drogas ilegais (46 casos).
- Arrombamento em andamento/perseguição aos suspeitos (35 casos).
- Trato com presos (34 casos).
- Trato com pessoas mentalmente perturbadas (21 casos).

O FBI (1997) informa que policiais agredidos e **SOBREVIVENTES** frequentemente formularam planos de ação **ANTES** de chegarem ao local onde foram atacados. Daqueles que receberam chamados do COPOM:

- 23% desenvolveram planos baseados no conhecimento pessoal sobre a localidade para a qual estavam se dirigindo.
- 8% planejou com base no tipo de ocorrência.
- 8% pela informação adicional veiculada pelo rádio.
- 4% pelo conhecimento da identidade do suspeito.

Mas chama a atenção a possibilidade de que os policiais vitimados não possuíssem informações sobre a periculosidade das ocorrências ou imaginaram que situações corriqueiras não pudessem ser escaladas para uma condição de vida ou morte, apesar de qualquer planejamento prévio. São exemplos de ocorrências que ilustram isso: perseguição e abordagem no trânsito, investigação de pessoas e circunstâncias suspeitas, distúrbio doméstico e distúrbio em local público. Quer dizer, não há garantia de que situações aparentemente normais não possam se transformar, de repente, em incidentes críticos para os policiais envolvidos.

Por outro lado, há o atendimento às ocorrências que **SEMPRE** evidenciam a violência e o real potencial de perigo para o policial: roubo em andamento, situação tática, arrombamento em andamento, trato com presos e pessoas perturbadas.

Portanto **TODAS AS INTERAÇÕES** realizadas pelo policial **POSSUEM UM NÍVEL VARIADO DE PERIGO**.

LIÇÃO APRENDIDA: nenhum criminoso quer ser preso (isso não faz parte do plano deles), por isso se deve garantir a superioridade numérica, a presença dos equipamentos corretos e estar mental e fisicamente preparado para usar a força para vencer as resistências agressivas e mortais que encontrar. O policial não pode imaginar que seu dia será igual aos demais.

Policiais mortos intencionalmente – Tipo de arma

Policiais mortos intencionalmente Tipo de arma, 1993–2012		
Tipo de arma	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Armas de fogo	**1.084**	**93%**
Pistola e revólver	803	
Rifle, fuzil e carabina	204	
Espingarda	74	
Tipo não relatado	3	
Faca ou outro objeto cortante	**11**	**0.9%**
Bomba	**11**	**0.9%**
Instrumento contundente	**1**	**0.1%**
Arma pessoal	**6**	**0.5%**
Veículo	**58**	**5%**

Tabela 21 – Tipo de arma (FBI).

A tabela 21 demonstra que dos 1.084 policiais mortos por armas de fogo, 803 foram mortos por revólveres ou pistolas (74%), 204 por fuzis (19%) e 74 por espingardas (7%).

No mesmo período, outros 87 policiais foram mortos por instrumentos diversos, sendo 11 em atentados a bomba, 11 com facadas, seis a socos e pontapés, 58 com veículos usados como armas e um com instrumento contundente (porrete). A soma dessas mortes com os 1.084 policiais mortos por armas de fogo totalizou 1.171 policiais mortos intencionalmente.

A incidência de mortes provocadas por armas curtas se deve a algumas de suas características: são mais baratas, acessíveis, **MAIS FÁCEIS DE ESCONDER** (até mesmo dentro da roupa íntima) e matam de modo rápido e eficaz. Assim, é possível que os policiais assassinados só tenham visto essas armas quando foram efetivamente disparadas. Talvez nem isso.

Outra possibilidade pode ter sido a falta de atenção durante os procedimentos de busca pessoal: ou a busca não foi realizada ou foi mal feita ou o policial encontrou a primeira arma e não continuou o procedimento para verificar a existência de outra

arma. Pode-se afirmar que o trato com pessoas aparentemente desarmadas e que colaboram num primeiro momento tende a gerar maior tranquilidade no policial.

Como as armas curtas sob a roupa são difíceis de identificar sem uma busca pessoal, é provável que as vítimas policiais tenham se aproximado dos suspeitos utilizando um menor nível de força, cautela e proteção. Consequentemente, essa redução no nível de força pode ter fortalecido a intenção do suspeito em reagir devido à possibilidade de sucesso.

Fica claro que uma arma de fogo foi um instrumento letal por natureza, e item preferível na ação criminosa. Porém, em sua ausência, outros instrumentos foram utilizados como substitutos.

Não houve relatos de incidentes nos quais as vítimas policiais usaram armas de impacto (tonfa ou bastão retrátil). Apenas sete casos envolveram o uso de armas pessoais (socos e chutes) e instrumento contundente quando as armas de impacto talvez pudessem fazer alguma diferença. O mesmo se aplica ao uso de agentes químicos.

A escolha do tipo de arma parece ter relação com o tipo de crime. Assim, suspeitos selecionam armas de fogo curtas para o cometimento de crimes como os arrombamentos, furtos e roubos. Por essa razão, os policiais designados para atender às ocorrências de crimes em andamento, perseguição de criminosos em fuga e investigação de situações suspeitas podem se deparar com pistolas e revólveres. Crimes mais elaborados, crimes de quadrilhas especializadas e outras emboscadas podem exigir o uso de armas longas, mais do que armas curtas. Por outro lado, suspeitos usam armas pessoais (mãos e pés) com mais frequência em situações de custódia e transporte de presos, já que não possuem outros meios.

Nada disso parece novidade, já que as armas de fogo não requerem proximidade; as emboscadas se baseiam na capacidade de ser furtivo e dissimulado; e as situações de custódia podem ter eliminado o acesso à arma de fogo em razão da busca pessoal realizada pelo policial, deixando as armas pessoais como única forma disponível para enfrentar o policial.

Apesar da ausência de dados sobre armas empregadas para ferir e matar policiais brasileiros, é possível perceber uma alteração nos tipos de armas utilizadas

por criminosos ao longo do tempo, notadamente o aumento no uso de fuzis, submetralhadoras e espingardas, muito além das fronteiras das favelas cariocas.

Um estudo elaborado pelo Instituto Sou da Paz, publicado no Portal Terra, demonstrou que entre os anos de 2011 e 2012 foram apreendidas 14.000 armas utilizadas em crimes na cidade de São Paulo. Os tipos de armas apreendidas foram distribuídos da seguinte forma:

- 8.302 revólveres (59.3%).
- 4.508 pistolas (32%).
- 560 espingardas (4%).
- 336 garruchas (2,4%).
- 140 carabinas (1%).
- 112 fuzis (1%).
- 56 submetralhadoras (0,4%).

Já o propósito de uso dessas armas foi relacionado assim:

- Roubo (33,8%).
- Porte e posse ilegal de arma de fogo (31,9%).
- Casos não especificados (15,5%).
- Homicídios (8,7%).
- Latrocínios (8%).
- Tráfico de drogas (1,9%).
- Suicídio (0,8%).

O mesmo estudo indicou que 98% das armas curtas (revólveres, pistolas e garruchas) e 2% das armas longas (espingardas, carabinas, fuzis e submetralhadoras) foram utilizadas para a prática de roubos.

Ainda sobre a utilização das armas apreendidas, 97% das armas curtas foram utilizadas em homicídios (pistolas com 55%, revólveres com 42% e garruchas com

0,2%) e 3% das armas longas foram usadas com o mesmo propósito (espingardas com 1,9%, carabinas com 0,8%, fuzis com 0,4% e submetralhadoras com 0,2%).

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) informou que no mês de janeiro de 2015 apreendeu 41 fuzis, ou seja, 21 fuzis a mais quando comparado com o mesmo mês do ano anterior. A apreensão de pistola aumentou 46% em janeiro de 2015, um salto de 173 pistolas em 2014 para 253 em 2015. Quanto ao revólver, houve uma redução de 279 apreensões em janeiro de 2014 para 194, um declínio de 30%.

Portanto o que os dados brasileiros apontam é que em mais de 84% das ocorrências criminosas haverá sempre uma arma de fogo presente (excluídos os suicídios e os casos não especificados). Isso não significa que nas demais ocorrências (16%) não haja algum tipo de arma presente, tais como as facas.

LIÇÃO APRENDIDA: não se deve ignorar o potencial lesivo de qualquer objeto próximo, mesmo que pareça inofensivo, como: mãos, pés, correntes, pedras, cadeiras, cordas, grampeadores, estiletes, ferramentas, garrafas, pedaços de vidro, veículos, etc.

O policial nunca deve ignorar alguém que pareça obediente ou que está com as mãos vazias, pois uma arma pode estar escondida num local que ele ainda não consegue ver. Quando uma arma for encontrada, nunca se deve encerrar o procedimento de busca pessoal, pois outras armas ainda podem estar escondidas.

Finalmente, mas não menos importante, o policial deve observar as mãos dos suspeitos e permanecer atento às áreas em que criminosos normalmente escondem armas de fogo, tanto no corpo quanto dentro de um veículo. Além disso, com seu smartphone e o aplicativo WhatsApp©, o policial tem acesso aos vídeos e mensagens de outros colegas que descobrem armas e esconderijos incomuns durante operações policiais. É importante que ele se familiarize com esse tipo de informação e com a perspicácia criminosa.

Policiais agredidos – Tipo de incidente versus tipo de arma

Policiais agredidos

Tipo de incidente versus tipo de arma, 1995–2004

Tipo de incidente	Arma de fogo		Faca		Outras armas		Socos e pontapés	
Distúrbios	972	4%	713	3%	2.465	10%	20.319	83%
Arrombamentos	61	6%	26	2%	248	22%	796	70%
Roubos	174	23%	25	3%	134	18%	415	56%
Outras prisões	226	3%	101	1%	862	12%	6.238	84%
Desordem civil	8	1%	22	2%	351	33%	689	64%
Trato com presos	25	0%	53	1%	785	8%	9.440	91%
Pessoas e situações suspeitas	499	5%	243	2%	1.253	12%	8.417	81%
Emboscadas	154	45%	9	3%	79	23%	99	29%
Pessoas mentalmente perturbadas	72	5%	108	7%	185	12%	1.121	75%
Abordagens trânsito/perseguições	539	6%	91	1%	2.500	30%	5.183	62%
Outros tipos não relacionados	412	5%	158	2%	1.345	15%	6.708	78%

Tabela 21.1 – Tipo de incidente versus tipo de arma (Peace Officer Standards and Training, POST).

A tabela 21.1 compara a quantidade de agressões a policiais no estado da Califórnia (por tipo de incidente ou ocorrência atendida) e os tipos de armas utilizadas nesses incidentes entre os anos de 1995 e 2004. No total, foram contabilizadas 74.334 agressões no período de 10 anos. Os agressores utilizaram armas pessoais (socos e chutes) em 80% dos incidentes; outras armas (como porretes) em 14%; armas de fogo em 4% e facas em 2% dos casos. Entretanto a letalidade das armas de fogo fica comprovada na tabela anterior (tabela 20).

É possível analisar cada tipo de incidente para ter uma ideia do tipo de arma mais frequente na agressão ao policial (análise horizontal). Por exemplo, no trato com presos, apenas 25 agressões (0%) ocorreram com emprego de arma de fogo, sendo que 91% dos ataques foram feitos com socos e pontapés. Nas situações de custódia de prisioneiros, os agressores usaram armas pessoais com mais frequência do que qualquer outro tipo de arma. Essa descoberta não é surpresa, já que a busca pessoal realizada pelo policial pode ter removido outro tipo de arma do abordado.

Percebe-se uma inversão no quadro quando o incidente avaliado é a emboscada. Aqui, quase metade dos casos envolveu armas de fogo (45%), sugerindo que esse tipo de agressão é um ataque deliberado com o objetivo de matar o policial de modo mais eficaz.

Também é admissível um exame por tipo de arma (análise vertical). Assim, as facas foram mais utilizadas em 713 casos de distúrbios (brigas familiares, violência doméstica), depois em 243 casos de pessoas e situações suspeitas e depois em 108 ocorrências com pessoas mentalmente perturbadas.

LIÇÃO APRENDIDA: os dados demonstram que nenhuma atividade policial está isenta do perigo, ainda que seja o risco de agressão com socos e chutes. Ocorre que qualquer tipo de agressão pode ser escalado para um nível maior. Então se o policial for agredido com socos e chutes e não conseguir revidar ou se proteger, o agressor pode tomar a arma de fogo e usá-la contra ele. Outros tipos de armas, como porretes, podem estar escondidos dentro do carro do abordado. As facas e tesouras podem estar espalhadas pelos cômodos (cozinha, área de serviço, quintal, etc.) de uma residência. Com os ânimos exaltados em razão de uma disputa doméstica, familiares podem utilizar essas armas para agredir e matar o policial. Uma busca pessoal ou veicular mal feita ou a falta de contenção do suspeito pode permitir que ele tenha acesso a alguma arma letal escondida no corpo.

Quando o policial estiver se aproximando do local da ocorrência deve adquirir o hábito de verificar a região à procura de suspeitos que possam emboscá-lo. Ele pode diminuir a velocidade para não se precipitar no local da chamada, pois isso permite que ele tenha tempo para pensar e determinar um plano de ação e reação.

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo – Tipo de arma e calibre

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo Tipo de arma e calibre, 1993–2012		
Tipo de arma e calibre	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.084**	**100%**
Pistola e revólver	**803**	**74%**
.22	41	
.22 Magnum	1	
.25 (6.35 mm)	23	
.32 (7.65 mm)	14	
.357	15	
.357 Magnum	43	
.38	108	
.380	76	
.40	109	
.41 Magnum	1	
.44	7	
.44 Magnum	13	
.45	74	
.50	2	
7.62x25	1	
9 mm	227	
10 mm	6	
Não relatado	42	
Rifle, fuzil e carabina	**204**	**19%**
.22	10	
.223	44	
.25-06	2	
.280	1	
.30	15	
.30-06	9	
.30-30	11	
.300	1	
.308	7	
.44	0	

.44 Magnum	2	
5.45x39	2	
5.56x45	1	
7 mm	4	
7.62x39	75	
9 mm	2	
Não relatado	18	
Espingarda	**74**	**7%**
12	63	
16	2	
20	6	
36	1	
Não relatado	2	
Casos não relatados	**3**	**0.3%**

Tabela 22 – Tipo de arma e calibre (FBI).

Já a tabela 22 informa os calibres mais utilizados pelos criminosos para agredir e assassinar policiais nos Estados Unidos. Como a legislação americana permite a posse e o porte de armas de fogo de diversos calibres, percebe-se grande incidência de calibres poderosos e pouco comuns no Brasil, pelo menos nas ações criminosas menos organizadas.

Desse modo, em 1.084 casos de policiais mortos por armas de fogo, os calibres mais utilizados foram 9 mm Luger (227 casos), .40 S&W (109 casos), .38 SPL (108 casos), .380 ACP (76 casos), 7.62x39 mm (75 casos) e 12 Gauge (63 casos). Isso não significa que calibres menores não representaram um acentuado poder de incapacitação, já que foram responsáveis por 174 mortes (.22, .22 Magnum, .25, .32, .380, .22, 16, 20, 36), ou seja, pouco mais de 15% dos casos.

LIÇÃO APRENDIDA: armas de fogo continuam a apresentar sério risco de ferimento e morte. Portanto o policial nunca deve ignorar ou desacreditar no potencial letal de qualquer tipo de arma, mesmo as de calibres aparentemente mais fracos. Ele tem que realizar buscas (pessoal, residencial e veicular) com calma, detalhadamente e sem constrangimentos em tocar as partes íntimas dos suspeitos. Em razão dessa repulsa, alguns criminosos escondem armas fundo nas roupas íntimas. Se quiser, ele pode utilizar luvas (táticas ou de procedimentos) para ajudá-lo

na tarefa, pois esse equipamento ajuda a criar uma "distância" entre as mãos e o corpo do abordado.

Policiais mortos intencionalmente – Uso da arma durante o incidente

Policiais mortos intencionalmente Uso da arma durante o incidente, 1993–2012		
Arma institucional	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.171**	**100%**
Não usou ou não tentou usar a própria arma	598	51%
Disparou a própria arma	258	22%
Tentou usar a própria arma	183	16%
Uso da arma não relatado	132	11%

Tabela 23 – Uso da arma durante o incidente (FBI).

Dos 1.171 policiais mortos, 598 não tentaram ou não conseguiram usar as próprias armas durante o incidente (51%), 258 dispararam suas armas (22%) e 183 tentaram usá-las (16%). Cento e trinta e dois casos (11%) não foram relatados (tabela 23).

Mais da metade dos policiais assassinados não tentou ou não conseguiu fazer coisa alguma para salvar a própria vida. Possivelmente, os motivos para isso tenham sido à surpresa do ataque e a dissimulação no porte de armas curtas, favorecendo ataques repentinos e a curtas distâncias.

Outra constatação alarmante é a de que 441 policiais (que tentaram usar a arma ou que conseguiram efetivamente dispará-la), 38% dos casos não foram eficazes o suficiente para evitar a própria morte. Pior ainda é supor que muitos tenham hesitado em usar a força letal, mesmo sob amparo legal.

A tabela não mostra se houve algum confronto físico antes ou durante o emprego ou tentativa de emprego da arma de fogo por parte do policial. Também não informa se a qualidade do coldre, sua posição e a existência de travas e retenções tiveram alguma relação com a tentativa ineficaz no uso da arma.

LIÇÃO APRENDIDA: deve-se fazer um esforço para permanecer atento e precavido, pois isso reduz dramaticamente a possibilidade de alguém ser pego de surpresa. Se o policial estiver só quando encontrar o suspeito, ele deve ordenar que ele coloque as mãos sobre a cabeça ou deite-se no chão antes de **PENSAR** em se aproximar. Com o suspeito deitado, o policial possui várias opções: ordenar que ele abra as pernas e os braços; que mantenha as mãos sobre a cabeça e as pernas cruzadas; que abra as pernas e os braços, com as palmas das mãos voltadas para cima. Mesmo com o suspeito deitado, um policial sozinho deve evitar qualquer aproximação, pois o criminoso pode agarrar as pernas ou passar uma rasteira no policial e jogá-lo no chão. Com uma mão ocupada com a arma de fogo, o policial terá poucas opções de defesa, principalmente se a arma também cair fora do alcance.

O policial não deve se aproximar do abordado enquanto ainda estiver sozinho, principalmente se o suspeito ainda está de pé. Ele **JAMAIS** deve se aproximar do suspeito com a intenção de forçá-lo a se deitar, pois o suspeito pode atacar o policial e tomar a sua arma (mesmo que esteja no coldre).

A necessidade e a urgência do trabalho policial conjunto também deve estar na mente do colega encarregado de prestar o apoio. Se ele demorar a chegar (por medo, negligência ou falta de preparo físico), o policial que está sozinho corre o risco de perder o controle da situação se o abordado o desobedecer e resistir.

Assim que o reforço chegar, deve-se pedir ao colega para se aproximar e algemar o suspeito (como o primeiro policial já está com a arma em punho, não há razão para o colega sacar a arma para que o primeiro policial coldreie e se aproxime do abordado). Assim, o reforço contém o suspeito o mais rápido que puder (contato), enquanto o policial que fez a abordagem continua em posição (cobertura).

Mas se o policial se aproximar inadvertidamente enquanto o suspeito ainda estiver de pé, ele deve **PARAR**, redobrar o estado de alerta, **RECUAR (MANTENDO UMA DISTÂNCIA QUE NÃO PERMITA UM ATAQUE SÚBITO)** e dar as ordens mencionadas. Se não for obedecido, infelizmente o policial será tentado a se aproximar para usar a força, o que é extremamente perigoso. Esse é um grande dilema: manter a distância de um suspeito que não obedece às ordens ou se aproximar para forçá-lo a obedecer, com o risco de ser subjugado. Por isso, nunca se deve trabalhar sozinho.

É aqui também que instrumentos menos letais fazem a maior diferença, pois podem ser utilizados para garantir o controle da situação quando o suspeito resiste às ordens policiais.

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo – Distância entre policial e agressor

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo Distância entre policial e agressor, 1993–2012		
Distância em metros	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.084**	**100%**
De 0 até 1.50 metro	530	49%
De 1.80 até 3.00 metros	211	19%
De 3.35 até 6.00 metros	134	12%
De 6.40 até 15.24 metros	82	8%
Acima de 15.24 metros	77	7%
Casos não relatados	50	5%

Tabela 24 – Distância entre policial e agressor (FBI).

Dos 1.084 policiais mortos por armas de fogo (tabela 24):

- 530 estavam entre zero e 1,5 metro de distância dos agressores (49%).
- 211 estavam entre 1,8 e 3 metros (19%).
- 134 encontravam-se entre 3,35 e 6 metros (12%).
- 82 entre 6,4 e 15 metros (8%).
- 77 estavam a mais de 15 metros dos agressores (7%).
- 50 casos não foram informados (5%).

Em 68% dos casos, a distância entre o agressor e o policial foi de até três metros, algo comparado à distância entre-eixos de uma viatura tipo SUV. A curta distância também foi crucial para a efetividade no uso de armas curtas, como demonstrou a tabela 21. Percebe-se uma redução acentuada no número de policiais

mortos à medida que as distâncias aumentaram. Então pode-se dizer que a eficácia do tiro instintivo é inversamente proporcional ao aumento da distância do alvo.

No trabalho policial, muitas atividades práticas exigem a desconfortável necessidade de se aproximar do suspeito, seja para conferir ou entregar documentos, iniciar uma entrevista ou realizar uma busca ou uma prisão. Essa proximidade favorece o indivíduo que decide atirar primeiro e com eficácia, visto que diante da surpresa e violência do ataque, a vítima, se conseguir reagir, fará com medo e estresse. Geralmente, medo e estresse intensos não são bons em situações de vida ou morte. Além disso, assassinos a curtas distâncias não usam as miras e não precisam conhecer fundamentos ou técnicas de tiro para terem alguma eficácia. Basta que ele aponte e atire instintivamente até que seu alvo pareça ter sido atingido.

Com o aumento do uso de armas longas (fuzis, submetralhadoras e espingardas) é possível que distâncias maiores passem a representar risco considerável para os policiais brasileiros, nem tanto pela perícia dos criminosos, mas pela eficácia dessas armas mesmo em longas distâncias. Isso também favorece o bom resultado das emboscadas premeditadas, já que o policial não será capaz de responder de modo efetivo com uma arma curta, ou não será capaz de utilizar seu fuzil até identificar a origem dos disparos criminosos, pelo menos imediatamente.

Finalmente, o que a tabela 24 demonstra claramente é que todo policial deve ter um senso inato de que sua sobrevivência diminui à medida que a distância entre ele e o agressor também diminui.

LIÇÃO APRENDIDA: a decisão de atacar um policial pode ser premeditada ou repentina (baseada na avaliação quanto ao porte físico e comportamento profissional do policial). Nas duas situações, a decisão ocorre quando o criminoso percebe que pode vencer. Para ser eficaz, ele precisa reduzir a distância entre ele e o policial. Por isso, a distância é tão importante para a salvaguarda do policial. Um suspeito parado e obediente pode estar aguardando a aproximação do policial para colocar em prática sua decisão de atacar. Ele também pode se aproximar "amigavelmente". Tais comportamentos costumam gerar certo nível de tranquilidade no policial, que visualiza uma situação de rotina (que parece sob controle) e baixa a guarda. Mas para o criminoso, essa é a oportunidade perfeita.

Se for **ESTRITAMENTE** necessário que o policial se aproxime, mais uma vez ele deve aumentar o estado de alerta e a disposição para lutar com todas as forças. Deve-se permitir que o suspeito perceba uma postura profissional e segura, mantendo, ao menos, uma distância que não deixe que ele o golpeie com o braço ou a perna.

Nunca se deve permitir que o suspeito faça um movimento não autorizado, principalmente se ele puder esconder uma arma. Caso ele faça qualquer movimento estranho, o policial deve se antecipar, ordenar que fique parado enquanto aponta efetivamente a arma e se afasta. Se o suspeito ainda não tem uma arma na mão e faz um movimento brusco, o policial deve utilizar um instrumento menos letal quanto antes. Isso permite o controle da situação antes que o suspeito ganhe confiança para atacar o policial.

Com suspeitos que portam facas (ostensivamente) ou podem escondê-las, uma distância de segurança a partir de **10 METROS** é essencial porque um homem com uma faca e o caminho livre para atacar o policial pode:

- Correr 5 metros em 1.28 segundos.
- Correr 6,5 metros em 1.57 segundos.
- Correr 8 metros em 1.79 segundos.
- Correr 10 metros em 2.06 segundos.

É **IMPERATIVO** que o abordado não tenha a mínima chance de tomar a arma do policial, pois se ele o fizer o policial terá pouco tempo de vida. E é aqui que o desejo de sobreviver e a força física (bruta e violenta) farão toda a diferença.

Mais uma vez, nunca se deve trabalhar sozinho. Os policiais devem treinar com armas curtas e longas. Isso permitirá que sejam eficazes em todas as distâncias.

Se um ataque a curta distância for uma realidade, o policial não pode perder tempo **APENAS TENTANDO FUGIR**. O que ele precisa fazer é se movimentar e **GOLPEAR** o agressor com toda energia. Então, ele pode sacar a arma, buscar uma barricada e disparar todos os tiros que puder para incapacitar o agressor, se ainda for o caso. O policial precisa se movimentar para criar alguma dinâmica que

force o criminoso a se adaptar à nova posição. Essa adaptação leva tempo. E quem perde tempo tem mais chance de perder o confronto.

Uma reação letal colocará o agressor numa condição de vulnerabilidade, fazendo com que ele cesse os disparos por medo, por urgência em fugir ou por incapacidade física em razão dos ferimentos.

LIÇÃO APRENDIDA: o Agente Especial do FBI Urey W. Patrick informa na obra *Handgun wounding factors and effectiveness* (1989, p. 8) que um agressor determinado só pode ser incapacitado imediatamente se for atingido por um disparo que penetre o cérebro ou a parte superior da coluna espinhal. Havendo uma falha em se atingir o sistema nervoso central, o outro único meio de se provocar a incapacitação do agressor é o colapso circulatório proveniente de uma intensa hemorragia causada por perfurações no coração ou nos grandes vasos sanguíneos do tronco. Mas isso leva tempo.

A afirmação de Urey W. Patrick é corroborada por Vincent Di Maio, médico patologista americano, na obra *Gunshot wounds: practical aspects of firearms, ballistics, and forensic techniques* (2000). O autor relata que uma pessoa pode sofrer um ferimento fatal e ainda realizar alguma atividade física. Di Maio informa que experientes patologistas, não raramente, encontraram casos em que um indivíduo, após ter recebido um tiro fatal no coração, foi capaz de andar ou correr centenas de metros e realizar uma atividade física extenuante antes do colapso e morte. O autor esclarece que um indivíduo pode funcionar sem um coração por um curto período de tempo, pois o fator limitante para a consciência é o suprimento de oxigênio para o cérebro. Quando o oxigênio no cérebro é consumido é que ocorre a inconsciência. Experiências mostraram que um indivíduo pode permanecer consciente por pelo menos 10 a 15 segundos após a oclusão completa das artérias carótidas. Então se nenhum sangue for bombeado para o cérebro devido ao ferimento no coração, a pessoa pode permanecer consciente e correr durante pelo menos 10 segundos antes do colapso, por exemplo (p. 270).

Se o fluxo de sangue até o cérebro não for interrompido totalmente, uma pessoa ainda pode continuar a agressão até perder aproximadamente 25% de sangue, o que pode acontecer rápida ou lentamente de acordo com a reação ao trauma. O tempo necessário para que isso aconteça pode variar de alguns segundos (mais a

reserva de oxigênio de 10 a 15 segundos do cérebro) a minutos ou horas, dependendo das estruturas lesadas, dos mecanismos compensatórios do corpo e das tentativas da vítima de estancar a hemorragia (p. 394-395).

Claro que a disposição para enfrentar o policial nesses 10 segundos finais também depende do desejo de sobreviver, lutar e fugir, da mente combativa, da raiva, do ódio, do medo e da adrenalina. E apesar dos terríveis danos ao corpo que um criminoso pode receber, tal disposição é um evento comum nas ruas. Então a capacidade do agressor ainda representar um risco fatal para o policial é mais um motivo para manter uma **DISTÂNCIA SEGURA, MESMO DAQUELE QUE FOI ATINGIDO DE MANEIRA MORTAL** e está caído no chão.

Policiais mortos intencionalmente – Roubo da arma do policial por parte do agressor

Policiais mortos intencionalmente	
Roubo da arma do policial por parte do agressor, 1993–2012	
Arma roubada	**Total**
Número de vítimas policiais	**1.171**
Arma roubada	**160**
Morto com outra arma	102
Morto com a própria arma	57
Arma usada no crime não relatada	1
Arma não roubada	**1.005**
Morto com outra arma	973
Morto com a própria arma	32
Arma usada no crime não relatada	0
Roubo da arma não relatado	**6**

Tabela 25 – Roubo da arma do policial por parte do agressor (FBI).

A tabela 25 indica que dos 1.171 policiais mortos, 160 tiveram suas armas roubadas (14%) e 1.005 não tiveram suas armas subtraídas (86%). Seis casos não foram reportados. Essa tabela não informa a ordem dos eventos, quer dizer, não diz

se as armas foram tomadas dos policiais para matá-los ou se após a morte é que as armas foram levadas.

Dos 160 policiais mortos e que tiveram suas armas roubadas, 57 foram mortos com a própria arma de fogo (35%). Dos 1.005 policiais mortos e que não tiveram suas armas tomadas, 32 foram executados com a própria arma (3%).

Dos 1.164 policiais mortos por armas relatadas (1.171 menos 7), 89 foram executados com a própria arma de fogo (8%) e 1.075 foram assassinados com outras armas (92%). Desse modo, imagina-se que em 89 casos as únicas armas disponíveis foram as arrebatadas dos policiais.

Vale reforçar a possibilidade de ter havido uma disputa pela posse da arma do policial em 89 casos. Desse modo, o roubo da arma **NÃO FOI UM FATOR PARA A MORTE DA VÍTIMA**. A condicionante nesses casos pode ter sido **A LUTA, A DISPUTA FÍSICA PELA POSSE DA ARMA**.

Para que pudessem fugir, os criminosos impediram que os policiais os prendessem, tomando as armas desses policiais. Aqueles que não tinham armas usaram as dos policiais; aqueles que possuíam as duas armas – as próprias e as dos policiais – puderam escolher qual delas usar.

O dado demonstrou que 89 policiais foram assassinados com as próprias armas. Isso sugere que mais atenção deve ser dada aos treinamentos que envolvem a retenção de armas (comportamentos e técnicas de confronto corpo a corpo que impeçam a retirada da arma do policial), procedimentos de prisão com uso de algema e uso de tecnologias menos letais.

Os 89 casos de policiais mortos com a própria arma (roubadas ou não) revelam, mais uma vez, a importância do condicionamento físico como ferramenta capaz de fornecer força, flexibilidade e resistência suficientes para que se possa lutar, com eficácia, pela posse da única arma de fogo disponível.

LIÇÃO APRENDIDA: ter um suspeito lutando contra o policial pela posse da arma de fogo remove qualquer dúvida sobre a necessidade imediata de escalar o nível de força para vencer o conflito.

Para que o policial seja assassinado, basta a presença de **UMA** arma. Então ele deve garantir que ninguém, em hipótese alguma, terá a posse de sua arma. Sugere-se:

- Jamais ficar de costas para o suspeito (ele pode se aproximar por trás sem ser notado).
- Manter a arma fora do alcance quando estiver lidando com presos, principalmente se eles estiverem algemados (incorretamente) com as mãos para frente.
- Não expor a arma desnecessariamente, principalmente sozinho, à paisana ou de folga.
- Nunca se aproximar demais ou manter contato físico com o suspeito quando a arma estiver empunhada.
- Sempre segurar a arma com força e lutar pela única ferramenta de defesa.
- Usar coldres de qualidade, etc.

Policiais mortos intencionalmente – Policial vestindo uniforme, colete balístico e coldre

Policiais mortos intencionalmente
Policial vestindo uniforme, colete balístico ou coldre, 1993–2012

Uniforme, colete ou coldre	Total
Número de vítimas policiais	**1.171**
Vestindo uniforme	**884**
Vestindo colete balístico	**686**
Uniformizado	620
Não uniformizado	65
Vestimenta não relatada	1
Usando coldre	**1.023**
Uniformizado	860
Não uniformizado	162
Vestimenta não relatada	1

Tabela 26 – Policial vestindo uniforme, colete balístico ou coldre (FBI).

Dos 1.171 policiais, 884 usavam uniformes (75%), 686 usavam coletes balísticos (58%) e 1.023 usavam coldres (87%). A tabela 26 mostra que 75% dos

policiais foram mortos durante o exercício da atividade ou identificados como policiais, pois estavam uniformizados.

Mais da metade usava uma proteção balística (58%), mas que não representou um item capaz de evitar a morte. Isso não significa que o colete balístico não tenha sido eficaz quanto ao propósito de proteger o tórax, o abdômen e as costas do policial, considerando as especificações técnicas. Nesse aspecto, pode haver algumas possibilidades: ou o policial confiou demais no equipamento de proteção e se colocou em desvantagem tática ou o assassino disparou contra áreas visivelmente não protegidas pelo colete.

Mil e vinte e três policiais usavam coldres no momento em que foram mortos (87%), mas apenas 441 tentaram ou conseguiram usar suas armas (38%, tabela 23). Apesar de o coldre ser um equipamento de segurança policial da maior importância, é possível que ele tenha dificultado o saque da arma, principalmente se for considerado o número de travas e dispositivos de retenção. Não se pode esquecer o fator surpresa num ataque repentino e a rápida deterioração das habilidades motoras fina e complexa necessárias para sacar uma arma presa a um coldre com uma ou duas travas.

LIÇÃO APRENDIDA: não há razão para o suspeito não usar a violência extrema por respeito ou medo de um policial uniformizado, com colete balístico e arma ostensiva no coldre.

Além disso, nenhuma característica física distingue as pessoas normais daquelas capazes de cometer crimes violentos. Muito da intenção criminosa só é percebida pouco antes do ataque, e até que isso aconteça um criminoso violento pode ser confundido com alguém inofensivo. Essa "inocência" gera a tranquilidade e a confiança de que a situação está sob controle, o que, por sua vez, permite que o policial se aproxime e baixe a guarda.

Por outro lado, grande parte dos policiais está visivelmente identificada, seja pelo uso de uniformes ou viaturas caracterizadas. Assim, a aproximação do policial sempre será percebida com antecedência, desfavorecendo o elemento surpresa.

Policiais fardados que realizam patrulhamento nas vias públicas estão propensos a serem atacados com mais frequência porque o trabalho deles é abordar e investigar pessoas e situações suspeitas no momento da ocorrência. Quanto mais

esses policiais trabalham, mais aumentam as chances de um encontro mortal com um criminoso.

Sabe-se que o uniforme ou uma identificação visível (como um distintivo) é uma necessidade na atividade policial, tanto para informar à sociedade que a polícia está presente como para mostrar aos outros policiais quem é quem. O efeito colateral dessa identificação é que o policial se torna um alvo específico. Assim, ele nunca deve acreditar que a farda sozinha será capaz de salvá-lo.

O policial também precisa saber que, além do uniforme, existem outros itens capazes de identificá-lo. Esse conhecimento é importante em razão do ódio que criminosos nutrem pela polícia e a resposta leniente do Estado quando um policial é assassinado. Esses itens são: chaveiros com brasões policiais, adesivos nos veículos particulares, camisetas com imagens ou inscrições pertinentes ao universo policial-militar ou a atividade do tiro, tatuagens visíveis relacionadas com a profissão, corte de cabelo, botas "fora de estrada", calças camufladas ou com bolsos laterais (calças cargo), mochilas camufladas ou com sistema MOLLE, pulseiras paracord e a **LINGUAGEM VERBAL**.

O cuidado com a linguagem verbal é tão importante ao ponto de uma simples palavra ou expressão ser capaz de denunciar o policial, principalmente se ele está à paisana. São exemplos: "tá osso", "perdeu", "bizu", "viatura", "QAP", "safo", "galo", "papa mike", "mocó", "abordar", "pular", "dar uma geral", "baculejo", "mala", etc. Portanto em sua vida particular e nos horários de folga o policial deve evitar esse tipo de linguagem a todo custo.

Recomenda-se, finalmente, que o policial nunca permaneça uniformizado enquanto estiver sozinho fora de serviço, nos deslocamentos para o trabalho ou para casa.

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo – Local do ferimento fatal

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo Local do ferimento fatal, 1993–2012		
Localização do ferimento fatal	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**1.084**	**100%**
Na frente da cabeça	341	31%
Atrás da cabeça	122	11%
Lateral da cabeça	72	7%
Pescoço/garganta	48	4%
Frente do tronco/peito	357	33%
Atrás do tronco/costas	63	6%
Frente do tronco/abdômen	26	2%
Atrás do tronco/lombar	11	1%
Frente abaixo da cintura	25	2%
Atrás abaixo da cintura	12	1%
Braços/mãos	0	0%
Local do ferimento não relatado	7	1%

Tabela 27 – Local do ferimento fatal (FBI).

> A vítima policial respondeu ao chamado para auxiliar outro colega numa ocorrência de furto de veículo em andamento. Às 21h50, a vítima localizou e tentou deter o suspeito, que havia fugido do primeiro policial. Houve uma luta e o suspeito tomou a arma da vítima e disparou contra seu peito. O policial (com 60 anos de idade e 22 de experiência) não usava um colete balístico. O agressor foi preso no local do incidente. (LADP, 1999).

A tabela 27 indica que das 1.084 mortes por armas de fogo, 583 ferimentos ocorreram na cabeça/pescoço (54%), 457 no tronco (42%) e 37 na cintura (3%).

A eficácia da pontaria para acertar alvos pequenos (cabeça e pescoço) é sempre favorecida pela curta distância, sendo que os ferimentos nesses locais representaram 54% das mortes de policiais. Então a primeira implicação desse fato no treino policial é aumentar o foco nas situações de aproximação e contato físico com o suspeito, o que pode diminuir a quantidade de policiais mortos nas situações de curta

distância. Isso demonstra, mais uma vez, a importância de treinamentos de combate corpo-a-corpo, retenção e desvencilhamento de armas de fogo.

Um indicativo de agressão inesperada ou execução sumária dos policiais pode ser obtido pela soma dos disparos realizados por trás: atrás da cabeça (122), lateral da cabeça (72), atrás do tronco/costas (63), atrás do tronco/lombar (11) e atrás abaixo da cintura (12). Isso representou 280 casos ou 26% das ocorrências. Os tiros por trás também podem sugerir que os policiais estavam caídos (inconscientes ou não) ou tentando fugir do ataque ou para ganhar distância na tentativa de sacar a arma.

Já os ferimentos frontais foram responsáveis por 749 mortes (frente da cabeça, frente do tronco/peito, frente do tronco/abdômen e frente abaixo da cintura). Entretanto, em termos absolutos, a maior causa isolada de mortes de policiais resultou de ferimentos na frente do tronco/peito, o que possui íntima relação com o tiro instintivo, aquele no qual o foco está na parte mais abrangente do alvo, o tronco. O ferimento frontal também pode indicar as posições dos envolvidos no incidente, ou seja, os contatos cara a cara.

LIÇÃO APRENDIDA: no Brasil, o colete balístico é tido erroneamente como um acessório dispensável, ficando o uso a critério do policial. Tal característica é mais evidente nas polícias judiciárias, mais habituadas ao trabalho velado. É certo que esses equipamentos não oferecem 100% de proteção, mas cobrem quase todo o tronco e certamente têm salvado muitas vidas. Assim, o policial deve usá-lo sempre!

Na medida do possível, deve-se manter uma distância segura do suspeito e **NUNCA IGNORAR A POSSIBILIDADE DE A PESSOA ABORDADA DISPARAR UMA ARMA DE QUALQUER POSIÇÃO** (deitado, sentado, de costas, de lado, agachado, caindo). Durante uma abordagem, alguém deve sempre fazer a segurança (cobertura), enquanto o outro policial se aproxima com cautela (contato).

Já as instituições devem iniciar a substituição de equipamentos vitais (coletes balísticos, munições, tecnologias menos letais) antes que os atuais percam a validade.

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo – Local do ferimento fatal e uso do colete balístico

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo
Local do ferimento fatal e uso do colete balístico, 1993–2012

Localização do ferimento fatal	Total	Percentual
Número de vítimas policiais vestindo colete balístico	**686**	**100%**
Na frente da cabeça	234	34%
Atrás da cabeça	83	12%
Lateral da cabeça	54	8%
Pescoço/garganta	36	5%
Frente do tronco/peito	174	25%
Atrás do tronco/costas	28	4%
Frente do tronco/abdômen	13	2%
Atrás do tronco/lombar	5	1%
Frente abaixo da cintura	10	1%
Atrás abaixo da cintura	8	1%
Braços/mãos	0	0%
Local do ferimento não relatado	41	6%

Tabela 28 – Local do ferimento fatal nos policiais vestindo colete balístico (FBI).

Já a tabela 28 mostra o local do ferimento fatal nos policiais que usavam colete balístico. Dos 686 policiais mortos, 407 foram atingidos na região da cabeça/pescoço (59%), 220 foram baleados no tronco, apesar da proteção do colete balístico (32%) e 18 foram atingidos na cintura, região não alcançada pelo colete (2%).

O tiro na cabeça não sugere que o agressor teve a intenção de evitar o colete balístico. Talvez ele quisesse matar o policial atirando num local mais eficaz; talvez a cabeça fosse o único alvo disponível (devido ao uso de alguma barricada) ou o fator sorte esteve presente.

LIÇÃO APRENDIDA: mais uma vez, o uso do colete foi um fator decisivo para impedir o incremento no número de policiais mortos, já que aproximadamente 61% dos ferimentos ocorreram em áreas não protegidas pelo equipamento.

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo – Ponto de entrada do projétil no tronco do policial com colete balístico

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo enquanto vestiam colete balístico

Ponto de entrada do projétil no tronco do policial com colete balístico, 1993–2012

Ponto de entrada no tronco	Total
Número de vítimas policiais	**220**
O projétil entrou entre os painéis laterais do colete	30
O projétil entrou pela cava ou área do ombro do colete	69
O projétil entrou acima do colete (na parte da frente ou de trás do pescoço/clavícula)	50
O projétil entrou abaixo do colete (região abdominal ou lombar)	27
Colete perfurado (projétil mais poderoso que a especificação do colete)	40
Colete perfurado (falha do colete)	0
Colete não perfurado (trauma pela força contundente)	1
Casos não relatados	3

Tabela 29 – Ponto de entrada do projétil no tronco do policial com colete balístico (FBI).

Dos 686 policiais mortos e que usavam coletes balísticos, 220 foram atingidos no torso (32%), como mostra a tabela 29. Desses 220 casos, 40 coletes balísticos (18%) foram transfixados por projéteis mais potentes que as especificações da proteção balística. Em 176 casos (80%), os projéteis atingiram partes do torso não protegidas pelo colete, como as regiões abdominal e lombar, por exemplo.

Desse modo, não houve relato ou ocorrência na qual o colete balístico tenha sido perfurado por projétil cujo equipamento deveria suportar. Ou seja, as vítimas policiais foram atingidas em áreas não protegidas pelos painéis ou sofreram ferimentos fatais por projéteis de alta velocidade que ultrapassavam as especificações de proteção do colete balístico.

LIÇÃO APRENDIDA: como as armas de fogo continuam a impor a maior ameaça para a segurança do policial e sendo o colete balístico o equipamento de segurança passiva mais eficiente que um policial pode dispor, seu uso deve ser **OBRIGATÓRIO** para todos os policiais (uniformizados ou não). O que se

pretende é limitar ao máximo a área disponível no corpo do operador para uma variedade de projéteis.

Além disso, as experiências militares na Guerra do Afeganistão e na Guerra do Iraque possibilitaram o aperfeiçoamento das técnicas de socorrismo tático, inclusive com o retorno da utilização do torniquete e dos agentes hemostáticos (como o Celox™ e o QuikClot®), considerando que a maior quantidade de pontos atingidos estava fora do espectro de proteção do colete balístico, sem que isso implicasse na inutilidade do equipamento de segurança. Essa nova tendência – o uso do torniquete individual e agentes hemostáticos – tem sido assimilada por grupos de operações táticas especiais, tais como o Comando de Operações Táticas (COT), Coordenação de Aviação Operacional (CAOP), alguns GPI (Grupos de Pronta Intervenção) e professores de Armamento e Tiro, todos da Polícia Federal.

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo – Colete balístico perfurado

Policiais mortos intencionalmente por armas de fogo enquanto vestiam colete balístico

Colete balístico perfurado, 1993–2012

Tipo de arma e calibre	Total
Número de vítimas policiais	**40**
Pistola	**1**
9 mm	1
Rifle, fuzil e carabina	**39**
.223	8
.30	2
.30-06	2
.30-30	5
.300	1
.308	2
5.56x45	1
7 mm	2
7.62x39	14
Casos não relatados	2

Tabela 30 – Colete balístico perfurado (FBI).

A tabela 30 reforça a importância do colete balístico na atividade policial. Dos 40 coletes que foram perfurados, 40 sofreram o impacto de projéteis superiores a capacidade de resistência do equipamento de proteção (100%).

Infelizmente, a atividade policial convencional não permite o uso de coletes designados para suportar tamanho impacto, sob pena de dificultar a mobilidade e o conforto do policial. Nessa circunstância hipotética, o policial se sentiria compelido a não usar o equipamento, aumentando o potencial de risco em relação às munições de armas curtas.

Portanto o estudo confirma que o colete balístico é o item de proteção mais efetiva e simples que o policial pode utilizar, sendo capaz de protegê-lo contra impactos de projéteis que estejam dentro dos seus limites de proteção.

Entretanto se a missão é planejada ou se os riscos são conhecidos, como nas ações policiais em favelas ou contra assaltantes de bancos e transporte de valores, é desejável aumentar o nível de proteção balística com a inserção de placas ou painéis balísticos capazes de suportar impactos de projéteis de submetralhadoras e fuzis. Assim, é possível utilizar um colete nível II acrescido de placas nível III durante operações específicas. Se a organização policial possui esses equipamentos, deve-se usá-los sem considerar as opiniões de outros colegas vencidos pela desmotivação, pelo hábito, pela preguiça e pela falta de condicionamento físico.

Nos 20 anos de coleta e análise de dados ocorreu apenas um relato sobre colete balístico atingido por projétil dentro dos limites de proteção que, apesar de não perfurar o equipamento, permitiu a morte do policial em razão do trauma contundente.

Quanto ao processo de definição do nível de proteção do colete balístico na atividade policial, a Polícia Federal (PF) informa o seguinte:

> Da definição do nível de proteção
>
> Não há, na legislação brasileira ou qualquer órgão especializado, recomendação sobre qual nível de colete escolher, mas normas norte-

americanas, bem como o *National Institute of Justice* (NIJ), NIJ 100-01, recomendam que se utilizem estatísticas de venda e apreensão de armas na região onde o policial atuará. Apesar da carência de estatísticas desse tipo no Brasil, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas, de 2006, traz importantes informações que podem ser usadas para se definir qual colete deve ser adquirido e usado pelos policiais brasileiros.

O Relatório demonstra que nas três cidades onde mais se apreende armas (Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília), mais de 95% delas são revólveres e pistolas cujos calibres podem ser contidos por coletes de nível II. Sendo que dos 5% restantes, mais de 99% são armamentos cujos calibres só podem ser contidos por coletes com proteção igual ou superior ao nível III.

Outra recomendação da NIJ 100-01 é que o nível de proteção do colete a ser adquirido seja capaz de proteger contra o calibre da arma usada pelo próprio policial. Isso porque estatísticas dos EUA demonstram que um a cada seis policiais, entre os anos de 1980 e 2000, foram alvejados por sua própria arma. Como a Polícia Federal utiliza o calibre padrão 9 mm, os coletes com proteção nível II são suficientes.

Apenas a título de curiosidade, estatísticas norte-americanas mostram que durante o período de 1973 e 2001, em torno de 2.500 policiais não morreram por estarem usando coletes balísticos. O curioso é que 42% desses casos de sobrevivência não há relação alguma com armas, mas estão relacionados a acidentes, principalmente como batidas de carro. Daí depreende-se mais um motivo da importância de o policial usar o colete o máximo de tempo possível.

Portanto, diante das recomendações e estatísticas internacionais, das estatísticas de venda e apreensão de armas na realidade brasileira, bem como do armamento padrão utilizado pela Polícia Federal, percebe-se e torna-se forçoso concluir, até para incentivar o uso mais frequente e por mais tempo, que o colete mais adequado para o policial federal, no exercício de suas atribuições rotineiras, é o que possui proteção nível II, mais leve, mais maleável e mais confortável que os coletes nível IIIA adquiridos nos anos anteriores.

Contudo, algumas missões, operações específicas e excepcionais, exigirão um nível de proteção ainda maior. Como um dos exemplos, pode-se citar os grupos especiais. Eles enfrentarão uma criminalidade mais perigosa, organizada,

preparada e bem equipada, muito provavelmente com armamento de grosso calibre, o que justifica a utilização de coletes ainda mais protetivos, no caso, os coletes com proteção de nível III.

Vale esclarecer que, para tornar um colete nível II, ou de qualquer outro nível, em um colete nível III, basta acrescentar uma placa balística desse nível a ele. O fato de retirar e colocar essa placa é o que faz com que o colete seja de nível III ou nível II. As placas adquiridas pela Polícia Federal são do tipo "stand-alone", que significa que elas efetivamente funcionam sem necessidade de estarem em conjunto com o painel balístico nível II, ou de nível III-A, ou seja, podem ser usadas sozinhas ou em conjunto com qualquer outro painel balístico seja qual for o nível de proteção. O resultado será o mesmo. (PF, 2012). Em 2017, a PF passou a utilizar o nível IIIA novamente.

Assim, um colete balístico nível IIA ou II é capaz de proteger o policial contra munições 9 mm Luger, .357 Magnum e .40 S&W, sendo o menor nível de proteção para as atividades diárias. O colete nível IIIA protege contra munições de alta velocidade 9 mm e .357 e .44 do tipo Magnum. Ainda que seja adequado para uso em várias ocorrências diárias, seu uso deve ser avaliado também em relação aos aspectos de temperatura e umidade da região e funcionalidade para atividades diárias.

Já os tipos III e IV, que protegem contra munições de alta velocidade (fuzis), são claramente destinados para situações táticas quando a ameaça sugere tal proteção. Obviamente, todas as instituições policiais devem possuir esses níveis de proteção à disposição para **TODOS** os policiais no momento da necessidade, não podendo ser uma exclusividade de grupos especiais.

As instituições policiais também devem encorajar seus policiais para que usem o colete balístico todo o tempo durante o plantão ou atividade policial. Apesar de ser projetado para proteger o usuário contra armas curtas, o uso do colete pode prevenir ferimentos potencialmente fatais em acidentes com viaturas, em agressões com porretes, e até certo ponto em ataques com facas.

As considerações essenciais para a escolha de um tipo de proteção balística devem ser:

- O tipo de ameaça a que o policial está exposto.
- O tipo de ameaça a que o policial pode ser exposto num futuro breve.
- O tipo de arma e munição que ele utiliza em serviço.

A Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) informa em seu site:

> Apesar do seu emprego não garantir 100% de segurança, quando o colete balístico é utilizado há uma redução significativa da probabilidade de seu usuário ser fatalmente ferido ou sofrer danos em seus órgãos internos, o que pode deixá-lo temporariamente incapacitado de reagir às ameaças. Dessa forma, para que o usuário esteja sempre resguardado do perigo, o nível de proteção do seu colete deve ser compatível com o calibre da sua arma e com o risco ao qual ele se expõe. (CBC, 2015).

O conhecimento sobre as armas de fogo que estão disponíveis nas ruas e aquelas que foram apreendidas é fundamental para que a polícia possa selecionar um nível de proteção balística capaz de proteger o policial contra as ameaças das ruas e contra sua arma de serviço, caso ela seja tomada dele. Os painéis do colete devem cobrir todo o tronco, já que muitas mortes de policiais ocorreram em razão da passagem do projétil pela abertura indesejada entre esses painéis, conforme ilustrou a tabela 29.

Como observado acima, enquanto que 100% de proteção em todas as circunstâncias seja impossível, o uso rotineiro do colete balístico reduz significativamente a chance de lesão fatal. A escolha desse equipamento é, de certa forma, uma combinação entre proteção balística e conforto. Assim, seu peso, volume e flexibilidade são inversamente proporcionais ao nível de proteção oferecido. Isso significa que o conforto diminui à medida que o nível de proteção aumenta. Desse modo, todas as instituições policiais devem se esforçar para selecionar um equipamento **QUE SERÁ USADO** pelos policiais e que também atenda às necessidades de proteção.

Além do mais, cabe à polícia garantir que cada policial conheça e compreenda a proteção que o equipamento é capaz de oferecer, bem como suas limitações. O

policial tem a obrigação de entender que colete que não é usado (vestido) não protege ninguém.

Todos os policiais devem estar cientes da possibilidade de lesão por trauma contuso provocado por um tiro que acerte o colete e não o penetra. Qualquer pessoa que tenha seu colete atingido por um projétil de arma de fogo, mesmo dentro dos limites de proteção, **DEVE RECEBER CUIDADOS MÉDICOS** o mais rápido possível, pois essa avaliação médica permitirá determinar se existe algum ferimento grave oculto. E isso deve ser feito mesmo que o policial apresente apenas dores e escoriações ou acredite que está bem.

Todas as polícias devem, periodicamente, reavaliar os dados e informações utilizadas para a seleção de determinado tipo de proteção balística. Avaliar as mudanças nos tipos de armas e munições empregadas pelas organizações criminosas, bem como aquelas utilizadas pelos policiais. Desse modo, se for verificada alguma mudança no tipo de armamento dos criminosos que aumente o risco para os policiais, então a polícia deve substituir os coletes balísticos existentes por outros mais eficazes, ainda que os anteriores estejam dentro do prazo de validade.

E se nenhuma mudança comportamental for identificada, quanto tempo pode durar um colete balístico? Infelizmente, não existe uma resposta para essa questão. Cada equipamento de proteção terá que ser substituído cedo ou tarde. Por exemplo, se uma instituição trocar suas armas ou a configuração da munição, o colete balístico também deve ser avaliado e substituído, se for o caso, para proteger o policial contra os disparos efetuados pela nova arma.

Como já foi dito, se uma reavaliação determinar que criminosos estejam utilizando armas e munições mais potentes, então é preciso aumentar o nível de proteção do colete para que sua função de salvar vidas policiais continue ativa. O perfil físico do policial (altura, peso, constituição, sexo) também pode mudar ao longo do tempo, e um equipamento que não se ajuste ao perfil do novo policial pode não ser utilizado por ele.

Após a aquisição dos coletes, considerando que nenhum deles será exposto as mesmas condições de uso e cuidado, uma avaliação individual deve ser realizada.

De qualquer modo, a idade, por si só, não reduz a resistência balística do colete. Mas o cuidado e a manutenção – ou a falta deles – têm maior impacto do que

a idade na vida útil do equipamento. Um colete fabricado há 10 anos e que nunca foi usado pode ser perfeitamente aceitável para o serviço desde que seu nível de proteção esteja adequado para as armas utilizadas por criminosos e policiais. Por outro lado, um colete com dois ou três anos de fabricação, que foi bastante usado e inapropriadamente cuidado, pode ser baixado do acervo por não apresentar as condições ideais para o serviço.

O National Institute of Justice (NIJ) (Instituto Nacional de Justiça dos Estados Unidos), tratando sobre testes em coletes usados, informa o seguinte:

> Estudos sobre a resistência da capacidade balística de coletes usados por longos períodos foram iniciados em 1983 pela empresa DuPont, momento em que alguns dos coletes testados estavam em serviço por mais de oito anos. Tanto o teste da DuPont quanto um estudo elaborado pelo NIJ_{22} em 1986 (*Ballistic Tests of Used Body Armor*) descobriram que a idade, sozinha, não degrada as propriedades balísticas do colete. Coletes fabricados em 1975, que permaneceram no acervo sem qualquer uso, exibiram as mesmas propriedades balísticas de quando foram produzidos. Os estudos também avaliaram coletes que tinham sido usados por até 10 anos e que tinham propriedades que eram indistinguíveis daqueles fabricados na mesma época, mas que não haviam sido usados. O teste do NIJ não conseguiu demonstrar diferenças significativas em coletes de 10 anos de fabricação, independentemente da extensão do uso ou condição física aparente. O teste demonstrou que o colete que tinha sido usado não mostrou perda significativa de desempenho balístico em comparação com as unidades que não foram usadas.
>
> Contudo os dados da DuPont indicaram que coletes usados tiveram desempenho balístico menor se comparado com coletes novos, sendo que alguns deles possuíam de três a cinco anos de uso, apenas. Os pesquisadores da DuPont concluíram que, independentemente da idade, o uso e abuso do equipamento pode causar um declínio balístico. Por exemplo, um dos itens identificados com baixo desempenho e com apenas três anos de uso parecia ter sido exposto à radiação ultravioleta excessiva.
>
> O NIJ informa que o colete deve ser visualmente inspecionado pelo menos uma vez ao ano e que testes balísticos devem ser conduzidos se o colete apresentar sinais de uso excessivo. Se o equipamento for bem cuidado e usado

> ocasionalmente, não deve haver qualquer motivo para preocupação quanto à deterioração das propriedades de resistência balística. (NIJ, 2001, tradução minha).

Independentemente dos estudos da DuPont e do NIJ, é provável que sua organização policial tenha estabelecido uma política de substituição automática de coletes balísticos, considerando apenas a data de fabricação. Até porque o Ministério da Defesa, por meio da Portaria nº 18, de 19 de dezembro de 2006, proíbe o uso de coletes "vencidos". Seu artigo 35 diz: "Os coletes à prova de balas com prazo de validade expirado não poderão ser utilizados, devendo ser destruídos".

Apesar disso, as unidades policiais precisam reconhecer que uma política de substituição deve ser consistente com o modo como seus policiais usam e cuidam do equipamento. Se for usado ocasionalmente, a substituição pode se limitar à compra de novos itens para os recrutas, mas se o uso for diário (como dever ser), a substituição pode se basear no nível de desgaste ou tempo de serviço.

Outra questão relativa à substituição dos coletes balísticos é a garantia do fabricante que, no Brasil, varia entre cinco e seis anos. Esse período de cinco anos parece ser um reflexo das diretrizes estabelecidas pela DuPont. É importante notar que a garantia do fabricante não deve ser interpretada como um padrão de vida útil do material balístico, mas existe para limitar a responsabilidade da empresa.

Se o equipamento for bem cuidado, não mostrar falhas ou defeitos visíveis, se ajustar ao corpo do usuário e fornecer um nível adequado de proteção, com base numa avaliação das ameaças atuais e do conjunto arma/munição do policial, então é razoável presumir que o colete ainda pode ser utilizado. Entretanto o fabricante não poderá ser responsabilizado por qualquer reclamação de desempenho inadequado após o término do prazo de garantia.

Portanto o uso de um colete balístico (mesmo "vencido") é definitivamente melhor que a outra alternativa: não usar um colete balístico e ficar desprotegido.

Só para constar, a Polícia Federal reavaliou o uso dos coletes balísticos e, em 2017, adquiriu os de nível de proteção IIIA.

Policiais mortos intencionalmente – Relação entre agressor e policial

Policiais mortos intencionalmente Relação entre agressor e policial, 1993–2012		
Relação	**Total**	**Percentual**
Número conhecido de agressores	**1.368**	**100%**
Relação desconhecida	1.099	80%
Em razão do trabalho policial (aplicação da lei)	187	14%
Sem relação com o trabalho policial	22	2%
Casos não relatados	60	4%

Tabela 31 – Relação entre agressor e policial (FBI).

A relação entre o agressor e a vítima policial foi estabelecida em razão do trabalho policial durante a aplicação da lei. Isso ocorreu em 187 casos (14%) em que o policial realizava uma prisão, uma investigação, etc.

A tabela 31 mostra que não houve uma relação conhecida entre os indivíduos envolvidos em 1.099 conflitos (80%). Além disso, 22 policiais (2%) perderam a vida em confrontos ocorridos com vizinhos, conhecidos ou parentes, ou seja, em ações sem relação com o trabalho, mas ligados à vida pessoal da vítima.

É possível imaginar, mas apenas imaginar, que o desconhecimento sobre o caráter violento do suspeito tenha freado uma aproximação mais firme ou mesmo implacável por parte do policial em alguns casos. A primariedade do contato também pode ter gerado alguma tranquilidade no policial durante a abordagem, o que aos olhos do suspeito pode ter significado um sinal de fraqueza ou descuido.

LIÇÃO APRENDIDA: deve-se sempre acreditar que qualquer pessoa, sob determinadas circunstâncias, é capaz de matar alguém, inclusive um policial fardado e armado. Portanto o policial deve melhorar suas decisões táticas em relação ao seu posicionamento, capacidade de movimento e uso de barricada antes mesmo do contato inicial.

Apesar da relação desconhecida entre o policial e o agressor, dados demonstram que nas ocorrências com mortes de policiais, 84% das vítimas tinham ciência do risco e da presença de armas de fogo, tudo indicando um elevado

potencial para a violência. Isso significa que, conhecendo ou não o suspeito, deve-se manter elevado estado de alerta e disposição para escalar e usar a força.

Policiais mortos intencionalmente no Brasil Relação entre agressor e policial, 2009–2016		
Relação	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**3.015**	**100%**
Sem relação com o trabalho policial (folga)	1.845	61%
Em razão do trabalho policial (aplicação da lei)	733	24%
Casos não relatados (2016)	437	14%

Tabela 31.1 - Relação entre agressor e policial (FBSP).

Policiais mortos intencionalmente no Brasil Relação conhecida entre agressor e policial, 2009–2015		
Relação	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**2.578**	**100%**
Sem relação com o trabalho policial (folga)	1.845	72%
Em razão do trabalho policial (aplicação da lei)	733	28%

Tabela 31.2 - Relação conhecida entre agressor e policial (FBSP).

Alan Fernandes, oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo e mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública esclarece, em seu artigo *Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)*, aquilo que todo policial parece sentir quando presencia um crime ou a sua iminência:

> A terceira explicação para as mortes analisadas recai sobre o *estilo de vida* das vítimas, exclusivamente em sua vida privada. Para os policiais militares, sobretudo aqueles que trabalham em atividades operacionais, os deveres inerentes à profissão vão além de sua atuação durante o turno de serviço, constituindo-se em um *ethos* que alcança seu proceder, inclusive durante as folgas. Consequentemente, os riscos a que eles são expostos durante o serviço repercutem, quase em igual medida, nos momentos em que não estão em suas atividades, só que, agora, sem instrumental que garanta maior proteção

(viatura, radiocomunicador, acionamento de "apoio" dos companheiros, por exemplo).

> Como exposto anteriormente, para o policial militar, ser roubado vai além do prejuízo material, mas diz a ele sobre sua derrota ante o oponente, razão pela qual a *reação* é, no seu julgamento, a única resposta possível. Significa dizer que os resultados da interação entre a vítima e o criminoso são informados inexoravelmente pelo entendimento que ela – e, ousa-se dizer também, o criminoso – tem sobre as saídas aceitáveis, sob o ponto de vista subjetivo. Em um panorama de "guerra", as únicas saídas aceitáveis são "matar ou morrer".

LIÇÃO APRENDIDA: Se o policial não é a vítima, mas deseja ajudar, ele precisa se comportar como uma boa testemunha. Dessa forma ele será ser capaz de auxiliar os colegas que estão de serviço e em melhores condições de enfrentar a situação.

Quando os policiais estão trabalhando, eles entram em contato com o perigo numa circunstância mais favorável. Entretanto, quando está sozinho, o perigo entra em contato com o policial, frequentemente numa situação ruim para ele.

Mas e quando o policial é a vítima? Um projeto pioneiro desenvolvido por membros da Polícia Militar da Paraíba, que visa capacitar o policial militar a tomar melhores decisões relacionadas à proteção pessoal, questionou, numa análise preliminar de 252 casos envolvendo vítimas policiais, "qual a chance percentual de reagir e sair vivo durante um assalto". Denominado *Razão de chance*, a análise concluiu que:

- Não reagir aumenta em 5 vezes a chance de um policial morrer em comparação com os policiais que morrem ao reagirem.
- Reagir reduz em cerca de 81% a chance de morte do policial.

Policiais mortos intencionalmente – Situação do agressor no momento do incidente

Policiais mortos intencionalmente Situação do agressor no momento do incidente, 1993–2012	
Situação	**Total**
Número conhecido de agressores	**1.368**
Envolvimento com entorpecentes	**563**
Usuário de drogas	230
Traficante de drogas	206
Pessoa que portava drogas	127
Sob supervisão judicial (pena alternativa, condicional, semiaberto e albergado)	**319**
Sob influência de bebida alcoólica	**139**
Sob influência de substância controlada	**128**
Portador de distúrbio mental	**89**
Casos não relatados	**130**

Tabela 32 – Situação do agressor no momento do incidente (FBI).

Na tabela 32, dos 1.368 assassinos:

- 563 eram envolvidos com o uso, posse ou tráfico de drogas.
- 319 estavam sob algum tipo de supervisão judicial.
- 139 sob influência de bebidas alcoólicas.
- 128 estavam sob influência de substâncias controladas.
- 89 eram conhecidos como pessoas com problemas mentais.
- 130 casos não foram relatados.

Considerando apenas as condições conhecidas dos agressores no momento dos incidentes (1.238 casos), têm-se as seguintes porcentagens:

- Envolvidos com entorpecentes (45%).
- Sob supervisão judicial (26%).
- Sob influência de bebidas alcoólicas (11%).

- Sob influência de substâncias controladas (10%).
- Portadores de distúrbios mentais (7%).

Isso contraria a ideia de que os crimes violentos, como os homicídios e assaltos, são cometidos, na maioria das vezes, por pessoas sob os efeitos de substâncias proibidas. A tabela 32 demonstra que apenas 28% dos criminosos estavam sob a influência de substâncias ou distúrbios capazes de alterar comportamentos.

O que os dados demonstram, por outro lado, é que pessoas que gozam de alguma saúde física e mental são as maiores responsáveis pelos ataques aos policiais. Entretanto, perguntado sobre o efeito das drogas sobre seu comportamento, um agressor entrevistado pelo FBI disse o seguinte:

> A heroína faz você se sentir invencível; a cocaína faz você ficar na defensiva e, de algum modo, paranoico. **AS DROGAS NÃO O IMPEDEM DE USAR UMA ARMA DE FOGO. ELAS TORNAM VOCÊ MAIS RÁPIDO PARA ATIRAR.** Quando se está sob o efeito das drogas, você está irritado e mais propenso a usar a arma. (FBI, 1997).

Na verdade, o uso da violência extrema como ferramenta para garantir a fuga e a liberdade é algo que pode fazer muito sentido para indivíduos que possuem estreita relação com o crime e a violência como parte de uma rotina diária em suas vidas.

Portanto 71% dos assassinos estavam plenamente conscientes de seus atos e atiraram intencionalmente contra os policiais, não havendo razão para acreditar que pessoas normais não sejam capazes de fazer o mesmo.

LIÇÃO APRENDIDA: nunca se deve pensar que o próximo contato com um suspeito conhecido será pacífico como da vez anterior. A mesma noção vale para abordagens a pessoas que parecem inofensivas, complacentes e educadas. Deve-se incutir a ideia de que parte do trabalho de um policial profissional é permanecer mentalmente alerta e fisicamente pronto para o inesperado durante todo o período de trabalho, principalmente em relação ao comportamento das pessoas aparentemente normais.

> Quando os agentes federais se reuniram para planejar uma operação policial, todos concluíram que somente após o cumprimento do mandado de busca é que o investigado seria notificado sobre o mandado de prisão. Desse modo, a comoção do preso e de seus familiares não causaria transtornos à equipe (ainda dentro da residência e com uma tarefa a cumprir). Entretanto, um fiscal da receita estadual, que também participava da operação, avisou ao preso (antes do combinado) sobre o mandado de prisão. Tomado pelo desespero, o investigado (com 60 anos de idade) abriu uma gaveta, alcançou uma faca e fez menção de se matar. Para evitar um desfecho ruim, foram necessários três policiais para conter o homem. (Ituiutaba/MG, 2009).

De qualquer modo, o policial jamais deve avaliar um indivíduo embriagado, com descontrole motor, atordoado, sonolento ou deprimido como alguém incapaz de reagir com violência e perigo mortal.

Policiais mortos intencionalmente – Histórico criminal conhecido do agressor

Policiais mortos intencionalmente
Histórico criminal conhecido do agressor, 1993–2012

Histórico criminal		Total
Número conhecido de agressores		**1.368**
Preso anteriormente		1.007
Condenado por crime anterior		748
Condenado por crime cometido durante a menoridade		177
Em liberdade condicional		587
Motivo da prisão anterior	Crime violento	514
	Homicídio	45
	Uso, posse ou tráfico de entorpecentes	504
	Agressão a policial/resistência à prisão	288
	Posse ou porte ilegal de arma de fogo	472

Tabela 33 – Histórico criminal conhecido do agressor (FBI).

A tabela 33 demonstra que dos 1.368 criminosos:

- 1.007 já haviam sido presos anteriormente.
- 748 já haviam sido condenados por outros crimes.
- 587 estavam em liberdade condicional.
- 177 cometeram crimes quando eram menores de idade.

As motivações para as prisões tiveram relação com a prática de crimes violentos em 514 casos, tráfico de drogas em 504, porte ilegal de armas em 472 eventos, agressões a policiais ou resistência à prisão em 288 ocorrências e homicídios em 45 casos.

A tabela demonstra claramente que a maioria dos criminosos, se não todos, já possuíam contato com o mundo do crime e alto grau de intolerância à autoridade representada pelo Estado e pelas leis, tudo personificado na figura do policial.

Indivíduos acostumados com a violência tendem a agir de modo violento quando se sentem confrontados ou encurralados. Por isso, parte dessas prisões anteriores teve relação com o emprego da violência física contra o policial como forma de resistência à prisão e/ou tentativa de fuga.

Ficou evidente que a maioria dos criminosos possuía antecedentes criminais e, certamente, não desejava retornar para a prisão. Eles entenderam que para isso era necessário atirar contra o policial para abrir caminho para uma fuga eficaz.

O relatório sobre policiais mortos na Califórnia (1995-2004) informou que mais de 285 registros criminais pertenciam a apenas 57 assassinos de policiais, significando uma média de cinco prisões anteriores para cada criminoso.

Geralmente, o histórico criminal do agressor/abordado é desconhecido para os policiais que interagem na ocorrência. De qualquer modo, seu conhecimento é importante porque é um indicativo de propensão ao cometimento de novos crimes e da capacidade do suspeito em usar a violência numa tentativa de evitar a prisão quando confrontado com o policial. Frequentemente, um histórico criminal (registrado ou não) pode ser percebido pelas características e comportamentos da pessoa abordada, por meio do vestuário (em alguns casos), dos adornos, das

tatuagens, da linguagem verbal e corporal, e de outros indicadores de ameaça, como a resistência passiva ou ativa.

LIÇÃO APRENDIDA: enquanto os policiais de grupos especiais ou de investigação possuem o benefício de conhecer o histórico criminal antes de interagir com o suspeito, o policial que está nas ruas, volta e meia, não dispõe de tamanha vantagem.

Um banco de dados preciso, atualizado, único e de fácil acesso no momento da necessidade, definitivamente ajudaria milhares de policiais a realizarem seu trabalho com maior segurança e profissionalismo. Mas, como já foi dito, aquele que precisa chegar o mais rápido possível no local da ocorrência é levado a tomar decisões rápidas apesar de não possuir informações completas do suspeito (inclusive sua identidade e características).

Por essa razão, os operadores do COPOM e outros policiais mais bem informados têm um papel importante na difusão de informações mais apuradas para os demais colegas que se apressam para atender ao pedido de socorro. Da mesma maneira, aqueles que estão no local no momento da ocorrência também têm a obrigação de frear a impaciência, avaliar a situação e fornecer subsídios relevantes que possam alertar os colegas sobre o nível de violência e perigo que irão encontrar.

Então o policial deve sempre pensar o pior sobre todas as pessoas que atende, aborda ou entrevista, pois podem ser criminosos profissionais travestidos de cidadãos. Ele não pode desenvolver estereótipos em relação aos criminosos. Normalmente, isso acontece quando o policial acha que todo bandido usa bermuda larga, chinelo e boné. Esse pensamento o deixa cego quanto à possibilidade de avaliar um homem bem vestido como uma ameaça potencial. Por isso, o policial deve desenvolver sua capacidade de perceber os **SINAIS DE PERIGO** emitidos por um suspeito ou uma ocorrência.

Não há razão para crer que o abordado respeitará um uniforme, um distintivo, um treinamento ou mesmo uma arma de fogo. Não se deve pensar que um criminoso não é capaz de usar a violência extrema só porque o policial está armado. A polícia tem o treinamento, mas o criminoso tem a experiência e a vontade de lutar e fugir a qualquer custo.

Outra importante lição que se pode tirar do histórico criminal e do índice de reincidência dos agressores é que muitos já estavam familiarizados com os procedimentos policiais e sabiam como interagir com a polícia. Isso pode representar um perigo adicional para o policial porque o criminoso sabe o que esperar. Por exemplo, conhecendo o procedimento correto de uma busca pessoal, o suspeito pode avaliar o profissionalismo do policial e sua disposição para lutar. Se ele perceber um desleixo ou algum nível de amadorismo, pode considerar um ataque contra o policial. O delinquente também pode esconder uma arma numa parte do corpo menos revistada porque conhece os locais mais comuns numa busca.

Policiais mortos intencionalmente – Sexo do agressor

Policiais mortos intencionalmente
Sexo do agressor, 1993–2012

Sexo	Total	Percentual
Número conhecido de agressores	**1.368**	**100%**
Masculino	1.320	96%
Feminino	35	3%
Casos não relatados	13	1%

Tabela 34 – Sexo do agressor (FBI).

Dos 1.368 agressores (tabela 34), 1.320 eram homens (96%) e 35 mulheres (3%).

O estudo não fez distinção entre as vítimas das mulheres agressoras. Ou seja, não se estabeleceu uma relação entre as assassinas e seus alvos, de modo a indicar se as mulheres atacaram apenas mulheres ou apenas homens. Os dados também não informaram se as agressoras agiram sozinhas ou na companhia de seus comparsas.

LIÇÃO APRENDIDA: não há motivo razoável para se acreditar que **CRIMINOSAS** não sejam capazes de atos violentos que incluam o assassinato de policiais homens, frequentemente mais fortes, mais altos e pesados. Nessa linha, considerando que ocorreram 55 mortes de policiais femininas (tabela 16), também não há razão para crer que homens não sejam capazes de atacar e matar mulheres

policiais. Mais uma vez, nunca se deve avaliar uma pessoa suspeita apenas em função da sua força física, aparência, altura, idade e gênero.

Policiais mortos intencionalmente – Idade do agressor

Policiais mortos intencionalmente Idade do agressor, 1993–2012		
Idade	**Total**	**Percentual**
Número conhecido de agressores	**1.368**	**100%**
Abaixo de 18 anos	114	8%
Entre 18 e 24 anos	478	35%
Entre 25 e 30 anos	279	20%
Entre 31 e 40 anos	233	17%
Acima de 40 anos	218	16%
Casos não relatados	46	3%
Média de idade	**30**	

Tabela 35 – Idade do agressor (FBI).

A tabela 35 informa que a média de idade dos criminosos era de 30 anos. Contudo dos 1.368 criminosos envolvidos nas mortes dos policiais, 35% tinham entre 18 e 24 anos e 20% entre 25 e 30 anos de idade. Somados, os dois grupos representam 55% dos assassinos de policiais. Já os assassinos com idades inferiores a 18 anos foram responsáveis por 8% das mortes de policiais. E isso segue uma tendência norte-americana, considerando que menores de idade foram responsáveis por aproximadamente 7% dos homicídios de autoria conhecida em 2012, segundo dados do Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention (OJJDP) (Serviço de Justiça Juvenil e Prevenção a Delinquência).

De 1993 até 2012 foram contabilizados 347.615 homicídios nos Estados Unidos, sendo que 27.347 (8%) foram cometidos por criminosos até 17 anos de idade e 100.848 (29%) foram causados por agressores com idade entre 18 e 24 anos (OJJDP, 2015).

Isso significa que a idade dos assassinos de policiais seguiu uma tendência apresentada para a população geral.

No Brasil, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN), de junho de 2014, elaborado pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, demonstrou a distribuição percentual das pessoas privadas de liberdade por faixa etária (p. 48):

- Entre 18 a 24 anos (31%).
- Entre 25 a 29 anos (25%).
- Entre 30 a 34 anos (19%).
- Entre 35 a 45 anos (17%).
- Entre 36 a 60 anos (7%).
- Entre 61 a 70 anos (1%).
- Com 71 anos ou mais (0%).

O mesmo ministério publicou o estudo *Relatórios Estatísticos – Analíticos do Sistema Prisional Brasileiro*, de dezembro de 2012, com dados demográficos das pessoas presas no Brasil (a distinção entre as cores negra e parda segue os parâmetros do IBGE). Os dados foram os seguintes:

- 212.409 presos de cor parda (41%).
- 173.463 de cor branca (34%).
- 82.590 de cor negra (16%).
- 28.094 presos de cor não informada (5,4%).
- 13.996 presos de cor classificada como "outra" (3%).
- 2.314 de cor amarela (0,4%).
- 847 presos indígenas (0,2%).

- 146.481 presos solteiros (44%).
- 91.799 em união estável (28%).
- 47.427 casos não informados (14%).
- 32.683 casados (10%).
- 5.263 divorciados (1,6%).

- 4.512 separados judicialmente (1,4%).
- 2.601 presos viúvos (1%).

Entre 1995 e 2004, as unidades policiais do Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, informaram os intervalos de altura e peso corporal dos assassinos de policiais do seguinte modo:

- Altura entre 1,60 e 1,85 metros.
- Peso entre 52 e 104 quilos.

LIÇÃO APRENDIDA: de modo geral, policiais possuem uma imagem preconcebida do tipo de pessoa capaz de atacá-los. É claro que essa descrição pode variar de policial para policial e até mesmo de instituição para instituição. Em relação às características físicas dos agressores não há qualquer estudo que indique a existência de um perfil vinculado à capacidade de um indivíduo ferir, tentar matar ou mesmo matar um policial.

Dos 52 policiais agredidos entrevistados pelo FBI, no estudo *In the Line of Fire: Violence Against Law Enforcement* (1997, p. 23), apenas 18 relataram que estavam cientes da iminência do ataque (31%). Assim, essa informação corrobora a hipótese de que ideias preconcebidas relacionadas com o perfil do criminoso possuem pouco valor na garantia da segurança do policial.

No Brasil, mais da metade dos criminosos presos tem entre 18 e 24 anos de idade. Contrariando a crença popular, a maioria se declarou de cor parda ou branca. Com relação ao estado civil informado, 48% dos presos declararam possuir ou ter possuído família.

Portanto, do ponto de vista policial, não deve existir uma característica demográfica sequer capaz de indicar uma propensão absoluta para o crime ou para a passividade. Como regra, **TODO SUSPEITO POSSUI POTENCIAL PARA A VIOLÊNCIA EXTREMA,** inclusive aquelas pessoas que orbitam a figura do suspeito (pai, mãe, irmãos, cônjuges, amigos e os que vivem, direta ou indiretamente, do dinheiro sujo).

Policiais agredidos – Condição socioeconômica do agressor

Policiais agredidos Condição socioeconômica do agressor, 1993–1996	
Condição socioeconômica	**Percentual**
Número conhecido de agressores	**46**
Relações familiares	
Agressividade em relação ao pai	79%
Agressividade em relação à mãe	64%
Abuso psicológico	19%
Abuso físico	12%
Assédio por parte de irmãos ou pessoas fora da residência	12%
Ambiente familiar	
Problemas tratados com brigas, gritos e violência física	58%
Instabilidade no cuidado familiar	33%
Status socioeconômico na adolescência	
Avançado	19%
Confortável, mediano	29%
Marginal, mas autossuficiente	38%
Submarginal	14%
Fatores externos	
Companheira com histórico de alcoolismo	44%
Companheira com histórico criminal	32%
Companheira com histórico de uso de drogas	26%

Tabela 35.1 – Condição socioeconômica do agressor (FBI).

Segundo dados do FBI para a tabela 35.1, 57% dos agressores informaram que a figura familiar dominante no lar era a mãe. Noventa e um por cento deles relataram que conviveram com a mãe biológica durante a adolescência. Entretanto apenas 43% dos entrevistados informaram a presença do pai biológico nessa fase da vida e 21% nunca conviveram com a figura paternal. De modo semelhante, a ausência do pai (biológico ou padrasto) também é percebida nos presídios e prisões do Brasil durante os dias de visita, quando algo em torno de 90% dos visitantes é representado por mulheres.

Quanto à religião, 41% dos delinquentes reportaram que cresceram em ambientes domésticos desprovidos de qualquer orientação religiosa.

Os agressores também revelaram relações hostis e agressivas tanto com as mães quanto com os pais presentes no lar. Mais da metade dos entrevistados disse que os problemas familiares eram solucionados com discussões, gritos e violência física. Além disso, mais da metade também classificou a vida na adolescência como marginal (no limite do necessário) ou submarginal (abaixo do mínimo necessário).

Por outro lado, os assassinos situaram sua condição como mediana ou confortável. Em comparação com os assassinos de policiais, os agressores tenderam a relatar menos instabilidade no cuidado familiar e menos abuso físico e psicológico (considerando o abuso verbal, a negligência, a frieza, o distanciamento, o tratamento indiferente e o descuidado).

Muitos dos criminosos entrevistados cresceram num ambiente em que a violência era algo corriqueiro. Eles foram criados entre traficantes de drogas e bocas de fumo (biqueiras).

O primeiro crime cometido pelos agressores entrevistados ocorreu aos 11 anos de idade, em média, sendo que o furto representou 74% desses primeiros crimes. Em regra, o crime mais representativo foi o porte ilegal de arma de fogo na infância e adolescência, com 81% dos casos. Na sequência, constataram-se as seguintes práticas delituosas declaradas pelos entrevistados: homicídios, estupros, outros crimes sexuais, fraudes, incêndios criminosos, vandalismos, condutas desordeiras, roubos, roubos com emprego de armas de fogo, arrombamentos, uso e tráfico de drogas. Além disso, 21% dos agressores relataram que já haviam tentado agredir policiais em situações anteriores.

Uma pesquisa da National Fatherhood Initiative indicou que a maioria dos problemas sociais nos Estados Unidos estava ligada à ausência da figura paterna na vida das pessoas com problemas com a lei. Os dados indicaram ainda, que os lares sem a presença do pai aumentavam em quatro vezes o risco de a criança viver na pobreza na fase adulta. Além disso, apresentavam níveis mais elevados de comportamento agressivo e duas vezes mais riscos de mortalidade infantil. Nesses lares, as crianças:

- Sofriam oito vezes a taxa de maus tratos, 10 vezes a probabilidade de abusos e seis vezes a taxa de abandono.

- Eram duas vezes mais tendentes à obesidade e ao abandono dos estudos.
- Eram duas vezes mais propensas a iniciarem a vida sexual de forma precoce.
- Eram mais inclinadas à delinquência e ao crime.
- Mais predispostas ao uso e abuso de álcool e drogas, inclusive participação no tráfico.
- Possuíam sete vezes mais probabilidade de engravidar na adolescência.

Um em cada cinco presidiários nos EUA tinha um pai na prisão ou foi abandonado por seus pais. No Brasil, uma pesquisa do Instituto Datafolha revelou que 70% dos menores infratores internados não viviam com o pai.

O desequilíbrio familiar, o que inclui a tolerância com o mau comportamento infanto-juvenil, e a inexistência da figura paterna ou sua existência deslocada do bom propósito familiar são alguns dos aspectos capazes de gerar indivíduos agressivos, atrevidos, egoístas e insensíveis.

LIÇÃO APRENDIDA: com base na tabela sobre a condição socioeconômica dos agressores, o policial pode perceber que eles já internalizaram a violência e o abuso como forma de sobrevivência familiar e criminosa.

Esses "combatentes do submundo das ruas" estão preparados para usar a força letal num piscar de olhos. Por outro lado, os policiais precisam considerar a legalidade e a repercussão da ação policial antes da força ser aplicada. Não é difícil imaginar que o criminoso possui uma bela vantagem sobre o policial, que tem pouca experiência no uso da arma de fogo em situações reais e precisa se submeter à frieza e imprecisão das restrições legais.

Apesar do cenário trágico, nada disso deve afrouxar o compromisso do policial com o sucesso durante um conflito de vida ou morte. Essa informação serve como subsídio para a compreensão de que apesar de todo o treinamento, o inimigo possui a experiência prática com a violência e a insensibilidade.

Uma antiga apresentação teórica, relacionada com a sobrevivência policial, informa que "o policial precisa **INTERNALIZAR A VIOLÊNCIA NECESSÁRIA PARA SUPERAR O INIMIGO** durante o confronto" e que as "questões morais, psicológicas e religiosas devem ser resolvidas antes do conflito".

Apesar de antigas, essas dicas continuam válidas. Portanto é preciso ter em mente que quando uma arma de fogo é apontada para o policial, as razões que levam o criminoso a fazer isso não possuem a menor relevância e não devem orientar a escolha entre não fazer nada ou reagir com toda a força.

Finalmente, deve-se compreender que o passado é passado e não há nada que possa ser feito para salvar um delinquente (juvenil ou adulto). Suas mazelas já foram vividas e incorporadas no corpo, no coração, na mente e na alma desajustadas, e isso não irá mudar. Se o policial quer ajudar, deve ajudar a si mesmo sendo **FRIO, RÁPIDO E PRECISO**.

> Uma coisa é certa: a imensa maioria dos criminosos violentos tem baixa inteligência e nenhum preparo intelectual. Embora lidem com armas, quase nenhum sabe atirar. Esse é um fato. Qualquer observador profissional pode afirmá-lo com certeza. A vantagem dos bandidos não está na sua capacidade como combatentes – que é baixíssima –, mas na sua ousadia, na traição e na covardia com que escolhem suas vítimas. (BITAHON, p. 15).

Policiais mortos intencionalmente – Sentença recebida ou situação do agressor

Policiais mortos intencionalmente

Sentença recebida ou situação do agressor, 1990–1999

Sentença ou situação	Total	Percentual
Número de agressores identificados	**868**	**100%**
Preso e sentenciado à prisão perpétua	236	27%
Preso e sentenciado à prisão entre 18 meses a 396 anos	144	17%
Preso e sentenciado à morte	102	12%
Culpado por delito menor relacionado com o homicídio	64	7%
Absolvido	44	5%
Culpado por outro crime não relacionado com o homicídio	35	4%
Caso pendente/sentença desconhecida	30	3%

Internação em hospital psiquiátrico	17	2%
Fugiu	11	1%
Acusação e sentença indeterminadas	5	1%
Morte justificada provocada por outra pessoa	80	9%
Morte por suicídio	61	7%
Morte justificada provocada pela vítima policial	25	3%
Morto na prisão antes de receber a sentença	9	1%
Morto sob outras circunstâncias	3	0%
Morto enquanto estava livre	2	0%

Tabela 35.2 – Sentença recebida ou situação do agressor (FBI).

Entre 1990 e 1999, 868 criminosos foram responsáveis pelo assassinato de 647 policiais nos Estados Unidos. Do total de criminosos identificados, 69% foram presos e sentenciados (tabela 35.2) e pouco mais de 20% foram mortos em situações diversas. Chama a atenção a quantidade de mortes justificadas de agressores que foram **PROVOCADAS PELAS VÍTIMAS POLICIAIS: APENAS 25 (3%)**.

Policiais mortos intencionalmente em perseguições/abordagens no trânsito – Atividade do policial na cena do incidente durante barreira

Policiais mortos intencionalmente em perseguições/abordagens no trânsito

Atividade do policial na cena do incidente durante barreira, 1993–2012

Atividade	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**193**	**100%**
Aproximando do(s) agressor(es)	60	31%
Outros	30	16%
Entrevistando o(s) agressor(es) no carro do agressor(es)	20	10%
Realizando prisão/algemação	14	7%
Instalando furadores de pneus	11	6%
Engajando perseguição a pé	11	6%
Dentro da viatura	10	5%
Fora da viatura	7	4%

Engajando perseguição com viatura	6	3%
Entrevistando o(s) agressor(es) na viatura policial	5	3%
Fora do carro do(s) agressor(es)	3	2%
Retornando para a viatura	3	2%
Realizando busca pessoal	3	2%
Realizando barreira de trânsito (blitz)	2	1%
Realizando busca no carro do(s) agressor(es)	2	1%
Anotando no bloco de multas	2	1%
Saindo da viatura	0	0%
Casos não relatados	4	2%
Número de policiais que contataram a central antes do ataque	**145**	**75%**

Tabela 36 – Atividade do policial na cena do incidente durante barreira (FBI).

As ações dos 193 policiais mortos em barreiras e perseguições de trânsito foram divididas para demonstrar que atividades as vítimas estavam realizando no momento em que foram mortas (tabela 36):

- 60 policiais estavam se aproximando do agressor.
- 30 policiais realizavam atividades não especificadas.
- 20 estavam entrevistando o agressor no carro dele.
- 14 realizavam prisões com uso de algemas.
- 11 instalavam furadores de pneus para interromper fuga em veículo.
- 11 perseguiam o suspeito a pé.
- 10 policiais ainda estavam dentro da viatura quando foram mortos.
- 7 estavam fora da viatura policial.
- 6 realizavam perseguições com viatura.
- 5 entrevistavam o agressor na viatura policial.
- 3 policiais estavam fora do carro do agressor.
- 3 retornavam para a viatura.
- 3 realizavam busca pessoal.
- 2 realizavam barreiras.
- 2 realizavam busca no carro do agressor.

- 2 anotavam no bloco de multas.
- 4 ocorrências não informadas (outros).

Se forem descontados os 34 casos não relatados/outros, a tabela 36 mostrará 159 casos de policiais que realizavam atividades conhecidas. Isso elevará o percentual de cada item da tabela. Assim, o percentual de policiais mortos enquanto se aproximavam dos suspeitos passará de 31% para 38%, por exemplo.

Considerando os 159 casos de atividades conhecidas e policiais assassinados, 132 (83%) estavam se aproximando ou muito próximos dos agressores ou permitiram que eles se aproximassem.

De modo geral, as atividades podem ser divididas em três níveis: ação inicial, ação intermediária e encerramento. Obviamente, esse é o entendimento do autor, o que significa que o leitor pode desenvolver outra linha de pensamento e trabalhar a tabela conforme sua experiência.

A **AÇÃO INICIAL** consiste nos procedimentos prévios para alcançar o suspeito, bem como o primeiro contato com ele. Por exemplo, o policial recebe um chamado de ocorrência de roubo numa farmácia. A partir daqui todos os procedimentos para se chegar aos criminosos (deslocamento, chegada e visualização do local, desembarque da viatura, saque da arma, reconhecimento dos arredores, aproximação da entrada ou do suspeito) e o primeiro contato (visual) com eles podem ser classificados como ações iniciais. A ação inicial pode se prolongar caso o suspeito fuja após o primeiro contato e uma perseguição imediata se inicie.

Se o primeiro contato ou perseguição inicial não resultar em ferimento ou morte dos participantes (policial e/ou suspeito), segue a **AÇÃO INTERMEDIÁRIA** (verbalização, abordagem, contenção, busca pessoal e entrevista). Mais uma vez, se todos sobreviverem, dar-se-á o **ENCERRAMENTO** (notificação, algemação, condução, encarceramento e embarque).

Desse modo, as atividades da tabela 36 foram separadas conforme seus níveis, como mostra a tabela 36.1.

Policiais mortos intencionalmente em perseguições/abordagens no trânsito – Nível da atividade do policial na cena do incidente

Policiais mortos intencionalmente em perseguições/abordagens no trânsito Nível da atividade do policial na cena do incidente, 1993–2012		
Nível	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais (deduzidos os casos desconhecidos)	**159**	**100%**
Ação Inicial	**90**	**57%**
Aproximando do(s) agressor(es)	60	
Engajando perseguição a pé	11	
Dentro da viatura	10	
Fora da viatura	7	
Realizando barreira de trânsito (blitz)	2	
Saindo da viatura	0	
Ação Intermediária	**50**	**31%**
Entrevistando o(s) agressor(es) no carro do agressor(es)	20	
Instalando furadores de pneus	11	
Engajando perseguição com viatura	6	
Entrevistando o(s) agressor(es) na viatura policial	5	
Fora do carro do(s) agressor(es)	3	
Realizando busca pessoal	3	
Realizando busca no carro do(s) agressor(es)	2	
Encerramento	**19**	**12%**
Realizando prisão/algemação	14	
Anotando no bloco de multas	2	
Retornando para a viatura	3	

Tabela 36.1 – Nível da atividade do policial na cena do incidente (FBI).

A tabela 36.1 indica que mais da metade dos policiais mortos em perseguições e abordagens no trânsito foi atacada no decorrer da ação inicial. Isso pressupõe que mais da metade dos agressores já estava comprometida com a ação violenta, significando que uma decisão já havia sido tomada. Como é impossível determinar o momento exato dessa decisão, resta avaliar o instante do ataque, ou seja, o instante em que a decisão se transformou em ação violenta.

Em 90 dos 159 incidentes, os criminosos concluíram que era melhor não aguardar uma iniciativa policial que pudesse conduzi-los à prisão. Pessoas agressivas e/ou transtornadas frequentemente não seguem as ordens policiais. Aqueles com armas ou objetos roubados correm ou atiram contra o policial, percebendo que estão prestes a serem presos. Além disso, uma ação certeira é sempre mais rápida do que uma reação.

Em 33 ocorrências, os suspeitos permitiram a aproximação do policial, o início de uma entrevista e até de uma busca. Ou seja, os suspeitos permitiram que os policiais alcançassem a ação intermediária. A abordagem a uma pessoa calma e cooperativa tende a gerar certa tranquilidade no policial, pois qualquer atitude diferente da cooperação aumentará a suspeita e o medo no policial, causando a possibilidade de escalada da força.

O problema é quando a calma e a cooperação do abordado são apenas disfarces para que o policial baixe a guarda ou cometa um erro. Esses foram os criminosos que agiram durante a ação intermediária, pois apesar da proximidade, talvez tenham preferido aguardar que um erro fosse cometido. Até esse ponto, o criminoso pode ter imaginado que o policial não seria capaz de encontrar algo ilegal durante as buscas ou inconsistências nas respostas durante a entrevista. Quer dizer, o delinquente pode ter considerado que o encontro com a polícia não traria consequências piores.

Dezenove policiais foram atacados e mortos durante o encerramento da tarefa. Foi nesse nível que o criminoso percebeu que sua situação iria piorar. Ele permitiu a aproximação do policial, a entrevista e a busca pessoal. Mas quando ficou óbvio que o comportamento cooperativo não teria mais o efeito desejado, o delinquente entrou em ação. Talvez essa seja a razão para o procedimento de prisão/algemação representar a terceira maior causa de óbitos de policiais em ações de abordagem e perseguição no trânsito. Pode-se sugerir que o suspeito tenha decidido previamente: "Se ele encontrar o que está procurando ou tentar me prender eu vou matá-lo!"

LIÇÃO APRENDIDA: o policial deve sempre esperar um ataque surpresa antes, durante e após o contato com o suspeito, mesmo que ele pareça calmo e cooperativo. Em tese, o policial só estará seguro quando o suspeito estiver longe ao ponto de não ser mais visto. Pensar no pior cenário e se preparar para o inesperado é

a melhor ferramenta de prevenção que um policial pode ter. Um comportamento preventivo e profissional também pode salvar sua vida, principalmente se essas características demonstrarem que o policial está pronto para qualquer coisa e é "osso duro de roer".

Policiais mortos intencionalmente – Tipo de comunidade

Policiais mortos intencionalmente Tipo de comunidade, 1995–2004		
Comunidade	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
Urbana	31	55%
Suburbana	17	30%
Rural	8	14%

Tabela 37 – Tipo de comunidade (Peace Officer Standards and Training, POST).

O dicionário eletrônico Michaelis informa que a zona suburbana é a que se situa entre a parte central de uma cidade e a zona rural circundante e que, embora fora da cidade, pertence à jurisdição dela. Portanto é a periferia, o subúrbio.

Assim, a tabela 37 demonstra que a maioria dos policiais foi morta em áreas urbanas e suas redondezas.

Além disso, é provável que os ataques tenham ocorrido nas proximidades das residências (urbanas e suburbanas) dos suspeitos, pois muitos atuam no que se pode definir como **ÁREA DE ALCANCE**. Essa área pode ser determinada pelo tipo de crime (aleatório ou planejado) e meio de transporte (capaz de determinar a autonomia ou alcance, a capacidade de manobra e a velocidade de fuga) que o criminoso costuma utilizar.

Quer dizer, dependendo da distância do objetivo a ser alcançado (alvo), criminosos podem escolher o meio de transporte mais adequado para a chegada e a fuga. Assim, conforme a capacidade de deslocamento aumenta, também aumenta a área de alcance da quadrilha. À proporção que o alcance do meio de transporte diminui, o mesmo ocorre com a área de alcance, significando, por exemplo, que

criminosos a pé ou de bicicleta possuem mais chances de agir próximos de suas residências.

De acordo com o FBI, quase metade dos criminosos que agrediram policiais chegaram ao local do incidente em veículos automotores e 36% estavam a pé.

LIÇÃO APRENDIDA: áreas urbanas e suburbanas são comunidades mais povoadas, que agregam maior número de residências, estabelecimentos comerciais, trânsito de veículos, vias de acesso, rotas de fuga e locais para emboscadas. São os locais onde circulam a maior parte das vítimas em potencial, muitos bens e dinheiro. São os locais onde policiais e criminosos se encontram com maior frequência, seja nas ações policiais de iniciativa ou nos atendimentos por solicitação do COPOM. Não é por outra razão que a polícia é mais ativa nas áreas urbanizadas. Qualquer local onde haja concentração de bens e riqueza está mais propenso aos ataques criminosos e à consequente resposta policial.

A tabela não faz distinção entre "cidade grande" e "cidade do interior". Até mesmo um pequeno município possui áreas urbanas, suburbanas e rurais.

O policial não pode se deixar enganar pelo tamanho da cidade na qual trabalha ou passa seus períodos de folga. Mesmo as áreas urbanizadas possuem bolsões de pobreza e "células", onde vivem aquelas famílias desestruturadas, que podem estar espalhadas e localizadas em qualquer lugar da cidade ou do campo.

Policiais mortos intencionalmente – Tipo de local

Policiais mortos intencionalmente

Tipo de local, 1995–2004

Local	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
Residencial	31	55%
Comercial	12	21%
Rodovia/marginal	9	16%
Estrada de terra rural	2	4%
Órgão público	2	4%

Tabela 38 – Tipo de local (Peace Officer Standards and Training, POST).

Quando a polícia não alcança o delinquente durante o cometimento do crime numa área comercial, por exemplo, é provável que o faça quando o criminoso está em sua rota de fuga. Além disso, os suspeitos podem ter sido alcançados nas proximidades ou em suas casas após serem perseguidos. Isso pode explicar o elevado número de assassinatos de policiais em áreas residenciais.

Dos 56 incidentes, 12 indicavam que os locais das ocorrências tinham referências de ameaça e/ou sinais de alerta para os policiais, pois eram locais de circulação de bens e dinheiro, com grande chance de uma abordagem no instante do crime. A partir de então o número de assassinatos diminui na medida em que as áreas de risco são rotas de fuga (rodovias/marginais e estradas de terra). É o que demonstra a tabela 38.

Fica evidente, também, que o maior número de policiais mortos em áreas residenciais e comerciais tem relação com a concentração de criminosos atuando em áreas de circulação de pessoas, bens e dinheiro, e da interação dos policiais que trabalham ou se deslocam para esses locais para atender à ocorrência.

LIÇÃO APRENDIDA: o policial precisa ser extremamente cauteloso ao perseguir criminosos em fuga, pois eles podem estar correndo para locais conhecidos, como o bairro ou a rua onde moram. Lá, eles encontram a proteção de familiares, comparsas e vizinhos. Além disso, áreas residenciais e comerciais possuem becos, vielas e outras passagens estreitas que impedem a chegada da viatura, forçando o policial a se envolver numa perseguição a pé em local pouco conhecido.

Se o policial estiver perseguindo um suspeito e, de repente, ele "sumir", o policial deve **PARAR**! O fugitivo pode ter se escondido atrás de um poste, portal, mureta ou veículo próximo e preparado uma emboscada. **SÓ PORQUE O POLICIAL NÃO CONSEGUE VER O CRIMINOSO NÃO SIGNIFICA QUE ELE ESTÁ LONGE** (principalmente em condições de baixa luminosidade e/ou visibilidade). E se o policial estiver perseguindo um criminoso e notar que seus colegas sumiram, ele deve **PARAR**! Caso contrário, os colegas terão dificuldade para encontrar o policial, caso ele precise de ajuda.

Policiais agredidos intencionalmente Tipo de local, 2010–2012		
Local	**Total**	**Percentual**
Número de incidentes	**5.564**	**100%**
Residencial	1.993	36%
Rodovias/marginais	1.462	26%
Comercial	633	11%
Prédios públicos	587	11%
Estacionamentos/garagens	540	10%
Escolas/universidades	166	3%
Outros/desconhecidos	99	2%
Florestas/campos/cursos d'água	80	1%
Parques/áreas de recreação	4	0%
Estruturas abandonadas/condenadas	0	0%
Terras indígenas	0	0%
Indústrias	0	0%
Construções	0	0%

Tabela 38.1 – Tipo de local (Tennessee LEOKA).

O estudo sobre policiais mortos e agredidos no estado do Tennessee, *Tennessee Law Enforcement Officers Killed or Assaulted, 2012*, é ainda mais específico quanto aos lugares onde os policiais foram agredidos.

O documento também classifica alguns desses lugares da seguinte forma:

- Comercial: terminais de trem, pontos de ônibus, terminais aéreos, lojas de departamento, casas de câmbio, locadoras, oficinas mecânicas, bancos, drogarias, consultórios e clínicas médicas, escritórios, hospitais, caixas eletrônicos (separados das agências bancárias), bares, clubes noturnos, mercadinhos, supermercados, restaurantes, shopping centers, hotéis, motéis, pensões, postos de combustíveis, serviços, lojas de bebidas, lojas de conveniência, lojas especializadas (eletrônicos, TV, som, móveis, tapeçaria), etc.
- Escolas e universidades: jardins de infância, creches, colégios (ensinos fundamental e médio) e campi universitários.

- Prédios públicos: igrejas, templos, sinagogas, abrigos (missionários, sem teto), albergues, prédios do governo, centros comunitários, cadeias, prisões, instalações militares.
- Áreas de recreação: parques de diversão, parques temáticos, cassinos, casas de apostas, autódromos, arenas, estádios, coliseus, parques em geral (praças).

Policiais mortos intencionalmente

Tipo de local e situação, 2013–2014

Local	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**147**	**100%**
Via pública	83	56%
Estabelecimento comercial	22	15%
Bar	11	7%
Residência	10	7%
Posto de combustível	3	2%
Trânsito	2	1%
Ponto de tráfico	2	1%
Feira livre	2	1%
Saindo da boate com a namorada	1	1%
Leito fluvial	1	1%
Residência da namorada	1	1%
Interior da base da PM	1	1%
Embarcando passageiro em seu táxi	1	1%
Deslocamento para ocorrência	1	1%
Campo de futebol	1	1%
Caixa eletrônico	1	1%
Boate	1	1%
A caminho da casa da namorada	1	1%
Interior da viatura	0	0%
Casos não relatados	2	1%

Tabela 38.2 - Tipo de local e situação (PMESP).

Policiais mortos intencionalmente – Condição de luminosidade e visibilidade

Policiais mortos intencionalmente

Condição de luminosidade e visibilidade, 1995–2004

Luminosidade e visibilidade	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
A condição de luminosidade ou baixa visibilidade afetou a capacidade de o policial enxergar a arma do agressor	9	16%
A escuridão encobriu o agressor enquanto o policial se aproximava	6	11%
Casos não relatados	41	73%

Tabela 39 – Condição de luminosidade e visibilidade (Peace Officer Standards and Training, POST).

A tabela 39 identifica as condições de luminosidade e visibilidade que representaram um fator importante e o número de policiais mortos associado a essas condições. As condições de luminosidade foram identificadas como um item relevante em 15 ocorrências (27%), sendo que em dois desses incidentes quatro policiais foram assassinados, segundo o relatório sobre policiais mortos e feridos no estado da Califórnia.

Em muitos dos casos relacionados nessa tabela, os policiais tiveram que entrar em edifícios para realizar buscas, movimentando-se de áreas iluminadas para lugares escuros (ou com iluminação inconsistente), em que os suspeitos estavam escondidos. A tabela não informa se os policiais mortos usavam ou não algum tipo de lanterna.

Dos 56 policiais assassinados, apenas uma morte teve relação com as condições climáticas. Nesse caso, acredita-se que a capa de chuva tenha limitado o acesso do policial a sua arma de fogo no momento do confronto. Noutro caso em que o policial foi morto enquanto chovia, a chuva não foi um fator determinante para o assassinato da vítima. Quanto às condições climáticas, 98% das vítimas foram mortas durante condições de tempo limpo e seco.

O levantamento do FBI não leva em consideração como as condições de visibilidade e luminosidade interferem na habilidade do policial no instante do

confronto. Apesar da condição ambiental também não ter sido identificada como a razão para os ataques, ela, de fato, afeta a capacidade de reagir com efetividade.

LIÇÃO APRENDIDA: a incapacidade de enxergar a arma do suspeito numa condição de luminosidade ruim ou baixa visibilidade pode ter atrasado a reação do policial ou a escalada no nível de força necessária para sobrepujar o suspeito. É provável, nesse sentido, que eles tenham visto ou percebido que uma arma estava presente somente quando o criminoso disparou a arma de fogo. Talvez os policiais tenham focado a luz no tronco ou rosto do suspeito, deixando as mãos dos suspeitos na escuridão, encobertas por alguma sombra ou mal iluminadas (se comparado com o ponto focado).

Outro fator importante no aspecto da luminosidade e visibilidade foi a capacidade de o suspeito ser encoberto pela escuridão ou iluminação inconsistente, mais do que o uso da lanterna em si por parte do policial. Isso demonstra a importância e a necessidade da **PACIÊNCIA** (e do trabalho em equipe), para que o policial não "se jogue" na ocorrência e acabe se tornando vítima de uma emboscada.

Importante lembrar que ver bem é tão importante quanto ter uma arma de fogo. Ver bem permite que o policial identifique o perigo antes que ele se torne letal. Também permite que se tenha um alvo certo, diminuindo a chance de uma avaliação incorreta.

Além disso, é importante ter em mente que os treinamentos de busca e apreensão, entradas em edificações, perseguições aos suspeitos, uso de algemas, defesa pessoal, dentre outros, **TAMBÉM** devem ser realizados durante condições de chuva, neblina ou qualquer outra condição climática que diminua a visibilidade, além das situações típicas de ausência ou inconsistência de iluminação natural ou artificial. Um breve exercício nessas condições já será suficiente para mostrar a importância da paciência e do equipamento de boa qualidade.

Policiais mortos intencionalmente – Iniciativa da ocorrência

Policiais mortos intencionalmente Iniciativa da ocorrência, 1995–2004		
Iniciativa	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
Vítima policial	22	39%
Centro de operações	15	27%
Outro policial	7	13%
Suspeito	6	11%
Cidadão	5	9%
Operações especiais	1	2%

Tabela 40 – Iniciativa da ocorrência (Peace Officer Standards and Training, POST).

Os dados dispostos na tabela 40 mostram que dos 56 policiais mortos no estado da Califórnia entre 1995 e 2004, 22 (39%) tomaram a iniciativa da ação (contato). Quinze policiais foram mortos quando atendiam a situações demandadas pelo centro de operações ou COPOM (27%). Nesse particular, é possível supor que o policial convocado não tenha recebido informações importantes sobre a periculosidade da ocorrência que iria atender ou ignorou os dados (por habituação, excesso de confiança, incredulidade ou complacência). Em seis casos (11%), a solicitação de intervenção policial partiu do próprio agressor. Assim, ou havia uma clara e premeditada intenção de emboscar o policial ou a ocorrência pendeu para o acirramento dos ânimos.

Finalmente, em 45 casos (80%) a iniciativa do contato partiu da polícia. Tal iniciativa indica a potencialidade para um confronto, já que a intervenção da polícia tem, quase sempre, relação com a aplicação da lei e da força. Entretanto não há razão para se supor que pedidos de intervenção policial solicitados por cidadãos não apresentem riscos semelhantes, já que 9% dos policiais foram mortos após chamados de terceiros.

LIÇÃO APRENDIDA: quando um centro de operações recebe uma chamada, as informações ainda são incompletas. Existem várias razões para isso:

- A ocorrência é tão urgente e perigosa que a polícia precisa enviar suas guarnições para o local do fato imediatamente, mesmo sem os detalhes do caso.
- A testemunha não possui todos os dados.
- A testemunha ou policial requisitante está apavorado e não consegue coordenar as ideias.
- O operador do COPOM não entrevista o informante para explorar possíveis detalhes da ocorrência (que poderiam ajudar os policiais na rua).
- O tempo para prestar a informação é curto.

A natureza do trabalho policial muitas vezes não permite o conhecimento ou a certeza de todas as informações, até porque as lacunas existentes serão preenchidas pelos policiais no local do acontecimento ou nas investigações posteriores.

Ações de iniciativa podem ser extremamente perigosas. Por isso, o estado de alerta, a postura, a prevenção, a vigilância, a abordagem, a entrevista, a busca pessoal, o posicionamento, as táticas de reação e as proteções (barricadas) são tão importantes. São essas ferramentas que mantêm o policial vivo e pronto para o trabalho de coleta de fragmentos de informação para a construção de uma história que começou com uma simples ligação telefônica.

Policiais possuem a obrigação de investigar se uma informação é verdadeira ou não. Considerando que a vida tem valor inestimável, a polícia deve conferir até as informações possivelmente falsas (os trotes), pois é no local da ocorrência que a informação será depurada para que se possa ter **CERTEZA** de sua veracidade ou falsidade.

É de se pensar se a cautela ou a força não seria capaz de salvar milhares de colegas que atenderam a pedidos de socorro. Portanto **TODO CONTATO POLICIAL POSSUI NÍVEIS DE PERIGO**.

Policiais mortos intencionalmente – Número de policiais presentes (além da vítima)

Policiais mortos intencionalmente

Número de policiais presentes (além da vítima), 1995–2004

Policiais presentes	Total	Percentual
Número de ataques	**50***	**100%**
Nenhum	20	40%
Um	16	32%
Dois	4	8%
Três	5	10%
Quatro ou mais	5	10%

*Não incluídos quatro ataques contra policiais de folga.

Tabela 40.1 – Número de policiais presentes (Peace Officer Standards and Training, POST).

Na sequência, a tabela 40.1 mostra a quantidade de policiais presentes durante os ataques, além do policial que foi vitimado. As 50 ocorrências resultaram na morte de 52 policiais, sendo que outros quatro foram assassinados enquanto estavam de folga em quatro eventos distintos.

Assim, 40% dos policiais mortos em serviço estavam sozinhos e 32% estavam acompanhados por outro colega. Os demais (14 policiais ou 28%) compunham equipes com três, quatro ou mais policiais. Somadas, os grupos com dois ou mais policiais alcançaram 60% das ocorrências com vítimas.

A tabela mostra a quantidade de policiais presentes no momento do incidente, mas não esclarece se todos se envolveram no tiroteio ou se apenas acompanhavam ou prestavam apoio ao policial que se tornaria a vítima.

LIÇÃO APRENDIDA: a presença de testemunhas e de outros policiais não impediu que os suspeitos matassem as vítimas policiais. Assim, não há razão para acreditar que a superioridade numérica seja capaz, sozinha, de persuadir um criminoso violento a ponto de eliminar a chance de um confronto ou emboscada.

As instituições devem considerar **SEMPRE** o envio de reforço preparado como forma de minimizar os danos. E os policiais devem compreender que apenas o trabalho coordenado e em equipe pode fornecer a vantagem necessária e esperada

para grupos com dois ou mais membros, pois a superioridade numérica descoordenada continua representando riscos letais.

Policiais mortos intencionalmente – Número de suspeitos presentes (além do agressor)

Policiais mortos intencionalmente

Número de suspeitos presentes (além do agressor), 1995–2004

Suspeitos presentes	Total	Percentual
Número de ataques	**54**	**100%**
Nenhum	45	83%
Um	7	13%
Dois	2	4%

Tabela 40.2 – Número de suspeitos presentes (Peace Officer Standards and Training, POST).

Já a tabela 40.2 informa a quantidade de suspeitos presentes (além do agressor) nos 54 incidentes que vitimaram 56 policiais. Essa tabela inclui as quatro ocorrências que vitimaram quatro policiais de folga. Em 45 ocasiões, os agressores estavam sozinhos no instante do ataque (83%), e em apenas nove situações eles estavam acompanhados por comparsas (17%). Os dados não informam se os comparsas tiveram alguma participação ativa nos assassinatos dos policiais.

Não se pode afirmar que os 45 delinquentes estavam sozinhos quando decidiram sair para cometer crimes. A tabela só diz que o enfrentamento com a polícia se deu quando o agressor estava sozinho, sendo possível que o comparsa tenha fugido ou se separado. Entretanto essa informação não serve como confirmação de que o policial irá confrontar apenas um agressor na maioria das vezes.

Além disso, constatou-se que o número de testemunhas (civis) presentes nos 54 incidentes variou de zero até 33 pessoas.

LIÇÃO APRENDIDA: a inferioridade numérica não freou o ímpeto assassino do agressor, pois na maioria dos casos ele estava só quando foi localizado

pela polícia. A presença de testemunhas também não preveniu os assassinatos dos policiais.

O fato de o criminoso estar sozinho no **INSTANTE** do crime não significa que ele estava desacompanhado. Considerando uma abordagem policial, é possível imaginar a divisão do bando durante a fuga, forçando a separação da equipe policial, num erro tático clássico de perseguição homem a homem. O mesmo pode ocorrer quando um bandido é preso e outro foge, gerando igual divisão da equipe, principalmente aquelas com apenas dois ou três membros. **EQUIPES QUE SE DIVIDEM** (deixando um integrante sozinho e isolado) **POSSUEM METADE DA FORÇA FÍSICA, MENOS PODER DE FOGO, POUCA COORDENAÇÃO TÁTICA E NENHUMA COMUNICAÇÃO.**

Por essa razão, a equipe policial também deve avaliar constantemente seu comportamento durante contatos aproximados e repentinos; determinar se alguém representa uma preocupação que exija o uso (imediato ou não) de instrumentos de controle (Taser®, algema, bastão retrátil, etc.). É essencial não se precipitar sozinho numa perseguição a qualquer fugitivo, deixando a segurança da equipe para trás.

Policiais mortos intencionalmente – Intervalo de tempo no local antes do ataque

Policiais mortos intencionalmente

Intervalo de tempo no local antes do ataque, 1995–2004

Tempo no local antes do ataque	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
De 0:00 até 1:00 minuto	23	41%
De 1:01 até 2:00 minutos	4	7%
De 2:01 até 4:00 minutos	7	13%
De 4:01 até 6:00 minutos	2	4%
De 6:01 até 9:00 minutos	2	4%
De 9:01 até 10:00 minutos	2	4%
De 10:01 até 21:00 minutos	2	4%
De 40:00 até 60:00 minutos	3	4%

105:00 minutos	1	2%
Não informado	10	18%

Tabela 41 – Intervalo antes do ataque (Peace Officer Standards and Training, POST).

> Dois policiais se deslocaram até uma área com alto índice criminal para ajudar um colega numa abordagem veicular. Por volta das 18h30, assim que eles se aproximaram do carro suspeito, dois criminosos atiraram com fuzis de assalto. Os dois policiais reagiram e mataram um dos agressores. Contudo, eles foram atingidos pelos tiros dos criminosos e um dos policiais (com 26 anos de idade e 10 meses de experiência) morreu no hospital durante a cirurgia. Após alguns dias, o bandido sobrevivente foi preso. (LAPD, 2004).

A tabela 41 mostra quanto tempo foi gasto no local do incidente antes que 56 policiais fossem atacados e mortos. Desse total, 10 casos não foram informados.

O primeiro minuto foi o mais perigoso e mortal para os policiais, pois no intervalo de até um minuto após a chegada ao local ou contato com o suspeito, 23 policiais foram atacados e mortos (41%). O segundo intervalo de tempo mais perigoso ficou entre 2:01 até 4:00 minutos, tempo que o abordado pode ter aguardado na esperança de que o item ilegal não fosse encontrado, a prisão não fosse conduzida ou o policial baixasse a guarda em razão da tranquilidade da situação. Ou foi o tempo gasto numa luta corporal (para tentar conter e algemar o agressor) ou numa perseguição.

Ao se considerar apenas os eventos informados, ou seja, 46 casos, o intervalo do primeiro minuto passa a representar 50% das mortes de policiais.

LIÇÃO APRENDIDA: os princípios de cobertura/proteção (uso de barricadas), aproximação e primeiro contato com o suspeito, em conjunto com outras regras de segurança, são de fundamental importância para a sobrevivência policial. Isso se aplica principalmente no atendimento de ocorrências nas quais já se sabe da existência de uma arma (de fogo ou instrumento cortante) e do emprego de violência por parte do suspeito. Essa ciência pode se dar pelo aviso do COPOM, da vítima e das testemunhas, ainda que elas não estejam totalmente certas do que viram.

Mais uma vez, a paciência, como cautela, dá ao policial algum tempo para avaliar o local enquanto se aproxima, freando o ímpeto de se jogar nas ocorrências

sozinho, principalmente naquelas com crimes em andamento. Mesmo em equipe, o policial deve resistir à vontade de se aproximar com rapidez, pois além dos perigos já mencionados, ele corre o risco de entrar na linha de tiro do colega que ficou para trás (que pode atirar ao se assustar com a reação criminosa).

Também é prudente que cada viatura possua seu kit de confronto básico: fuzil de assalto, submetralhadora e espingarda.

Policiais mortos intencionalmente – Melhoria na instituição policial como resultado do ataque

Policiais mortos intencionalmente
Melhoria na instituição como resultado do ataque, 1995–2004

Melhoria	Total	Percentual
Número de ataques	**54**	**100%**
Não alteraram procedimentos e treinos	39	72%
Alteraram procedimentos e treinos	15	28%

Tabela 42 – Melhoria na instituição (Peace Officer Standards and Training, POST).

Alterações e melhorias implantadas pelas instituições policiais afetadas pelas mortes de 56 policiais são identificadas na tabela 42.

Dos 54 ataques que resultaram na baixa de 56 policiais, apenas 15 incidentes serviram como exemplos e foram aproveitados para aprimorar procedimentos, treinamentos e equipamentos. Porém os outros 39 ataques não foram estudados com o propósito de implantar qualquer mudança nas ações praticadas pelas organizações policiais. Elas apenas relataram que os dados do relatório validaram os procedimentos e políticas já praticadas.

Assim, as alterações e melhorias apresentadas por algumas unidades policiais foram:

- Aumento na quantidade de treinamentos de técnicas de desarme.
- Desenvolvimento de coletes balísticos melhores.

- Determinação para que o COPOM avise ao policial que a ocorrência que ele irá atender possui histórico de violência ou perigo real (especialmente as situações com armas presentes e as de violência doméstica).
- Determinação para que os sargentos atendam todas as chamadas feitas por familiares de pessoas sob o efeito de drogas, álcool ou que apresentam desajustes mentais (check welfare).
- Determinação para que todos os policiais notifiquem o COPOM sobre todas as operações, abordagens e outras ações, imediatamente antes de executá-las.
- Disposição de armas longas nas viaturas.
- Disposição de submetralhadoras HK MP5 nas motocicletas.
- Durante operações das forças tarefas, as outras instituições devem obedecer aos procedimentos de segurança determinados pelas polícias.
- Formação de grupos de operações especiais.
- Melhoria no sistema de repetidoras de rádio.
- Presença de dois policiais por viatura para o atendimento de determinadas operações policiais, tais como buscas e abordagens.
- Presença de, no mínimo, dois policiais para o abastecimento das viaturas durante o período da noite.
- Reforço no treinamento de aproximação tática.
- Reforço no treinamento de técnicas para manter suspeitos sob controle.

Policiais mortos intencionalmente – Tipo de ataque

Policiais mortos intencionalmente
Tipo de ataque, 1995–2004

Tipo de ataque	Total	Percentual
Número de ataques	**54**	**100%**
Espontâneo	31	57%
Planejado	14	26%
Desconhecido	9	17%

Tabela 43 – Tipo de ataque (Peace Officer Standards and Training, POST).

A tabela 43 informa que mais da metade dos ataques nos quais policiais foram mortos, o tipo de ataque foi espontâneo (57%), o que corrobora os dados relacionados com o intervalo de tempo entre o primeiro contato do policial com o suspeito e o início do ataque. Já os ataques planejados (26%) não possuem relação apenas com emboscadas planejadas com antecedência, mas também se relacionam com as reações após o primeiro contato com o policial e a submissão aparente do suspeito. Se forem considerados apenas os ataques conhecidos (45), a modalidade espontânea passa a representar 69% das ocorrências e a planejada, 31%.

Nos casos dos policiais que foram agredidos com armas de fogo e sobreviveram, o FBI (1997) determinou, com base nas entrevistas com os agressores, os seguintes percentuais:

- Ataque impulsivo, não planejado ou oportunista (69%).
- Ataque intencional e premeditado (33%).
- Existência de acontecimentos anteriores que acabaram por precipitar o ataque (29%).

Como será visto no capítulo sobre o Fator Comportamento, outro objetivo de qualquer treinamento sobre o uso da força deve ser a **PERCEPÇÃO DE AMEAÇA**, fazendo o policial reconhecer as dicas de ameaça como preparação para uma resposta na hora certa. Esse tipo de treinamento deve se concentrar nos indicadores ou sinais que mostram uma intenção hostil e a capacidade do criminoso de colocá-la em prática. O treinamento de uso da força deve ser aplicado na percepção de ameaça para que os policiais possam **REAGIR A UMA AGRESSÃO IMINENTE E NÃO A UM ATAQUE ATUAL.**

LIÇÃO APRENDIDA: criminosos não matam apenas porque querem viver ou têm ódio. Eles matam por algo mais simples: resistir à prisão e fugir. O policial não precisa, necessariamente, estar perseguindo ou prendendo alguém para correr riscos. Basta a sua aproximação e a ideia da prisão para que o suspeito aja de imediato ou espere um erro ser cometido. Isso demonstra a instabilidade do

comportamento do indivíduo, que pode decidir, de um momento para outro, pela morte de um policial. Essa incerteza deve sempre nortear o pensamento e as ações do policial para a manutenção do seu estado de alerta diante da possibilidade de um ataque a qualquer instante (ainda que tudo pareça calmo e sob controle).

O policial nunca deve oferecer uma oportunidade para ser atacado e subestimar o potencial letal de **UMA TENTATIVA DE FUGA, RESISTÊNCIA (ATIVA OU PASSIVA), AGRESSÃO VERBAL OU FÍSICA, POIS SÃO DICAS DE AMEAÇA E ESCALADA DA VIOLÊNCIA**.

Policiais mortos intencionalmente – Atividade mais frequente ou posição do policial

Policiais mortos intencionalmente

Atividade mais frequente ou posição do policial, 1995–2004

Atividade ou posição	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
Contato cara a cara com o suspeito	10	18%
Aproximando-se de uma edificação	7	13%
Realizando busca numa edificação	5	9%
Aproximando-se de um veículo	4	7%
Aproximando-se de um suspeito	3	5%
Entrando numa edificação	3	5%
Realizando busca num suspeito	3	5%
Perseguição a pé	3	5%
Não informado	18	32%

Tabela 43.1 – Atividade mais frequente ou posição (Peace Officer Standards and Training, POST).

A tabela 43.1 mostra a posição do policial no instante do ataque. Como 18 incidentes não foram informados, o total de situações conhecidas passou para 38 ocorrências. Assim, o "contato cara a cara", que antes representava 18%, passou a representar 26% dessas ocorrências, enquanto a "aproximação de uma edificação" subiu para 18%.

O elevado percentual de policiais mortos durante contatos cara a cara pode ter várias razões:

- A força letal não pode ser empregada rapidamente após a falha da opção menos letal (o policial confiou demais no sucesso da tecnologia menos letal e não deixou a arma de fogo pronta, como garantia).
- Ataque surpresa (quando o policial baixou a guarda, por exemplo).
- Azar (o policial se deparou com a ocorrência sem querer).
- Emboscadas (quando o policial se aproximou sem notar a presença do criminoso).
- Incredulidade (o policial não acreditou que o perigo ainda estava próximo e/ou à espreita).
- O policial estava de folga.
- Policial "se jogou" na ocorrência, sem a paciência para avaliar a situação.

Policiais mortos intencionalmente – Motivo do ataque do agressor

Policiais mortos intencionalmente
Motivo do ataque do agressor, 1995–2004

Motivo do ataque	Total	Percentual
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
Facilitar a fuga/resistir à prisão	42	75%
Vingança/ódio	3	5%
Violência aleatória	2	4%
Interferência de outra pessoa	1	2%
Desconhecido	8	14%

Tabela 44 – Motivo do ataque do agressor (Peace Officer Standards and Training, POST).

Às 15h30 de uma quarta-feira, um policial ficou ferido e outro foi morto por um traficante que suspostamente ajudava os policiais a localizar e prender um traficante de drogas. Na manhã daquele dia, os policiais à paisana estavam patrulhando uma região na tentativa de prender traficantes locais. Os policiais

prenderam um suspeito (com 20 anos de idade) e o levaram para a unidade policial para que fosse "fichado".

Durante o procedimento, o suspeito disse que poderia ajudar na localização de um grande traficante de cocaína. Após a autorização do supervisor, os dois policiais retiraram o suspeito da cela e o conduziram, algemado, no assento traseiro de uma viatura descaracterizada para iniciarem as buscas. Depois de patrulharem sem sucesso, os policiais pararam a viatura em um estacionamento público. Nesse instante, o criminoso sacou uma arma e disparou na parte de trás da cabeça do primeiro policial (com 28 anos de idade), matando-o instantaneamente. O atirador disparou no segundo policial (com 31 anos de idade e cinco anos de experiência). Então o agressor saiu da viatura, pegou a chave das algemas e a arma do policial ferido. Ele fugiu, mas foi preso posteriormente. O segundo policial se recuperou dos ferimentos e voltou ao trabalho. (FBI, 1997).

A razão principal para os agressores atacarem e matarem policiais foi a necessidade de facilitar a fuga (tabela 44). Nesse sentido, a resistência à prisão foi a única forma viável para que o criminoso fugisse, principalmente se o policial já estivesse próximo ou mantendo contato físico.

Por que as distâncias dos confrontos são tão curtas, se 75% dos criminosos mataram os policiais apenas para facilitar a fuga ou resistir à prisão? A tabela 24 informou que 49% dos policiais mortos estavam entre zero e 1,5 metro de distância dos agressores e 19% estavam entre 1,8 e 3 metros. Quer dizer, 68% das vítimas estavam a até 3 metros dos seus assassinos.

Talvez os criminosos tivessem a esperança de que poderiam se esquivar da situação sem ter que confrontar o policial, mas quando perceberam que a prisão era iminente, eles agiram. Talvez já tivessem tomado uma decisão e apenas aguardaram a aproximação do policial para que uma reação fosse mais eficaz. Talvez eles avaliaram o comportamento do policial ou esperaram que um erro fosse cometido para colocar o plano em prática.

Não menos importante está o desejo de vingança, o ódio e a violência aleatória na morte de policiais. Só isso representou quase 9% dos confrontos. Se esse percentual fosse aplicado sobre o universo de 1.171 policiais mortos relatados no

documento do FBI, o ódio e a violência gratuita seriam os motivos para o assassinato de 105 policiais.

Todos esses percentuais podem aumentar se forem considerados apenas os dados conhecidos (48 casos).

LIÇÃO APRENDIDA: nunca se deve avaliar um suspeito com base nos seus conceitos morais e éticos, pois o que é errado e impossível para o policial pode ser certo e viável para o delinquente. O policial nunca deve imaginar que a pessoa que ele aborda ou entrevista não tenha disposição para resistir e lutar, mesmo por algo simples e banal.

Em todo o Brasil, crianças, adolescentes, mulheres e homens estão aprendendo a odiar policiais porque eles são os únicos que tentam impedir comportamentos delinquentes e os lucros da atividade criminosa. Os policiais são aqueles que possuem a coragem para enfrentar criminosos "cara a cara". E isso, aos olhos de pessoas desajustadas, justifica o ódio, a vingança e a violência aleatória.

Policiais, enquanto abordam suspeitos ou pessoas normais que estão desequilibradas (com raiva, bêbadas, etc.), podem ser confrontados por familiares que desejam impedir o trabalho policial visando facilitar a fuga do parente abordado. Nesse caso, não só o abordado, mas também seus familiares representam grave risco. Assim, é fundamental que o policial utilize armas menos letais contra esses familiares antes que sejam capazes de enfraquecer fisicamente a equipe policial, permitindo que suas armas de fogo sejam arrebatadas e disparadas contra ela. Tal sugestão vale para qualquer um (homem, mulher, jovem, idoso, grávida, portador de necessidades especiais, etc.) que tente lutar contra a polícia para livrar o abordado.

Policiais agredidos – Motivo do ataque do agressor

Policiais agredidos

Motivo do ataque do agressor, 1993–1996

Motivo do ataque	Total	Percentual
Número de agressores	**42**	**100%**
Facilitar a fuga/resistir à prisão	16	38%

Matar o policial	8	19%
Amedrontar o policial	6	14%
Ferir o policial	3	7%
Imobilizar o policial	1	2%
Nenhuma resposta específica	8	20%

Tabela 44.1 – Motivo do ataque do agressor (FBI).

Mesmo nos casos de policiais que foram agredidos (tabela 44.1), os dados do FBI demonstram similaridade com as informações da tabela anterior. Contudo ainda que os objetivos dos agressores tenham sido fugir, amedrontar, ferir ou imobilizar os policiais, o fato é que, para isso, todos eles utilizaram instrumentos letais por natureza.

LIÇÃO APRENDIDA: qualquer agressão física possui o potencial para se tornar um homicídio, ainda que o agressor não tenha isso como objetivo principal. Mas ao se considerar o risco iminente, é preciso estar preparado para escalar o nível de força imediatamente.

Policiais agredidos – Estado mental do agressor

Policiais agredidos

Estado mental do agressor, 1993–1996

Estado mental	Total	Percentual
Número de agressores	**42**	**100%**
Considerou a chance de ser morto ou ferido gravemente	20	48%
Nunca pensou na possibilidade de ser morto ou ferido	17	41%
Considerou que venceria o policial de qualquer forma	3	7%
Casos não relatados	2	4%
Não pensou ou se importou se fosse preso	21	50%
Esperava ser preso ou processado pelo assassinato	12	29%
Achou que poderia evitar a prisão	7	17%
Casos não relatados	2	4%

Idade média no primeiro contato com a polícia	7 anos de idade	
Relembrando o primeiro contato, gostou do policial	21	50%
O primeiro contato não gerou qualquer impressão	13	31%
Relembrando o primeiro contato, não gostou do policial	8	19%

Tabela 44.2 – Estado mental do agressor (FBI).

Metade dos agressores não pensou na possibilidade de ser morto ou ferido, incluindo aqueles que acreditaram na capacidade de vencer o confronto. A outra metade considerou a morte ou o ferimento, mas em nenhum dos dois casos o agressor hesitou em usar a força letal contra o policial. A tabela 44.2 também informa que 67% dos agressores não se importaram com a prisão ou acharam que conseguiriam escapar. Novamente, metade dos entrevistados não gostou ou não formou opinião sobre a polícia quando teve seu primeiro contato com um policial. Trinta e um por cento dos agressores não formaram qualquer impressão no primeiro contato com a polícia. Essa frieza e falta de empatia são algumas das características apresentadas por psicopatas. Muitos estão presos e muitos estão livres.

LIÇÃO APRENDIDA: criminosos comprometidos com a fuga e a sobrevivência não se importam com as possíveis consequências, mesmo que estejam relacionadas com a possibilidade de perder a liberdade, sentir dor ou morrer.

Parece que criminosos possuem apenas um objetivo simples e imediato: **ESCAPAR**. Isso é uma grande vantagem na sobrevivência, pois permite que a pessoa se concentre naquilo que é importante **AGORA** e deixe para trás tudo que representa peso morto. Peso morto, tal como um pensamento inútil para o momento, bloqueia a capacidade de agir com rapidez e comprometimento com o objetivo.

Aqui vale o diálogo entre os personagens Neil McCauley (assaltante) e Vincent Hanna (policial) no filme *Heat* (Warner Bros, 1995):

> – Um cara me contou uma vez: 'Não se apegue a nada que você não possa largar em 30 segundos quando sentir o perigo na esquina.' Se você está me perseguindo e tem que se mover quando eu me mover, como espera manter um casamento?
>
> – Esse é um ponto interessante. Você é um monge?

– Eu tenho uma mulher.

– Então, se você me vir na esquina, vai largar essa mulher sem nem dizer adeus?

– Isso é disciplina.

– Você faz o que faz, eu faço o que tenho que fazer. Agora que estivemos cara a cara, se eu tiver que prendê-lo, eu não vou gostar. Mas eu lhe digo que, se for entre você e um pobre coitado cuja mulher você tornará viúva, irmão, você vai cair.

– Existe o outro lado da moeda. E se você me cercar e eu conseguir te derrubar?! Porque não importa... você não vai entrar no meu caminho. Nós estivemos cara a cara, mas eu não vou hesitar, nem por um segundo.

Policiais mortos intencionalmente – Habilidade para disparar a arma

Policiais mortos intencionalmente
Habilidade para disparar a arma, 1995–2004

Disparos efetuados	Total	Arma
Número de vítimas policiais	**56**	-
Policial disparou uma vez	1	Pistola
Policial disparou uma vez	1	Fuzil M16
Policial disparou duas vezes	2	Pistola
Policial disparou duas vezes	1	Submetralhadora MP5
Policial disparou três vezes	1	Pistola
Policial disparou quatro vezes	1	Espingarda
Policial disparou cinco vezes	2	Pistola
Policial disparou sete vezes	1	Pistola
Policial disparou nove vezes	1	Pistola
Policial disparou dez vezes	1	Pistola
Policial disparou 11 vezes	2	Pistola
Policial disparou 13 vezes	1	Pistola
Policial disparou 16 vezes	1	Pistola

Policial disparou incontáveis vezes	1	Pistola
Policial não conseguiu revidar	37	-
Policial fora do serviço e desarmado	2	-

Tabela 45 – Habilidade para disparar a arma (Peace Officer Standards and Training, POST).

Apesar de o treinamento policial determinar que se deva atirar até que a ameaça seja interrompida, ou seja, até se obter a incapacitação imediata do agressor, a tabela 45 demonstra que 37 policiais sequer conseguiram revidar ao ataque (69%). Dois policiais conseguiram realizar apenas um disparo cada, antes de serem mortos (4%). Somente três vítimas policiais realizaram dois disparos antes de morrerem (6%). Onze policiais foram capazes de disparar entre três e 16 vezes (20%). E só um policial disparou incontáveis vezes contra o agressor (2%). Assim, 17 policiais foram capazes de disparar suas armas (30%), o que não impediu que os criminosos os matassem. Para atingir esses percentuais foram excluídos os dois policiais de folga que estavam desarmados.

Quanto ao treinamento de tiro com pistola, a maioria dos 56 policiais havia participado de uma avaliação de tiro, denominada "Qualificação", no período de um até quatro meses antes da morte. No geral, o período da qualificação variou entre um dia (o mais recente) até seis anos (o mais antigo) antes do incidente crítico. Dos 56 policiais mortos, 30 não realizaram treinamentos em ambientes com baixa visibilidade (54%).

Das 24 agências policiais do estado da Califórnia, apenas oito (33%) realizaram qualificações com as **ARMAS RESERVAS** (back up ou segunda arma) para as vítimas policiais. Entretanto, dos 56 policiais mortos, apenas quatro (7%) portavam armas reservas. Apesar disso, essas armas não foram utilizadas durante o confronto e, portanto, a presença delas não foi considerada um fator relevante capaz de impedir a morte das vítimas.

Vinte instituições (83%) realizaram qualificações com espingardas, sendo que a maioria dos policiais mortos havia participado do treino um ano antes de morrer.

Os 17 policiais que conseguiram reagir (30%) foram responsáveis por mais de 100 disparos de armas de fogo. Mas apenas três agressores (5%) foram mortos em

razão desses tiros. Portanto foram necessários 17 policiais para incapacitar três criminosos (aproximadamente seis policiais para cada suspeito morto).

LIÇÃO APRENDIDA: esses dados refletem a estranha natureza dos confrontos armados quando o policial é pego de surpresa, precisa reagir a curta distância, no menor tempo possível e sob o domínio total do estresse e suas consequências físicas, emocionais e psicológicas. Também é possível imaginar que a incapacidade para reagir ou a reação ineficaz, independentemente do número de disparos, possa ter sido causada pela morte imediata ou pelo ferimento sustentado por cada um dos policiais.

Infelizmente, muitas pessoas acreditam que o risco de vida não existe até que a ameaça ou agressão seja imediata. Essa ideia perigosa força muitos policiais a esperarem até que os criminosos saquem e apontem suas armas para eles ou para pessoas inocentes antes que esses policiais possam neutralizá-los. Pesquisas americanas demonstram que um criminoso é capaz de sacar uma arma escondida e atirar contra um policial antes que esse policial consiga simplesmente pressionar o gatilho de sua arma já apontada para o criminoso (o fator Tempo será visto no segundo volume da obra).

Todo policial deve considerar como peso extra a ser descartado, em benefício da própria vida, opiniões do tipo: "Se vocês querem uma resposta jurídica da coisa, para dizer que vocês não tenham nenhuma consequência, não atirem! **VOCÊS SÓ PODEM ATIRAR A PARTIR DO MOMENTO QUE FOREM ALVEJADOS**!" (Palestrante da área jurídica, 2015).

Policiais mortos intencionalmente – Número de ferimentos no policial

Policiais mortos intencionalmente Número de ferimentos no policial, 1995–2004	
Quantidade de ferimentos	**Total**
Número de vítimas policiais	**56**
Policial atingido uma vez	27

Policial atingido duas vezes	10
Policial atingido três vezes	5
Policial atingido quatro vezes	3
Policial atingido cinco vezes	2
Policial atingido seis vezes	1
Policial atingido sete vezes	1
Policial atingido oito vezes	1
Policial atingido nove vezes	1
Policial atingido dez vezes	1
Policial atingido 13 vezes	1
Policial atingido 14 vezes	2
Policial atingido 30 vezes	1

Tabela 46 – Número de ferimentos no policial (Peace Officer Standards and Training, POST).

A tabela 46 dá uma noção do número de vezes que cada vítima policial foi atingida. Aqui fica demonstrada a eficácia daquele que, no confronto, toma a decisão e age primeiro. Quer dizer, o que está demonstrado é que 57 criminosos foram responsáveis pela morte de 56 policiais.

Em nove casos distintos, os policiais foram feridos e mortos por disparos de fuzis, rifles e espingardas, sendo atingidos por um total de 69 projéteis (quase oito projéteis por policial morto). Mesmo atingindo os policiais apenas uma vez, os suspeitos foram eficazes em produzir a incapacitação imediata em 27 situações (48%). Um feito e tanto para quem não possui treinamento formal. É importante esclarecer que essa tabela não informa quantas vezes os suspeitos dispararam, mas quantos tiros acertaram.

A tabela 46 também deixa transparecer a possibilidade de que os agressores compreenderam melhor a questão da incapacitação imediata e a forma de se alcançá-la. Ainda que isso não seja tão evidente, inclusive para os próprios criminosos, a tabela demonstra que em 19 ocorrências (34% dos casos) as vítimas policiais foram atingidas mais de duas vezes. Nessas ocorrências, destaca-se o intervalo de policiais que foram atingidos de três até cinco vezes.

Os 57 assassinos foram responsáveis por 195 disparos eficazes que vitimaram 56 policiais. Desse modo, foram precisos 57 criminosos para incapacitar 56 policiais

(aproximadamente um criminoso para cada policial morto), ainda que três dos delinquentes também tenham morrido. Infelizmente, a recíproca não foi verdadeira, como demonstrará a próxima tabela.

LIÇÃO APRENDIDA: considerando que 57 criminosos mataram 56 policiais e com apenas três baixas, parece razoável imaginar que a tática de agir em vez de reagir é a mais eficaz para a sobrevivência. Desse modo, nas situações que mais vitimam policiais no Brasil (assalto enquanto se está à paisana), a tentativa de render e prender o assaltante que empunha uma arma parece ser um erro fatal, pois coloca o policial, novamente, numa condição reativa. É de se pensar se o policial, nessas ocorrências, não deveria **ATIRAR PRIMEIRO** (em vez de tentar prender).

Policiais mortos intencionalmente – Número de ferimentos no agressor

Policiais mortos intencionalmente Número de ferimentos no agressor, 1995–2004	
Quantidade de ferimentos	**Total**
Número de agressores	**57**
Agressor ileso	20
Agressor atingido uma vez	5
Agressor atingido duas vezes	1
Agressor atingido três vezes	1
Agressor atingido quatro vezes	1
Agressor atingido seis vezes	1
Agressor atingido sete vezes	1
Agressor atingido 16 vezes	1
Agressor atingido 39 vezes	1
Não informado	25

Tabela 47 – Número de ferimentos no agressor (Peace Officer Standards and Training, POST).

Já a tabela 47 informa a quantidade de vezes que os suspeitos foram atingidos em razão dos confrontos com os policiais.

Talvez em razão da surpresa do ataque, as vítimas policiais não tenham tido tempo ou força física suficiente para realizar mais de um disparo contra os agressores (5), inclusive com a arma entrando em pane por falta de força na empunhadura. Ou pior, talvez não tenham tido tempo de **USAR** a própria arma, pois é o que deixa evidente o número de suspeitos ilesos (20) e os casos não informados (25). Além disso, apenas três criminosos foram mortos pelas vítimas policiais, como será demonstrado na próxima tabela.

LIÇÃO APRENDIDA: não há nenhuma garantia de que dois disparos sejam suficientes para incapacitar um criminoso. Cada indivíduo responderá de modo particular durante um confronto armado. Alguns irão correr ou cair ao ouvirem o disparo, outros serão incapacitados com um ou dois tiros, e outros simplesmente resistirão mais tempo não importando a quantidade dos ferimentos.

Deve-se lembrar de que atirar duas vezes e esperar para ver se o criminoso, que está tentando matar o policial, foi atingido é um erro primário e grave. O treino do Double Tap existe mais por economia de munição, necessidade de repetição do movimento e controle do recuo da arma durante disparos seguidos. Como técnica de incapacitação, o Double Tap não atinge o propósito e, por isso, os policiais americanos são orientados a disparar enquanto a ameaça existir.

A incapacitação imediata do agressor só ocorrerá se ele for atingido, grosso modo, na cabeça, no coração ou na medula espinhal. Além disso, nenhuma munição é 100% eficaz 100% das vezes ao atingir uma pessoa e provocar um colapso imediato, e nenhuma fábrica de munições dá garantia de eficácia de seus produtos em 100% das vezes quando se trata da incapacitação de um ser humano.

LIÇÃO APRENDIDA: durante um confronto, o policial deve se concentrar no objetivo: sobreviver. Considerações técnicas sobre efetividade de calibres, a falácia do Stopping Power (poder de parada), o Double Tap, transferência de "energia cinética", Knock-down Power (poder de nocautear) choque neurogênico e outros conceitos imprecisos podem fazer o policial parar de atirar e abaixar a arma antes de incapacitar o agressor, abrindo a janela de oportunidade para o criminoso ir direto ao ponto e matá-lo sem hesitação.

Sobre esses conceitos, recomenda-se a leitura da obra *Armas de fogo e legítima defesa – A desconstrução de oito mitos*, de Allan Antunes Marinho Leandro.

Policiais mortos intencionalmente – Situação do agressor em razão do confronto

Policiais mortos intencionalmente Situação do agressor em razão do confronto, 1995–2004	
Situação	**Total**
Número de agressores	**57**
Agressor preso	40
Agressor morto pela vítima policial	3
Agressor morto por outros policiais	11
Agressor se suicidou	3

Tabela 48 – Situação do agressor (Peace Officer Standards and Training, POST).

Os 17 policiais que conseguiram disparar suas armas realizaram mais de 100 disparos ao todo. Mas apenas três agressores foram mortos em razão desses tiros. Imaginando que cada vítima policial tenha confrontado um agressor, então o percentual de aproveitamento foi de 18%.

Na sequência do incidente que vitimou os policiais, 11 agressores foram mortos por outros policiais. Supõe-se que em razão da morte do colega, os demais policiais se envolveram na ocorrência com outro estado mental e comportamento tático, aqueles mais voltados para a sobrevivência.

Infelizmente, um cruzamento dos dados das tabelas 47 e 48 não permite verificar quantos tiros a vítima policial acertou. Entretanto Thomas J. Aveni, instrutor de tiro e diretor da Police Policy Studies Council (uma empresa de pesquisa, consultoria e treinamento para organizações policiais nos Estados Unidos), informa que o percentual desses acertos, em confrontos armados, varia entre 16% a 23%. Assim, pode-se afirmar que um policial acerta um em cada seis disparos, o que demonstra o baixo desempenho sob o estresse de uma situação de confronto armado real.

LIÇÃO APRENDIDA: medo e estresse não combinam com a precisão exigida em um combate, uma vez que as percepções, as habilidades motoras e cognitivas prejudicam o uso de armas de fogo em situações extremas. O desejo de se livrar rapidamente da ameaça força muitos policiais a iniciarem os disparos tão logo

tenham sacado suas armas, explicando, também, o motivo dos disparos direcionados para baixo.

Atirar baixo é tão comum quanto errar os disparos. Essa realidade provavelmente não é intencional, contudo também pode ser o resultado da distração com pensamentos introspectivos (mente ruminante – aqueles sem relevância imediata para a situação tática, tais como a morte ou processos judiciais) ou da falta de foco naquilo que realmente interessa quando alguém está a um metro de distância, com uma arma na mão e plenamente disposto a matar.

A solução para o tiro baixo é paliativa, mas pode funcionar. Ou seja, o policial pode experimentar a técnica de tiro na linha da cintura (Speed Rock ou Tiro de Entrevista) ao passo que se afasta do agressor até que tenha condições de empunhar a arma com as duas mãos e melhorar o enquadramento no alvo. Essa é a vantagem que a pistola possui sobre o revólver: o policial tem mais que o dobro de disparos até começar a acertar o agressor no centro de massa.

O baixo percentual de acerto das vítimas policiais também pode ser resultado da incapacidade de reagir com eficácia em razão dos ferimentos e suas consequências.

Essas tabelas também demonstram muito daquilo que todo policial precisa esperar num conflito armado: a duração, as miras, o tiro baixo, a luminosidade, o índice de acertos ou erros, as distrações, a sorte e a concentração mental e visual.

Confrontos a curtas distâncias duram pouco tempo porque a munição acaba rápido demais ou alguém foge ou morre. Dentre outros fatores, isso se deve ao fato de que a maioria dos disparos erra o alvo e tanto criminosos quanto policiais continuam atirando até que alguém seja incapacitado ou fuja.

Em virtude do estresse, os envolvidos no tiroteio podem não perceber que foram atingidos, e sem essa percepção é possível que permaneçam de pé resistindo até que os ferimentos provoquem a incapacitação de alguém. Na mesma linha, aquele que atira não consegue perceber os efeitos de seus disparos contra o alvo, o que força o atirador a continuar disparando até que algo demonstre que seus tiros surtiram o efeito desejado (normalmente isso ocorre quando o agressor cai). Essa incapacidade de perceber algum efeito imediato dos disparos no alvo pode aumentar o estresse e a surpresa do policial, pois ele pode acreditar que está errando os tiros e

permitindo que o agressor o acerte primeiro. Essa sensação agonizante se assemelha a muitos sonhos recorrentes que os policiais experimentam: projéteis que não saem do cano ou que atingem o criminoso numa velocidade baixa e incapaz de penetrar o alvo, armas que não funcionam, etc.

Muitos criminosos utilizam suas armas como meio de garantir a fuga, pois sabem que a permanência prolongada no local aumenta as chances de serem presos ou mortos. Por isso, eles atiram e fogem ou fazem isso simultaneamente, o que implica que o policial irá disparar em um alvo em movimento.

Em eventos dessa natureza, uma dúvida persiste: é possível usar o aparelho de pontaria? Não existe, ainda, um convencimento sobre a impossibilidade de ver as miras em todos os confrontos armados. Obviamente, isso depende de muitos fatores. Um deles é se o policial foi ou não pego de surpresa e o início da reação foi prejudicado. Se um ataque ocorrer de repente e o criminoso estiver perto demais, o tempo para reagir será curto e, assim, atirar em alguém perto será uma necessidade. Nesse evento, se conseguir reagir, o policial responderá com sobressalto e instintivamente, o que não possibilitará a visão das miras. Talvez não haja tempo sequer para empunhar a arma com as duas mãos.

Por outro lado, o mais importante é o aumento da velocidade de reação já que o policial não precisa, conscientemente, usar as miras da arma como pré-requisito para atirar. Entretanto o aumento da velocidade de reação produz erros durante o processo, tais como atirar baixo ou quando a arma não está, pelo menos, apontada para o agressor. Mais uma vez, é fundamental que o policial seja capaz de empunhar, sacar e apresentar bem a sua arma para minimizar as inconsistências típicas de um confronto armado.

Pesquisas americanas informam que mais da metade dos policiais envolvidos em tiroteios utilizam o tiro instintivo, ou seja, o disparo da arma sem o uso das miras, o que poderia explicar os baixos índices de aproveitamento dos disparos (22% para a polícia de Nova Iorque e 25% para a polícia de Miami). Contudo os defensores do tiro instintivo alegam que as academias de polícia não ensinam os policiais a atirar instintivamente focando o alvo, mas exigem algum tipo de tiro visado ou, pelo menos, o foco na maça de mira (não confundir com maçã ou massa). Acredita-se até que o baixo aproveitamento dos tiros ocorra em função do uso das

miras em confrontos a curtas distâncias, quando o policial "perde" o alvo porque está olhando para a arma.

Debate à parte, a regra é simples: curtíssima distância igual a tiro instintivo com foco no alvo e senso de alinhamento da arma com o alvo (até 3 metros). Há uma técnica de tiro que ensina a disparar a arma na linha da cintura contra alvos a curtíssimas distâncias (Speed Rock Drill). Alguns instrutores americanos têm insistido no ensino do tiro instintivo como meio de contornar o problema das miras.

Para exemplificar a questão do uso das miras, um antigo documento do Departamento de Polícia de Nova Iorque (*Standard Operating Procedure #9*, NYPD, 1981) informa que "um bom alinhamento das miras é fundamental para tiro ao alvo, mesmo assim, 70% dos casos avaliados indicaram que nenhum alinhamento das miras foi feito quando o revólver foi disparado." O documento ainda relata que a tendência para o uso das miras aumenta à medida que a distância da ameaça também aumenta.

Importante frisar que ainda não há pesquisas (divulgadas abertamente) sobre a efetividade definitiva do tiro instintivo sobre o tiro visado e vice-versa.

Entretanto, entre a perfeição do tiro visado e a extrema rapidez do tiro instintivo existe uma técnica denominada Flash Sight Picture (enquadramento rápido ou "visada instantânea"). A técnica permite disparos mais rápidos que o tiro visado e mais precisos que o tiro instintivo. Basicamente, o atirador foca a visão na maça de mira durante a apresentação da arma, mas sem a necessidade de um alinhamento perfeito entre maça e alça. Isso fornece ao atirador informação suficiente para que saiba que a arma está apontada para o alvo momentos antes de ele pressionar o gatilho. Assim o policial é capaz de perceber a maça de mira entre o entalhe da alça, mesmo com algum desalinhamento, e ser eficaz e rápido em distâncias entre 3 e 7 metros do alvo (considerando uma perfeita execução dos demais fundamentos – empunhadura, pressão do gatilho, follow through, etc.). Além dos 7 metros do alvo, algum tipo de tiro visado com alinhamento maça/alça será necessário.

Outro dado já visto é que a maioria dos tiroteios ocorre durante períodos de baixa luminosidade. A tabela 13 demonstrou que o horário mais crítico e com maior incidência de mortes aconteceu entre as oito da noite e as duas da madrugada.

Porém é preciso entender que baixa luminosidade não significa apenas o período da noite, mas aqueles locais escuros ou mal iluminados, ainda que durante o dia. O FBI calculou que 42% dos confrontos armados ocorreram entre às 6h da manhã e às 6h da noite (tabela 13). Já a polícia de Miami informou que 62% de seus incidentes ocorreram em circunstâncias com baixa luminosidade e a polícia de Nova Iorque relatou que isso ocorreu em 77% de seus confrontos armados.

Considerando que a maioria dos incidentes acontece nessa ocasião (baixa luminosidade/visibilidade), **É NATURAL ESPERAR ALGUM TIPO DE DECLÍNIO NO PERCENTUAL DE APROVEITAMENTO DOS DISPAROS REALIZADOS PELOS POLICIAIS**. E é exatamente o que diz o Departamento de Polícia de Baltimore, num estudo que compreendeu o período de 1989 a 2002. O estudo demonstrou que durante o dia (luminosidade normal) o índice de acerto dos disparos foi, em média, de 64%. Mas esse indicador caiu para 45% nos momentos de baixa iluminação, quer dizer, um declínio na ordem de 30%. A polícia de Los Angeles reportou um declínio de 24% no aproveitamento nessas mesmas condições.

Com tanta coisa podendo dar errado, algumas pessoas dizem que o principal fator durante uma reação armada é a sorte. Mas enquanto a sorte é um elemento em cada confronto, é certo que não se deve torná-la um fator importante durante os treinamentos e o comportamento policial.

Algumas pessoas dizem que quando se está perto demais do perigo, não é preciso ser bom, mas ter sorte, o que é de certa forma verdade. Porém a sorte é um elemento que pode pender para o policial ou para o delinquente. Por essa razão não se deve treinar ou trabalhar esperando ter sorte, mas buscando a excelência e a vitória.

Talvez a resposta para esse problema seja não se preocupar em usar ou não as miras, por exemplo, mas estar concentrado naquilo que acontece a sua volta para perceber as "janelas de oportunidades" para a reação. Quando o policial se concentra no objetivo, ele avalia a ocorrência em busca de uma solução para o problema. Isso, por si só, elimina as distrações mentais que podem encobrir a única oportunidade de reação.

A questão da concentração no evento e no alvo é tão importante que o desempenho do policial pode melhorar ou piorar em razão do local onde seus olhos e sua atenção estão focados durante o confronto. É o que afirma o Dr. William J. Lewinski, psicólogo especializado em psicologia policial, professor da Universidade Estadual de Minnesota, nos Estados Unidos, e diretor do Force Science Institute (uma organização científica e de pesquisa sobre o comportamento humano em situações de estresse e confrontos armados).

Sua pesquisa estabeleceu um paralelo entre a fixação do olhar e da atenção de grupos distintos de policiais (os de grupos táticos ou mais experientes e os convencionais ou novatos) durante conflitos armados.

O cenário simulava o interior de uma embaixada, em que o policial, designado para prestar serviços de segurança, foi previamente informado sobre um possível tiroteio no local. Dois atores interpretavam uma funcionária e um visitante (que irritado com o atendimento iniciava uma discussão). O visitante, de costas para o policial, em dado momento se virava para o policial com uma arma ou um telefone celular na mão. As armas do experimento utilizavam a tecnologia Simunition®, e monitores especiais avaliavam o movimento dos olhos do policial em conexão com dispositivos instalados no visitante. Desse modo, o pesquisador podia determinar para onde o policial estava olhado em cada seguimento do evento, bem como avaliar o índice de acerto do disparo.

À medida que o evento se tornava mais hostil, os policiais veteranos antecipadamente direcionavam sua atenção para o conjunto braço/mão do suspeito, como se esperassem o pior. Eles aumentavam o percentual de fixação visual para aquele conjunto, de 21%, no início do evento, para 71% nos dois últimos segundos (quando o visitante se virava apontando um objeto para o policial). Durante os disparos, os veteranos direcionavam 86% de sua fixação visual para a mão do suspeito, revelando um notável grau de foco e concentração durante o confronto armado.

O estudo explicou que esses policiais tiveram tempo para um período de **SUPER CONCENTRAÇÃO**, e com isso seus olhos permaneceram ajustados num local definido do alvo enquanto pressionavam o gatilho. Os policiais novatos não

demonstraram a mesma atenção ao conjunto braço/mão do suspeito, e quando ele apontava a arma e disparava, a fixação visual dos novatos era de apenas 33%.

Talvez o mais interessante tenha sido a descoberta de diferenças entre os dois grupos em relação à mudança abrupta da fixação visual antes do disparo da arma. O movimento final dos olhos dos novatos, especialmente entre aqueles que erraram os disparos, ocorreu ao mesmo tempo em que eles tentaram engajar o alvo e apontar a arma. Nesse momento crítico, os policiais novatos, em 82% das vezes, deixaram de focar o alvo numa tentativa de olhar para a própria arma, tentando encontrar ou confirmar o alinhamento das miras enquanto apontavam. Com isso, os novatos disparavam sem ver o suspeito, o que contribuiu para o baixo índice de aproveitamento e para o erro de julgamento quando o suspeito tinha nas mãos apenas um telefone celular no lugar de uma arma de fogo.

O pesquisador propôs a possibilidade de que o treinamento dos policiais novatos tenha contribuído para o baixo desempenho no teste. Isso porque eles aprenderam a focar primeiro a alça de mira, então a maça de mira, e depois o alvo, alinhando os três itens antes de pressionar o gatilho. Obviamente, esse é um processo lento e que demonstrou ser malsucedido no experimento. Além disso, é impossível focar três elementos que estão em distâncias diferentes. Isso significa que o policial precisa decidir, preferencialmente antes do conflito, em que elemento vai focar sua visão (na maça, na alça ou no alvo). E se ele estiver vendo o aparelho de pontaria da arma com clareza, ele precisa saber que o alvo, na melhor das hipóteses, transformar-se-á numa imagem indistinta.

Em algum momento do aprendizado e da experiência, os policiais veteranos aprenderam o processo de modo inverso: o foco imediato e predominante é na mão ou arma do suspeito. Com o olhar concentrado ali, esses policiais trazem a arma até sua linha de visada e "enxergam" as miras por meio da visão periférica. Eles possuem a capacidade de perceber para onde a arma está apontada em razão do senso de **CINESTESIA**, quer dizer, "a capacidade em reconhecer a localização espacial do corpo, sua posição e orientação, a força exercida pelos músculos e a posição de cada parte do corpo em relação às demais, sem utilizar a visão" (Wikipedia, 2011). Em comparação com o processo utilizado pelos policiais novatos,

a estratégia de foco no alvo dos veteranos foi simples, mais rápida e eficaz, conforme pontuou o estudo.

Portanto no próximo treino, o policial pode:

- Apagar algumas lâmpadas do estande de tiro para simular ambientes mal iluminados ou com baixa visibilidade.
- Atirar rápido trabalhando séries irregulares de 5, 3, 2, 4 disparos.
- Colocar diversos alvos, um ao lado do outro, e disparar em cada um deles sequencialmente para simular um alvo em movimento. Colar um alvo num pneu velho e disparar enquanto o pneu percorre o estande.
- Concentrar-se num ponto específico do alvo, atirar sem usar as miras e depois ver se acertou próximo ao local pretendido.
- Dispor os alvos em distâncias diferentes para ser capaz de alternar a cadência dos disparos e a transição entre os alvos (rápido para os alvos mais próximos e lento para os distantes).
- Experimentar a técnica Speed Rock.
- Experimentar a técnica Flash Sight Picture (enquadramento rápido).
- Fazer sessões de tiro visado, tiro em visão primária ou tiro preciso. Isso a 15, 20 ou 25 metros do alvo. Assim, ele pode melhorar os conceitos básicos (fundamentos do tiro).
- Fazer tudo devagar e aumentar a velocidade dos movimentos quando já souber o que e como fazer.
- Movimentar-se para trás, para frente, na diagonal ou lateralmente.
- Observar se a arma está na linha de visada, sem que tenha usado o aparelho de pontaria (cinestesia).
- Treinar em seco e experimentar o tiro instintivo ao passo que as distâncias diminuem.
- Treinar o saque velado com a roupa que usa diariamente, etc.

Sabendo o que esperar e o que fazer para solucionar o problema, o policial estará mais preparado para se concentrar na tarefa, sobrepujar seu agressor e vencer o conflito.

Policiais mortos intencionalmente – Condição da arma do agressor

Policiais mortos intencionalmente Condição da arma do agressor, 1995–2004	
Condição da arma	**Total**
Número de agressores	**57**
Desconhecida	29
Ostensiva	17
Escondida/dissimulada/velada	9
Agressor usou a arma do policial	2

Tabela 49 – Condição da arma do agressor (Peace Officer Standards and Training, POST).

Infelizmente, a tabela 49 não demonstra a condição dos armamentos usados em 29 ocasiões, o que representa a ausência de informação importante sobre a condição das armas dos agressores em 51% dos incidentes que vitimaram policiais. Tal ausência pode se justificar pelas características dos ataques: surpresa, curta distância, ausência de testemunhos (filmagens, parceiros próximos), silêncio dos assassinos após suas prisões, etc.

Policiais mortos intencionalmente – Condição conhecida da arma do agressor

Policiais mortos intencionalmente Condição conhecida da arma do agressor, 1995–2004		
Condição conhecida da arma	**Total**	**Percentual**
Número de agressores	**28***	**100%**
Ostensiva (à mostra)	17	61%

Escondida/dissimulada/velada	9	32%
Suspeito usou a arma do policial	2	7%
*Não incluídos os 29 casos desconhecidos.		

Tabela 49.1 – Condição conhecida da arma do agressor (Peace Officer Standards and Training, POST).

> Um policial (com 43 anos de idade e 14 de experiência) respondeu a um chamado para ajudar um colega que havia sido baleado por um suspeito armado com um fuzil de assalto. Às 10h03, o policial chegou ao local, verbalizou com o agressor na tentativa de prendê-lo, mas foi imediatamente rechaçado. Ele foi atingido 13 vezes e morreu no local; seu colete balístico foi inútil contra os projéteis de alta velocidade. O assassino foi preso mais tarde. (LAPD, 1999).

A tabela 49.1 mostra a condição **CONHECIDA** das armas empregadas por 28 assassinos. Constatou-se que a maioria das armas utilizadas contra os policiais **NÃO ESTAVA** escondida. A condição da arma ostensiva, ou seja, à mostra, totalizou 17 situações (61%). Apesar disso, a dissimulação da arma se mostrou um fator relevante em nove ocorrências (32%) que contribuíram para a morte de policiais.

Considerando apenas os agressores que usaram as próprias armas (ostensiva e escondida), as armas ostensivas passaram a representar 65% das agressões e as escondidas 35%. Isso implica que o policial se deparou com um agressor (situação cara a cara) já empunhando uma arma que foi utilizada como instrumento para garantir a fuga, num ataque espontâneo no primeiro minuto do encontro.

LIÇÃO APRENDIDA: em 61% ou 65% das agressões letais contra os policiais, as armas utilizadas estavam visíveis nas mãos dos criminosos. Não se sabe se as vítimas policiais também empunhavam suas armas ou se se aproximaram dos suspeitos com as armas coldreadas, mesmo após uma perseguição. Não foi informado se esses policiais ocuparam suas mãos com outros objetos, como rádios HT, bastões retráteis, lanternas ou algemas, DEC, bloco de notas, tudo dificultando um saque rápido.

O fato é que o criminoso entendeu o perigo da situação e não baixou a guarda na maioria das vezes. Não só o comportamento sagaz do bandido representa uma ameaça para o policial, mas também a complacência, a ingenuidade e a incapacidade de agir conforme o perigo real da situação.

A hesitação em utilizar a força letal como primeira opção de força, mesmo diante do perigo real, também pode ser uma explicação para o cenário descrito na tabela 49.1. É possível que a vítima tenha tentado realizar uma prisão em vez de tentar se salvar. Essa é a diferença entre duas formas de abordar o mesmo tema: o uso da força. Então é preciso saber a diferença entre o uso **PROGRESSIVO** da força e o uso **SELETIVO** ou **DIFERENCIADO**.

Alguns policiais, inadvertidamente, acreditam que o uso da força letal só pode se dar após todos os níveis anteriores. Quer dizer, para empregar a arma de fogo, o policial precisa progredir por todos os níveis de força. Por outro lado, a seleção da força a ser empregada vai depender do comportamento e do risco apresentado pelo suspeito. Isso significa que o policial pode ser obrigado a escolher a força letal se o agressor fizer o mesmo. E para isso, basta que ele tenha uma arma na mão, uma intenção e uma oportunidade.

Mais uma vez a distância e a proteção demonstram sua importância. Isso significa que **NUNCA** se deve negociar com um criminoso que empunha uma arma, ainda que apontada para baixo, de modo exposto e aproximado. Nessa situação o criminoso, se decidir agir, estará sempre na frente. E o policial, pego de surpresa, não encontrará proteção imediata. Nos casos com reféns, é fundamental que a equipe nunca se aproxime enquanto o bandido empunha a arma ou está próximo dela, até porque um disparo acidental pode ocorrer e vitimar um membro da equipe.

Policiais mortos intencionalmente – Esconderijo da arma do agressor

Policiais mortos intencionalmente
Esconderijo da arma do agressor, 1995–2004

Esconderijo	Total	Percentual
Número de agressores	**9**	**100%**
Na cintura	4	44%
Esconderijo desconhecido	3	33%
Dentro do carro	2	22%

Tabela 50 – Esconderijo da arma do agressor (Peace Officer Standards and Training, POST).

O local de esconderijo da arma escolhido pelo agressor foi detalhado na tabela 50. Essa tabela faz referência aos nove casos conhecidos relacionados com a condição da arma do agressor (tabelas 49 e 49.1 – arma escondida/dissimulada/velada).

Desse modo, a cintura foi escolhida como esconderijo em 44% das vezes. Já as armas escondidas nos carros atingiram o percentual de 22%. Excluindo os esconderijos desconhecidos, os percentuais passam para 66% e 33%, respectivamente.

Isso significa que se a arma não estiver visível, existem duas vezes mais chances de ela estar escondida na cintura do agressor do que dentro do carro utilizado por ele. A tabela não informa se as armas escondidas nos carros eram longas ou curtas, mas retrata a importância de uma busca pessoal e veicular minuciosa, principalmente nas abordagens de pessoas em atitudes suspeitas ou cujas características se assemelhem àquelas descritas pelo COPOM (nas ocorrências de crimes em andamento).

Esses dados são corroborados pelas informações extraídas dos agressores entrevistados pelo FBI (1997). Sobre o método de porte de uma arma curta, 36% dos criminosos disseram portar a arma na região da virilha (na cintura e na frente do corpo). Metade dos entrevistados disse sentir que os policiais que realizavam buscas pessoais tinham alguma dificuldade em revistar a região da virilha com maior cuidado. Um dos criminosos, que já havia participado de vários tiroteios entre quadrilhas, disse que sempre portava a arma na cintura e na frente do corpo porque essa forma permitia um acesso rápido. Ele também afirmou que sempre avaliava a pessoa com quem se encontrava e conseguia perceber se essa pessoa estava prestes a sacar uma arma contra ele. Ele disse: "Você pode ver isso nos movimentos dele; você pode sentir; ele está mais ou menos nervoso; ele está mais agressivo."

Quando estavam dentro de um veículo, 50% dos agressores mantinham a arma no próprio corpo em vez de escondê-la em algum compartimento do carro. Doze por cento dos delinquentes relataram que já haviam entregado suas armas para outras pessoas carregarem. Um quarto dos criminosos informou ter portado uma arma reserva em algumas circunstâncias. Todos aqueles que portaram uma arma reserva declararam que esperavam usá-la contra os policiais caso eles encontrassem a arma

principal. Oito em cada dez agressores disseram que já haviam portado armas de fogo uma ocasião ou outra; 60% portavam armas durante viagens e quase metade portava uma arma de fogo durante eventos sociais.

Quanto ao envolvimento em tiroteios, 24 dos 42 agressores entrevistados (57%) disseram que já haviam participado de outros confrontos armados antes de serem presos (atirando em alguém ou sendo o alvo). Dos 24 agressores que admitiram o envolvimento em tiroteios, 23 (96%) informaram que eram atiradores instintivos.

O tiro instintivo pode ser descrito como uma forma de apontar e disparar uma arma de fogo sem utilizar o alinhamento das miras. A maioria dos criminosos relatou que num confronto armado não há tempo suficiente para usar as miras de uma arma. Um deles declarou o seguinte: "Não há tempo para mirar uma arma! Se você hesitar, você está morto! Você tem o instinto ou não! Se não tem, você está em apuros!" Metade dos delinquentes relatou que muitos dos seus amigos e vizinhos morreram de forma violenta, e por isso portar e **USAR UMA ARMA DE FOGO ERA SIMPLESMENTE UM ESTILO DE VIDA**.

LIÇÃO APRENDIDA: não se deve esperar para ter certeza de que o indivíduo abordado está armado. O policial deve deduzir isso logo e fazer uma busca pessoal detalhada, inclusive nas partes não cobertas pela roupa. Isso assegura que o policial vistoriou todo o corpo da pessoa (toda parte vestida/coberta e toda parte exposta). A busca veicular **DEVE SEMPRE SER PRECEDIDA** pela busca pessoal de todos os indivíduos abordados, inclusive mulheres e crianças, pois eles podem estar transportando as armas dos parceiros e/ou familiares.

Já que a eficácia de uma arma depende da facilidade e rapidez de acesso no momento da necessidade, é natural que as armas de fogo, principalmente as curtas, fiquem escondidas na cintura dos agressores. Entretanto o policial não pode negligenciar a possibilidade de o suspeito portar uma arma em lugares incomuns, como debaixo da axila ou do braço.

Independentemente da técnica ensinada por cada academia, o policial deve:

- Restringir os movimentos do suspeito usando as algemas ou o colocando dentro da viatura sob supervisão de outro policial (desde que a viatura também tenha

sido objeto de averiguação em busca de itens esquecidos que possam ser utilizados pelos suspeitos para ferir ou matar policiais).

- Fazer uma busca pessoal começando pela cintura, antes de uma busca completa no restante do corpo, mesmo que se tenha encontrado qualquer tipo de arma.
- Realizar uma busca no veículo, ainda com o suspeito algemado.
- Evitar realizar a busca no veículo enquanto outro policial ainda faz a busca pessoal no suspeito (só realizar a buscar veicular depois de todos os ocupantes terem sido averiguados e contidos em local distante do policial que irá fazer a busca no veículo).
- Jamais permitir que o abordado, uma vez fora do carro e devidamente revistado, retorne para o interior do veículo antes de uma vistoria no seu interior (a autorização para que o suspeito entre no veículo só deve ocorrer quando todos os policiais concluírem suas atividades).
- Nunca dar as costas para alguém que acabou de ser revistado ou entrevistado.

O policial deve ter em mente que o potencial para um ataque só irá diminuir depois que o abordado estiver distante. Então ele deve manter contato visual até que suspeito tenha deixado o local.

> Durante o patrulhamento de madrugada, um policial (com 32 anos de idade e sete de experiência) observou um suspeito de bicicleta numa área residencial. O sujeito tentou fugir, mas o policial conseguiu ultrapassar o fugitivo e fechar seu caminho com a viatura. O homem, que acabou ficando atrás da viatura, disparou uma arma de fogo através do vidro traseiro da viatura e atingiu a mão direita do policial. Quando a vítima tentou sair do veículo, o agressor se aproximou da porta do motorista e atirou várias vezes. O policial morreu no local e o assassino foi preso momentos depois, ainda próximo ao local da ocorrência. (LAPD, 1999).

Policiais agredidos – Razão do agressor para a escolha da arma

Policiais agredidos		
Razão do agressor para a escolha da arma, 1993–1996		
Razão	**Total**	**Percentual**
Número de armas	**50**	**100%**
Disponibilidade	34	68%
Familiaridade	9	18%
Arma do policial agredido	2	4%
Outro	5	10%

Tabela 50.1 – Razão do agressor para a escolha da arma (FBI).

A escolha da arma de fogo utilizada na agressão ao policial, segundo dados do FBI, teve relação com a disponibilidade do armamento em 68% dos casos. A familiaridade com a arma foi registrada em 18% dos incidentes, e em 4% a arma disponível era a pertencente ao policial agredido (tabela 50.1).

No Brasil essa dinâmica pode ser semelhante nos crimes cometidos por delinquentes generalistas. Entretanto uma seleção mais apurada do armamento a ser empregado na ação criminosa, bem como a familiaridade com a operação desse arsenal fica evidente nos crimes mais especializados (assaltos a carros-fortes, bancos, empresas de segurança e transporte de valores; defesa de territórios controlados pelo tráfico de drogas; mortes encomendadas).

LIÇÃO APRENDIDA: apesar da imagem do ladrão armado com um revólver .38 ainda estar presente, deve-se compreender que qualquer guarnição (equipe policial) deve ter à sua disposição, fuzis, espingardas, além das pistolas. E isso é verdade principalmente quando a missão ou operação policial for planejada e conhecida, quando atiradores designados devem estar presentes. No patrulhamento convencional, o porte de armas longas mais eficazes é necessário, tendo em vista a possibilidade de a equipe se deparar, por acidente, com criminosos organizados e mais bem armados.

Policiais mortos intencionalmente – Luta corporal e circunstância do ataque

Policiais mortos intencionalmente

Luta corporal e circunstância do ataque, 1995–2004

Luta corporal antes da morte	Total	Percentual
Número de ataques	**54**	**100%**
Situação de prisão	2	3.70%
Violência doméstica	2	3.70%
Abordagem a veículo	2	3.70%
Abordagem a suspeito a pé	1	1.85%
Total	**7**	**13%**

Tabela 51 – Luta corporal (Peace Officer Standards and Training, POST).

> Durante um patrulhamento, um policial (com 35 anos de idade e nove anos de experiência) observou um veículo ocupado por dois indivíduos e identificou um deles como o suspeito de um roubo. Após abordar o carro, o policial solicitou reforço pelo rádio e determinou que o suspeito o acompanhasse até a traseira do veículo. Com as mãos do suspeito sobre a tampa do porta-malas, o policial se preparou para realizar uma busca pessoal e algemá-lo. De repente, o agressor se virou, nocauteou o policial, pegou sua arma e fugiu. Com o policial o perseguindo, o agressor disparou vários tiros. Então o policial tentou sacar sua pistola, quando percebeu que tinha sido desarmado. O policial, que vestia um colete balístico, foi atingido na perna, mas voltou ao trabalho após duas semanas de recuperação. O suspeito foi preso no mesmo dia. (FBI, 1997).

A tabela 51 demonstra que em 13% dos ataques houve uma luta corporal entre o agressor e o policial, o que exigiu algum nível de força física da vítima policial. Infelizmente, esse esforço físico não foi suficiente para salvar a vida de sete policiais. Os dados dessa tabela também informam que os encontros fatais foram precedidos de ações capazes de indicar a escalada da violência por parte do suspeito.

Num desses eventos, o suspeito de violência doméstica tomou a tonfa do policial e o espancou até a morte. O agressor foi morto por outro policial que

chegou ao local para reforçar o atendimento da ocorrência. Noutra situação, o policial recebeu um soco e ficou atordoado. Enquanto isso, o agressor pegou a arma do policial e o matou. Nesses dois casos, uma característica em comum: os suspeitos não possuíam armas de fogo, mas utilizaram as armas letais e menos letais que pertenciam às vítimas.

LIÇÃO APRENDIDA: é possível que o **DESEJO DE SOBREVIVER SEJA COLOCADO À PROVA QUANDO, APARENTE E ERRONEAMENTE, O POLICIAL IMAGINA QUE JÁ CONTROLOU A SITUAÇÃO**. Na verdade, o suspeito pode estar sendo complacente apenas para esperar um erro e uma oportunidade para atacar. E não importa se o suspeito não tem uma arma de fogo ou se a busca pessoal já foi realizada. Se ele impuser a força física sobre o policial, provavelmente terá acesso a uma arma de fogo. Aqui entra o fator físico como elemento importante na sobrevivência policial.

É importante considerar se um esforço físico acentuado (como um soco no rosto ou no abdômen) não seria mais eficaz do que tentar controlar as mãos do suspeito, o que forçaria uma aproximação indesejada e perigosa para o policial ante a possibilidade de sua arma ser arrancada do coldre.

> Por volta das 4h, um policial (com 31 anos de idade e seis de experiência) parou a viatura no estacionamento de uma igreja. No mesmo local, um homem, armado com um revólver, estacionou seu carro. O policial abordou o suspeito e os dois começaram a lutar pela posse do revólver. De repente, um tiro atingiu a mão do suspeito. Um segundo disparo foi realizado, atingindo a cabeça do policial. Na sequência, o homem atirou contra a própria cabeça com sua arma, mas o ferimento não foi fatal. Então ele pegou a pistola do policial e se matou. (LAPD, 1999).

> Na manhã do dia 15 de agosto de 2016, o cabo da Polícia Militar do Estado do Acre A.A.S. (36 anos) foi assassinado após ser atingido por um tiro no pescoço durante uma abordagem a três suspeitos num bairro de Rio Branco/AC. Um dos indivíduos tentou fugir, mas foi impedido por um dos policiais. Uma luta corporal envolvendo o suspeito e três policiais teve início,

mas o agressor conseguiu arrebatar uma das armas do cabo (que estava coldreada no colete tático) e realizar um disparo. (PMAC, 2016).

Policiais mortos intencionalmente – Potencial para violência

Policiais mortos intencionalmente Potencial para violência, 1995–2004		
Indicativo de risco ou violência	**Total**	**Percentual**
Número de vítimas policiais	**56**	**100%**
Policial ciente do risco	33	59%
Policial ciente de que havia uma arma presente	14	25%
Não informado	9	16%

Tabela 51.1 – Potencial para violência (Peace Officer Standards and Training, POST).

Dos 56 policiais mortos intencionalmente, 33 (59%) estavam **CIENTES** sobre o risco potencial quando iniciaram o atendimento à ocorrência e a abordagem ao suspeito. Quatorze policiais (25%) tinham conhecimento sobre a presença de uma arma de fogo **ANTES** de contatarem os suspeitos. Portanto o potencial de risco ou violência letal já era do conhecimento de 84% dos policiais assassinados. E ainda que essa importante informação tivesse sido repassada com antecedência, ela não foi suficiente para aumentar a cautela ou elevar o nível de força dos policiais envolvidos no conflito.

> Ontem fui com um perito e um papiloscopista fazer um levantamento de arrombamento em que 12 criminosos levaram um cofre. Já voltando, o plantonista me liga dizendo que o chefe da delegacia recebeu uma informação de que os criminosos estavam num sítio e abririam o cofre durante a noite. O chefe pediu que eu voltasse e juntasse alguns policiais militares para abordar os 12 assaltantes. Então, informei que uma operação dessa natureza necessitava a convocação do GPI (Grupo de Pronta Intervenção da PF), a DELEPAT (Delegacia de Repressão a Crimes contra o Patrimônio da PF) e o BOPE (Batalhão de Operações Especiais da PMAL), se fosse o caso. Até porque, na cidadezinha onde estávamos havia apenas dois policiais militares. A chefia

queria que cinco policiais abordassem 12 criminosos. (mensagem recebida pelo aplicativo WhatsApp©, 5 mar. 2016).

LIÇÃO APRENDIDA: cada intervenção da polícia, e até mesmo sua simples presença, possui um potencial para a violência. Seja por meio de uma emboscada planejada ou um ataque repentino e gratuito, toda ação policial deve ser entendida como uma atividade de risco. Ainda que a função policial seja mediar conflitos e aplicar a lei, em muitos casos isso envolve o trato com criminosos profissionais e pessoas emocionalmente perturbadas. Adicionalmente, a ciência do risco e da presença de uma arma de fogo na ocorrência a ser atendida não pode ser negligenciada, por mais experiência e conhecimento que o policial possua. Ao contrário, isso deve impor uma **CAUTELA ABSOLUTA** (por meio das técnicas e táticas policiais, da capacidade de discernimento e do bom senso), além da disposição para se elevar o **NÍVEL DE FORÇA**.

O exemplo acima também demonstra que policiais que estão afastados da área operacional e exercendo funções de chefia e comando por vezes determinam que os policiais participem de operações em condições de inferioridade numérica e com equipamentos inadequados (quando existentes).

Portanto não só o policial que atende a ocorrência ou participa da missão, mas as chefias e os comandos **DEVEM** ser capazes de avaliar o potencial para a violência e o risco para o confronto, principalmente quando a chance de morte pende para a força policial. A ideia de que a morte é uma característica que deve ser aceita como preço do trabalho policial é, em primeira e última análise, **INACEITÁVEL**.

Na madrugada do dia 20 de fevereiro de 2016, o 3º Sargento da PMESP J.C.Z.A. (com 40 anos de idade e 20 de experiência) foi assassinado enquanto atendia uma ocorrência policial na cidade de Itirapina/SP. Ele foi atingido por um disparo de arma de fogo realizado por um agente penitenciário (44 anos), que estava afastado do serviço por problemas psiquiátricos.

A equipe policial, composta por seis policiais, foi acionada para atender uma ocorrência de agressão entre familiares. O agente penitenciário foi indicado

como o autor dos disparos de carabina de ar comprimido que feriram sua esposa e filho.

Os policiais tentaram negociar com o suspeito, que também atirou contra a equipe. Porém ninguém foi atingido. O local estava escuro, o que dificultou a visualização da posição do atirador.

Quando outra equipe policial chegou ao local, o suspeito fez novos disparos. E apesar de o sargento estar usando um escudo balístico, ele foi atingido no rosto, no exato momento em que expos o rosto para conseguir negociar com o suspeito.

Houve troca de tiros e o agente também foi atingido e morreu. Na sua casa, a PM encontrou uma garrucha, uma espingarda calibre 44 e uma carabina de pressão, além de munição.

Um colega do policial lamentou: "Ele parte deixando sonhos, expectativas de uma vida melhor no interior, uma jovem esposa e um filho de três anos, além de pais, irmãos, sogros, sogras e demais familiares! Aconteceu aquilo que nós, policiais militares, sabemos ser possível acontecer, juramos assumir o risco, mas que, no fundo de nossa alma, torcemos para que nunca ocorra: foi dada uma vida em defesa da sociedade!" (São Paulo, 2016).

Outros dados – Taxa de acertos

Taxa de acertos LACD

Los Angeles County Sheriff's Department, 1998–2002

Quantidade de policiais envolvidos na ocorrência	Número de disparos por policial	Taxa de acertos por policial
Um policial	3.59	51%
Dois policiais	4.98	23%
Múltiplos policiais	6.48	9%

Tabela 52 – Taxa de acertos (Police Policy Studies Council, LACD).

Um levantamento internacional realizado pelo instituto Police Policy Studies Council determinou a probabilidade de acertos dos disparos e o número de tiros realizados por policiais da cidade de Los Angeles (LACD).

O estudo (tabela 52) demonstrou que quando apenas um policial disparou sua arma durante um confronto, a média de acertos foi de 51%. Quando dois policiais estavam envolvidos no incidente, a média caiu dramaticamente para 23%. Em situações com múltiplos policiais (mais que dois), o percentual de acertos caiu para apenas 9%. Quer dizer, um declínio de 82%. Essa compilação possui uma falha: não incluiu os incidentes nos quais todos os policiais erraram todos os disparos. Se esses casos fossem inseridos, certamente o número total de disparos iria aumentar e a taxa de acertos, provavelmente, diminuiria para além de 82%.

Nos tiroteios envolvendo apenas um policial, a média de disparos foi de 3,59. Quando dois policiais participaram do confronto, a média de disparos passou para 4,98. Com três ou mais policiais, essa média atingiu 6,48 tiros. Ou seja, o número de disparos realizados por cada policial aumentou 80% nas ocorrências com múltiplos policiais. Mais uma vez, a distância parece ser o fator responsável pelo aumento no número de tiros de cada policial. O maior volume de disparos pode ser uma forma de compensar o baixo índice de acertos causado pelo aumento da distância entre o policial e o agressor.

Confrontos com muitos policiais possuem três vezes mais chances de envolver criminosos portando armas longas se comparado com ocorrências habituais, conforme informa o estudo. Por essa razão, as distâncias desses embates (normalmente caóticos, complexos e com rápidas mudanças) tendem a serem maiores e com policiais atuando a partir de posições barricadas. Isso explica o impacto negativo na precisão dos disparos.

Outro elemento que pode causar o aumento do número de disparos policiais possui relação com a chamada **MENTALIDADE DE GRUPO** ou **TIROTEIO EM GRUPO**, quando vários policiais confrontam suspeitos armados numa mesma ocorrência. A tabela 52 informa um aumento de 30% no número de disparos por policial quando mais de dois policiais estão envolvidos no mesmo tiroteio, ou seja, de 4,98 para 6,48 tiros.

A mentalidade de grupo pode ser exemplificada da seguinte forma: numa sala de cinema, apenas duas pessoas visualizam a iminência de um acidente (um incêndio, por exemplo). Provavelmente, elas deixarão o cinema sem pânico. Entretanto o contágio emocional de centenas de pessoas, percebendo o incêndio iminente num

cinema lotado, produzirá uma dinâmica muito diferente. Esse contágio pode ser uma das razões para o aumento no número de disparos por policial. Quer dizer, quando um policial começa a atirar num agressor, existe uma grande chance dos demais policiais fazerem o mesmo, pois o caos e a rapidez de um confronto não permitem que eles tenham tempo para uma avaliação precisa sobre a necessidade de disparar ou não. Então, por padrão de sobrevivência, os policiais acabam atirando também.

Certamente, o estresse e a deterioração das habilidades motoras e emocionais também podem ser considerados os responsáveis pelo aumento do número de disparos e o declínio da precisão, tendo em vista a natureza extremamente rápida e violenta dos confrontos armados resultantes de perseguições veiculares, ações de quadrilhas especializadas com armas pesadas, atiradores barricados e criminosos profissionais ideologicamente comprometidos em confrontar a polícia.

O estudo informou que os policiais envolvidos nos tiroteios compilados usavam armas curtas (pistolas), submetralhadoras (H&K MP5) e fuzis de assalto (AR15). Mesmo assim, o uso de armas longas não alterou, de forma razoável, a precisão dos disparos, contrariando o senso comum de que as armas longas são sempre mais eficientes nas distâncias maiores (pelo menos nos conflitos repentinos).

A questão da taxa de acerto dos tiros tem sido o foco de interesse de muitos instrutores de tiro, o que não significa que existam iniciativas individuais ou institucionais para a coleta e análise de dados sobre esse tema no Brasil. Essa discussão gira em torno da baixa expectativa no desempenho durante um tiroteio baseada em casos esporádicos; na possibilidade de o treinamento formal, quando existente, contribuir para esse baixo desempenho; e se os fatores fisiológicos e psicológicos experimentados em situações de violência mortal têm colaborado para a deterioração desse desempenho.

LIÇÃO APRENDIDA: quando o policial precisa agir, seus disparos devem acertar o agressor com eficácia. Se isso ocorrer, a quantidade de tiros diminuirá. Mas quando os fundamentos do tiro não são aplicados (saque, empunhadura, apresentação e alinhamento da arma com o alvo), a taxa de acertos diminui e a quantidade de disparos aumenta para compensar o erro (com armas curtas e longas). E isso vale quando se está sozinho (de folga) ou em grupo. Então o policial nunca deve disparar a esmo, consumindo munição sem necessidade, só porque está com

outros policiais. Ele precisa se concentrar para ser eficaz na tarefa de incapacitar o agressor. É importante mencionar a necessidade de carregadores sobressalentes, mesmo quando o policial está de folga.

Para esta análise, os fatores da incapacitação do alvo, da eficácia da munição e da arma, do ponto de impacto e da penetração, não foram levados em consideração, pois o que conta aqui é a quantidade de disparos e a taxa de acertos.

Taxa de acertos NYPD

New York Police Department, 1988–2000

Ano	Total de disparos contra agressores	Total de acertos	Taxa de acertos
1988	540	100	19%
1989	823	157	19%
1990	965	220	23%
1991	846	175	21%
1992	875	193	22%
1993	928	173	19%
1994	689	138	20%
1995	1.245	255	20%
1996	892	201	23%
1997	708	121	17%
1998	529	302	57%
1999	389	88	23%
2000	367	58	16%
Total	**9.796**	**2.181**	**22%**

Tabela 53 – Taxa de acertos (Police Policy Studies Council, NYPD).

Taxa de acertos MDPD

Miami Metro-Dade Police Department, 1990–2001

Total de disparos contra agressores	Total de acertos	Taxa de acertos
1.300	200	15%

Tabela 54 – Taxa de acertos (Police Policy Studies Council, MDPD).

A substituição do revólver pela pistola, no início dos anos 90, não pode ser considerada, sozinha, a única responsável pelo ligeiro aumento na quantidade de disparos realizados pelos policiais. É preciso considerar o novo formato de treinamento aplicado a partir daquela época, ou seja, aquele de determina que o policial deve atirar até que o agressor caia e não ofereça mais resistência.

A média das taxas de acertos da polícia de Nova Iorque no período em que o revólver era a arma padrão (1988–1993) foi de 21%. Mesmo com a introdução da pistola em 1994, essa média ficou em 25%.

A redução na quantidade de disparos de armas de fogo a partir de 1999 pode ter relação com a introdução do Dispositivo Eletrônico de Controle Taser® e a redução dos índices criminais.

Outros dados – Taxa de acertos versus distância

Taxa de acertos versus distância NYPD
New York Police Department, 1994–2000

Distância do confronto em metros	Taxa de acertos
De 0 até 2 metros	38%
De 3 até 6 metros	17%
De 7 até 14 metros	9%
De 15 até 23 metros	8%
Acima de 23 metros	4%
Desconhecida	2%

Tabela 55 – Taxa de acertos versus distância (Police Policy Studies Council, NYPD).

Enquanto a capacidade de manter maior distância do agressor é um elemento fundamental para a sobrevivência policial, já que a maioria das mortes ocorre a curtas distâncias, o mesmo não acontece com a taxa de acertos dos disparos. O percentual de 38% de acerto não é tão favorável quanto parece, principalmente para uma distância de até dois metros. Nessa linha, a tabela 55 mostrou uma piora progressiva e bem acentuada a partir dos três metros.

Normalmente, policiais são submetidos a treinamentos e **APROVADOS** em avaliações de tiro com arma curta (às vezes com armas longas) na faixa entre sete e 15 metros. A realidade das ruas, todavia, demonstrou um declínio quase completo no desempenho do atirador nas mesmas distâncias (9% de acertos). Existem explicações para isso, e o estresse é uma delas.

Entretanto fica evidente a consequência dos erros nos fundamentos básicos do tiro com armas longas e, principalmente, com armas curtas. Esses erros são menos evidentes nas curtas distâncias já que o alvo está mais próximo do policial. Assim, mesmo um tiro com uma gatilhada, uma torção, um erro angular ou um erro paralelo ainda possui alguma chance de acertar o alvo mesmo em locais menos importantes como braços e pernas. Contudo esses e outros erros podem produzir um enorme desvio dos projéteis à medida que as distâncias aumentam.

Por outro lado, muitos policiais acreditam que se podem atingir um alvo a 25 metros, também conseguem fazer o mesmo a dois metros. Mas as estatísticas não apoiam essa suposição, até porque os treinamentos de tiro possuem pouca relação com um confronto real. Basta lembrar que mesmo na distância mais curta, a taxa de acertos ficou abaixo dos 40%.

LIÇÃO APRENDIDA: manter o estado de alerta para ser capaz de identificar uma ameaça dá ao policial a oportunidade de determinar o melhor curso de ação e de se preparar para o confronto. Isso pode aumentar sua taxa de acerto, em razão da capacidade de identificar o alvo antes de um ataque surpresa. Parece pouco, mas sair na frente na iminência de um tiroteio, ainda que por alguns segundos, permite que se empunhe, saque, apresente e aponte uma arma de uma maneira melhor. E acertando os fundamentos do tiro, o policial pode melhorar sua taxa de acertos. Deve-se lembrar de que grande parte desses fundamentos pode ser treinada em seco, ou seja, sem a necessidade de munição real.

Outros dados – Taxa de acertos por tipo de arma

Taxa de acertos por tipo de arma Federal Bureau of Investigation, 1993–1996		
Tipo de arma de fogo	**Vítima**	**Agressor**
Arma curta		
Taxa de acertos	41%	91%
Distância do alvo	De 0.3 até 23 m	De 0 até 23 m
Distância média do alvo	6 m	4 m
Espingarda		
Taxa de acertos	100%	43%
Distância do alvo	9 m	De 5 até 15 m
Distância média do alvo	-	12 m
Fuzil		
Taxa de acertos	-	100%
Distância do alvo	-	De 3 até 114 m
Distância média do alvo	-	53 m

Tabela 55.1 – Taxa de acertos por tipo de arma (FBI).

Os dados a seguir foram obtidos pelo FBI após a análise de 50 casos de agressões com armas de fogo contra policiais. Dos 50 policiais agredidos com armas de fogo, 40 (80%) foram agredidos com armas curtas (revólveres e pistolas), seis com espingardas (12%) e quatro com fuzis (8%).

Em todos os casos, as vítimas policiais foram hospitalizadas, mas se recuperaram dos ferimentos. Todos os policiais portavam armas curtas, sendo que três ainda estavam armados com espingardas pessoais e um portava uma submetralhadora. Nenhum policial dispunha de fuzil. Vinte e dois policiais conseguiram disparar suas armas (44%), mas apenas seis conseguiram repelir as agressões (14%). Sete vítimas policiais, que portavam armas curtas, foram desarmadas e tiveram suas armas usadas contra elas (18%).

Considerando os agressores com armas de fogo (tabela 55.1), as distâncias entre eles e suas vítimas policiais variaram de acordo com o tipo de arma empregada. Para as 40 agressões com armas curtas, as distâncias foram de zero até 23 metros,

com uma distância média do alvo de quatro metros. As espingardas foram utilizadas normalmente a partir de distâncias mais longas (indo de cinco até 15 metros), com média de 12 metros do alvo. Já os fuzis foram usados em quatro incidentes e com distâncias entre três e 114 metros, e média de 53 metros.

Para os vinte e um policiais que conseguiram disparar algum tiro com a arma curta, as distâncias do alvo variaram de 0,3 até 23 metros. A distância média foi calculada em seis metros. Para o único policial que disparou a espingarda, a distância do alvo foi de nove metros.

A tabela também compara as taxas de acertos das vítimas policiais e dos agressores em relação ao tipo de arma de fogo. É importante não confundir as taxas de acertos com a incapacitação imediata do alvo.

LIÇÃO APRENDIDA: os percentuais indicam que os agressores foram mais bem-sucedidos em atingir o alvo quando comparado com as vítimas policiais. Segundo o estudo do FBI, para atingirem esse nível de sucesso, **OS AGRESSORES ATIRARAM PRIMEIRO EM 97% DOS INCIDENTES**. A vantagem só pendeu para o policial quando o treinamento e a habilidade para usar uma espingarda se uniram à distância maior e à provável postura mais ofensiva.

Outros dados – Taxa de acertos versus condição de visibilidade e luminosidade

Taxa de acertos versus visibilidade e luminosidade
Baltimore County Police Department, 1989–2002

Taxa de acertos (luz do dia)	Taxa de acertos (baixa luminosidade)	Taxa de redução
64%	45%	30%

Tabela 56 – Taxa de acertos versus visibilidade e luminosidade (Police Policy Studies Council, BCPD).

Dado o grande número de agressões e mortes de policiais que ocorrem durante o período noturno, conclui-se que a diminuição da visibilidade e/ou luminosidade também implica numa redução da taxa de acertos e do desempenho do policial. A

tabela 56 informa que, durante o dia (luminosidade normal), a taxa de acertos dos disparos foi de 64%, e nas situações de baixa luminosidade/visibilidade essa taxa caiu para 45%. Isso representou uma redução de 30%. Na mesma linha, o Departamento de Polícia de Los Angeles reportou uma redução de 24% na taxa de acertos dos disparos de seus policiais.

O pesquisador Thomas J. Aveni relata não ter encontrado dados que demonstrassem o aumento na taxa de acertos durante períodos de baixa luminosidade/visibilidade em comparação com a utilização de miras noturnas (trítio, fibra ótica) e apontadores laser. Quanto às miras noturnas, parece não haver grande vantagem em relação às miras comuns, se for considerado que a maioria dos policiais adota o tiro instintivo durante confrontos armados, principalmente aqueles repentinos e a curtas distâncias.

LIÇÃO APRENDIDA: o policial deve ser capaz de identificar o alvo com seus próprios olhos se pretende atirar. Sob condições de completa escuridão, as miras noturnas tiram a atenção daquilo que o policial precisa identificar e atraem a visão para as miras em si. E na impossibilidade de identificar algo em particular, existe uma grande chance de se disparar na pessoa errada ou deixar o caminho livre para o criminoso atirar de volta ou primeiro.

Não se deve pensar que as miras noturnas irão, de alguma forma, direcionar os projéteis de encontro ao alvo. Elas também não vão ajudar o policial na identificação do suspeito. Abaixo de qualquer condição de iluminação perfeita, é preciso ter uma lanterna tática de qualidade (para identificar o suspeito, o esconderijo dele e a arma que ele pode usar contra o policial).

Portanto é preciso enfatizar os treinos sob as condições de baixa luminosidade para as quais as miras noturnas e as lanternas foram desenvolvidas. Mas o treinamento noturno não pode se limitar ao uso de miras e lanternas, pois o policial deve estar em condições de agir/reagir em qualquer condição de luminosidade/visibilidade (natural ou artificial) com ou sem o uso de equipamentos adicionais à arma.

Outros dados – Uso do equipamento menos letal antes do confronto armado

Uso de equipamento menos letal antes do confronto armado Los Angeles County Sheriff's Department, 1998–2002	
Total de confrontos armados	**Precedidos pelo uso de equipamentos menos letais**
148	18 (12%)

Tabela 57 – Uso de equipamento menos letal antes do confronto armado (Police Policy Studies Council, LACD).

> Dois policiais foram designados para uma ocorrência de briga entre pais e filho, o último com 25 anos de idade e que se recusava a sair da casa. O primeiro policial a chegar encontrou os pais do jovem do lado de fora da residência. Ele foi informado que o rapaz era esquizofrênico e mendigava nas ruas. Às 9h41, o policial (com 45 anos de idade e 23 de experiência) entrou na casa sozinho e contatou o suspeito, que estava sentado num sofá. O policial sacou um bastão retrátil e uma luta teve início. O agressor tomou o bastão do policial e o golpeou diversas vezes na cabeça enquanto ele estava caído no chão. O segundo policial a chegar ao local confrontou o agressor, que ainda estava armado com o bastão. O jovem foi baleado e morreu. (LAPD, 2004).

Nos últimos anos houve uma aceleração no desenvolvimento de tecnologias menos letais como alternativa para o uso da força letal. Isso acelerou a aceitação e aplicação dessas alternativas mais viáveis. Entretanto em que medida essas tecnologias podem diminuir o uso da força letal ainda não está claro. Mesmo porque esses produtos não são desenvolvidos para substituir as armas de fogo, mas para dar ao policial uma alternativa de força diferente da letal nas situações em que isso é seguro para o policial. Fora isso, a resposta para quando o policial enfrenta risco de grave ferimento e/ou morte ainda é a arma de fogo e seu uso pleno.

Sobre o uso de ferramentas menos letais, a tabela 57 indica que dos 148 confrontos armados experimentados pela polícia de Los Angeles, 18 (12%) foram precedidos por tentativas fracassadas de controlar o agressor mediante uso menos letal da força. Os instrumentos utilizados incluíram munições de impacto controlado

(projéteis de borracha), sprays de pimenta, gás lacrimogêneo e dispositivos eletrônicos de controle (DEC – pistolas Taser®). Em alguns desses 18 casos, mais de uma alternativa menos letal foi utilizada antes do emprego da arma de fogo. Em outros episódios, os policiais foram feridos pelos agressores em razão da falha do equipamento e antes que a força letal pudesse ser empregada.

A tabela não informa quantas vezes esses instrumentos foram usados com sucesso para evitar o uso da força letal e, por essa razão, ela oferece um quadro incompleto.

LIÇÃO APRENDIDA: apesar do uso das tecnologias menos letais não terem sido utilizadas em 88% das ocorrências, isso não significa que tais equipamentos devam ser eliminados do kit policial. Contudo é importante ter em mente que tais dispositivos não representam um remédio milagroso capaz de curar todas as doenças, mas que devem ser usados quando o tempo e a distância da ameaça torná-los viáveis e eficazes.

Policiais deveriam ser treinados para manter uma distância segura (de 10 a 15 metros) de um suspeito armado com uma faca, por exemplo. Mas muitos dispositivos menos letais (de emprego individual) não são eficazes ou não possuem capacidade de aplicação nessas distâncias. Então se o policial se aproximar para empregar a força menos letal, deve ter a proteção de outros policiais capazes de usar a força letal imediatamente, se a alternativa falhar ou o agressor atacar.

Importante ter em mente que, assim como a uma arma de fogo, dispositivos menos letais também podem ser retirados do policial e usados contra ele. Se o suspeito atingir tal nível de ousadia e confronto, certamente prosseguirá o ataque até acreditar que matou o policial. Se isso não ficar óbvio, o agressor pode tomar a arma do policial e assassiná-lo. Então as academias de polícia e os setores administrativos/operacionais deveriam considerar se a escalada para o nível letal não seria a única (e melhor) opção para a salvaguarda do policial.

Outros dados – Quantidade e tipo de disparo de arma de fogo

Quantidade e tipo de disparo de arma de fogo NYPD Quantidade e tipo de disparo de arma de fogo, 2010–2013		
Quantidade e tipo de disparo	**Total**	**Percentual**
Quantidade total de disparos	**1.476**	**100%**
Disparos contra agressores	1.040	70%
Disparos contra animais	311	21%
Disparos acidentais	69	5%
Disparos não autorizados	56	4%

Tabela 58 – Quantidade e tipo de disparo (NYPD).

Desde 1971, a polícia de Nova Iorque contabiliza cada disparo de arma de fogo efetuado por seus policiais e por pessoas não autorizadas, aquelas que tiveram acesso à arma do policial para produzir um disparo (parentes; outros policiais; disparos realizados pelo dono da arma, mas fora do escopo policial ou sem justificativa legal).

Esse acompanhamento é importante já que o conhecimento sobre o que, como, quando, onde e porque os policiais disparam suas armas é uma ferramenta extremamente útil para avaliar o treinamento, o comportamento e o equipamento usado por cada policial, bem como garantir que os disparos de armas de fogo só ocorram quando outras opções não existam.

Desse modo, a tabela 58 mostra que foram realizados 1.476 disparos de armas de fogo no período de quatro anos (de 2010 até 2013). Setenta por cento deles foram feitos contra criminosos, 21% contra animais que tentaram ou atacaram os policiais durante o atendimento das ocorrências. As duas categorias formam o contexto do disparo intencional, ou seja, o evento no qual o policial dispara sua arma em defesa própria ou de outra pessoa durante um conflito com um agressor ou contra o ataque de um animal.

Já o disparo acidental, com 5% das ocorrências, representa um incidente no qual o policial dispara sua arma sem intenção, independente da circunstância. Desse modo, a maioria dos policiais disparou contra agressores enquanto estava trabalhando efetivamente, principalmente aqueles que usavam uniformes.

Por último, o NYPD relaciona os disparos não autorizados englobando os suicídios, os crimes dolosos dos policiais, etc.

LIÇÃO APRENDIDA: durante o trabalho policial (ostensivo ou investigativo), grande parte dos disparos é direcionada contra pessoas que realmente representam risco à vida do policial ou de outra pessoa. Alguns animais, principalmente cães de grande porte, também representam sério perigo.

Entretanto policiais à paisana também podem contabilizar uma quantidade considerável de disparos contra agressores por outra razão: são vítimas de roubos ou estão presentes quando os crimes ocorrem. Isso ilustra a necessidade de permanecer vigilante e preparado em todas as situações.

O trabalho desenvolvido pela polícia de Nova Iorque **DEVE** servir de lição principalmente para **COMANDANTES** e **CHEFES** de polícia no Brasil. O trabalho é tão relevante que, em função dele, a polícia descobriu o principal motivo para os disparos acidentais com a pistola Glock. A descoberta desse motivo possibilitou alterações no ensino de armamento e tiro, nos treinamentos posteriores, e certamente salvou muitas vidas (de policiais e seus familiares). Durante a pesquisa, os avaliadores entrevistaram os policiais que dispararam suas pistolas por acidente. Eles descobriram que os disparos ocorriam, na maioria das vezes, quando o policial iniciava a limpeza do armamento. Os policiais aprenderam que para desmontar a pistola Glock era necessário pressionar o gatilho, mas somente após a inspeção de segurança (retirando o cartucho da câmara de explosão). Aqueles policiais que se esqueciam de retirar esse cartucho inadvertidamente pressionavam o gatilho para desmontar a arma, e um disparo acidental ocorria. Como medida adicional, a polícia de Nova Iorque instalou caixas de areia em todos os andares de todas as unidades, determinando que o procedimento de manuseio fosse realizado exclusivamente nesses locais.

Se o policial, acidentalmente, disparar sua arma na caixa de areia, nenhuma medida administrativa é adotada, já que a caixa foi desenvolvida para essas ocorrências. Por outro lado, se o disparo ocorrer em local não permitido, o policial passa por um procedimento disciplinar.

Em 19 de janeiro de 2009, quatro policiais federais foram cumprir mandados de prisão e de busca e apreensão na residência de traficantes numa cidade mineira.

Eram 6h quando a equipe chegou ao local e se dividiu em duplas: dois policiais entraram pela porta principal e os outros seguiram por um corredor lateral até os fundos, cercando o lugar.

De repente, a dupla que entrou pelo corredor foi surpreendida por cães da raça Pit Bull. Ao ver os cães, o policial A pensou em voltar, mas ele percebeu que não teria tempo e que, se fizesse isso, o policial B ficaria sozinho com os dois cães ferozes. Os policiais iniciaram os disparos contra os cães agressores e, com os estampidos, o primeiro Pit Bull fugiu, mas o outro continuou a investida até ser incapacitado a um metro e meio dos policiais.

Quando caiu, o cão ainda estava vivo, apesar de ter sido atingido duas vezes no tórax e uma vez na cabeça. O policial A disparou oito tiros o mais rápido que pôde e o policial B quatro vezes, tentando acertar. Dos 12 disparos, somente três acertaram o alvo, gerando uma taxa de acertos de 25%. O policial A percebeu que em dado momento o animal perdeu o controle motor das patas traseiras e tentou alcançar os policiais usando as patas dianteiras, mas logo depois tombou e parou. Só então a dupla prosseguiu até o quintal da residência, onde rendeu alguns dos alvos da operação.

Especialistas informam que a velocidade que um Pit Bull pode atingir é de 44 km/h ou 12 m/s, na média.

Quando os policiais perceberam o ataque, deu-se início à reação de sobrevivência, e devido às alterações fisiológicas e de comportamento, cada um percebeu o tempo e a distância de modo diferente. O policial A estimou em sete metros a distância entre ele e os cães. Já o policial B percebeu uma distância de 15 metros. O local do incidente revelou uma distância de quase 12 metros.

Com os cães correndo a uma velocidade de 12 m/s, e considerando a distância de 12 metros, eles alcançariam os policiais em um segundo. Já um policial com uma pistola, disparando o mais rápido possível, gasta 31 centésimos para dar o primeiro tiro depois de perceber uma ameaça. Diminuindo 31 centésimos de um segundo, tem-se o tempo disponível para uma reação, ou seja, 69 centésimos.

> Há outro detalhe nesse incidente: a perspectiva visual. Isso significa que um objeto distante parece ser menor do que um objeto mais próximo, mesmo que eles tenham o mesmo tamanho. Criadores de Pit Bulls informam que a altura da raça é de 51 centímetros, mas não ultrapassa os 58 centímetros. Então, os policiais perceberiam a altura do cão da seguinte forma (estimada): o animal, a 15 metros de distância pareceria ter dois centímetros de altura; a 12 metros, pareceria ter três centímetros de altura; a 10 metros teria quatro centímetros; e a sete metros teria cinco centímetros de altura.
>
> Então, como seria atirar em algo tão pequeno, movendo-se rápido o suficiente para alcançar os policiais em apenas um segundo? Imagine o recuo da arma elevando cada vez mais o cano durante os tiros sequenciais, enquanto você tenta mirar e atirar cada vez mais baixo porque o cão está se aproximando. Como seria se você simplesmente esperasse para ser atacado? Como seria ver essa fera saltando sobre você para morder com toda a força seu rosto, sua cabeça ou seu pescoço? Será que seu colega conseguiria se safar para ajudá-lo? Você conseguiria ajudar seu colega? No meio dessa confusão, os policiais não atirariam um no outro sem querer na tentativa de acertar o cachorro? (WENDLING, 2009).

LIÇÃO APRENDIDA: se for necessário disparar contra cães agressores e ferozes, o policial deve se ajoelhar. Nessa posição, os efeitos da perspectiva visual e da distância são menos acentuados. Mais uma vez, o kit policial pode ser de muita utilidade, principalmente se for composto por uma **ESPINGARDA CALIBRE 12.**

Outros dados – Quantidade de disparo de arma de fogo contra o agressor

Disparo de arma de fogo contra o agressor NYPD

Quantidade de disparo de arma de fogo contra o agressor, 2010–2013

Quantidade de disparos	Total	Percentual
Total de confrontos armados	**154**	
Total de disparos	**1.040**	

Quantidade de policiais disparando	**229**	**100%**
De 1 a 5 vezes	173	76%
De 6 a 10 vezes	35	15%
De 11 a 16 vezes	19	8%
Mais de 16 vezes	2	1%

Tabela 59 – Quantidade de disparo de arma de fogo contra o agressor (NYPD).

No período de quatro anos ocorreram 154 confrontos armados contra agressores, nos quais 229 policiais tiveram que disparar suas armas de fogo. A maioria desses policiais disparou de uma a cinco vezes (76%), sendo que a quantidade mais comum de disparos foi de apenas um tiro. O disparo único não é uma norma institucional, tampouco uma garantia inequívoca de incapacitação imediata do agressor, já que a decisão de disparar uma ou várias vezes pertence ao policial envolvido na ocorrência e está baseada em sua percepção sobre a interrupção da ameaça representada pelo agressor. Por essas razões, 24% dos policiais precisaram disparar suas armas mais de cinco vezes. Desse grupo, 8% dos policiais atiraram toda, ou quase toda, capacidade dos seus carregadores (de 11 a 16 disparos).

A tabela também mostra que 99% dos policiais não precisaram realizar trocas de carregadores durante o conflito, sendo possível que tenham feito isso após o término do tiroteio. Isso não significa que o policial não precise portar carregadores adicionais, até porque 9% dos policiais dispararam mais de dez vezes, ou seja, além da metade da capacidade de um carregador convencional.

A tabela 59 não tem o objetivo de demonstrar a média de disparos por policial. Mas se isso fosse contabilizado, então seria demonstrada uma média de 4,5 disparos por policial, algo próximo da realidade evidenciada na tabela 52. Já a média de disparos por confronto seria de quase sete tiros.

LIÇÃO APRENDIDA: a maioria dos policiais incapacitou o agressor com até cinco disparos – a quantidade de cartuchos de um revólver de armação compacta. Mas essa comparação não implica que se deve escolher um revólver. Significa que não se pode determinar a quantidade de disparos necessária para incapacitar o criminoso, até que ele esteja realmente fora de ação.

Como há uma ampla margem referente à quantidade de tiros, de um até 16 disparos, o policial precisa de uma arma capaz de sustentar todas as possibilidades. E

isso é especialmente relevante se o policial estiver sozinho. Mesmo assim, é imperioso que o policial transporte carregadores adicionais, principalmente quando estiver de folga ou sozinho. Isso pode garantir certo volume de fogo até a chegada do reforço ou do socorro.

Outros dados – Comportamento do policial durante o confronto armado

Comportamento do policial durante o confronto armado NYPD

Comportamento do policial durante o confronto armado, 2010–2013

Comportamento	Total	Percentual
Quantidade total de policiais envolvidos em confrontos	**229**	**100%**
Disparou na posição de pé	154	67%
Disparou na posição sentada	3	1%
Disparou enquanto se movia ou lutava contra o suspeito	43	19%
Empunhou a arma com as duas mãos	79	34%
Usou as miras da arma	27	12%
Usou algum tipo de barricada	49	21%
Erro de identidade (policial atirou intencionalmente em outro policial, acreditando tratar-se de um suspeito)	1	0%

Tabela 60 – Comportamento do policial durante o confronto armado (NYPD).

A tabela 60 informa o comportamento do policial durante o disparo de sua arma de fogo em situações de conflito. Cento e cinquenta e quatro policiais relataram que dispararam suas armas enquanto estavam de pé (67%) e apenas três fizeram o mesmo enquanto estavam sentados (1%).

Setenta e dois policiais (32%) não disseram em que posição estavam quando os tiros foram feitos. Considerando que a posição de tiro de pé é a mais comum e natural, a ausência de resposta para esse quesito pode sugerir que os 72 policiais restantes tenham disparado suas armas a partir de posições incomuns (diferentes da posição de pé). Quer dizer, um terço dos policiais entrevistados pode ter agido numa

posição na qual não possuía treinamento prévio (deitado, deitado de costas, deitado de lado, ajoelhado, agachado, etc.).

Quarenta e três policiais (19%) atiraram enquanto se moviam ou lutavam contra o suspeito. Com exceção dos policiais que estavam barricados, a maioria permaneceu imóvel enquanto confrontava o agressor. Mais uma vez fica evidente a necessidade de ótimo condicionamento físico diante de possibilidade de luta corporal antes do desfecho do conflito.

Apenas 79 policiais (34%) informaram ter empunhado a arma com as duas mãos, conforme o procedimento aprendido nas academias de polícia. Considerando que a essência do treinamento com armas de fogo implica o uso da empunhadura dupla quando há tempo disponível, conclui-se que a maioria dos envolvidos disparou a arma usando apenas uma das mãos (empunhadura simples), numa reação instintiva a um ataque surpresa a curta distância.

Dos 229 policiais que dispararam suas armas, só 27 (12%) relataram ter usado o aparelho de pontaria. Novamente, o tiro instintivo foi a regra nesses embates.

A falta de barricada/proteção pode ter sido um fator que compeliu o policial a disparar sua arma de fogo enquanto se movia (em busca de uma proteção; para engajar melhor o agressor ou para não se tornar um alvo fácil). Talvez, uma posição protegida permitisse que o policial controlasse a ocorrência sem ter que disparar. Só 49 policiais (21%) informaram o uso de algum tipo de barricada ou proteção (árvores, veículos, muros, paredes, etc.) durante o incidente. O dado sobre o uso de barricadas possui similaridade com aquele informado pelo FBI (1997): 56% dos policiais agredidos informaram não haver qualquer proteção no local onde estavam e 27% relataram terem sido capazes de usar o motor da viatura como proteção.

Já o **ERRO DE IDENTIDADE** é definido com um incidente no qual **UM POLICIAL DISPARA INTENCIONALMENTE CONTRA QUALQUER OUTRO POLICIAL POR ACREDITAR QUE O ALVO É UM CRIMINOSO** que oferece iminente ameaça física. O erro de identidade é diferente do **FOGO CRUZADO** e do **DISPARO ACIDENTAL**, ainda que cause ferimento ou a morte de policiais, já que não são disparos intencionais contra as vítimas policiais. Os **DISPAROS NÃO AUTORIZADOS**, quando um policial fere ou mata outro policial de maneira criminosa (numa disputa pessoal, por exemplo)

também difere do erro de identidade. Por essa razão, essas três categorias serão analisadas em tabelas separadas. Assim, apenas um policial se envolveu em ocorrência em que houve o erro de identidade. Desse erro de identidade, um agente federal à paisana foi morto enquanto lutava contra um assaltante durante uma tentativa de roubo numa drogaria.

> Um policial à paisana e outro policial aposentado estavam nas proximidades do local de uma ocorrência e se dirigiram até a drogaria após serem alertados sobre uma tentativa de roubo e uma briga. Ao se aproximarem da farmácia, o policial aposentado viu dois homens brigando violentamente pela posse de uma arma de fogo. Ele decidiu quem representava a maior ameaça e disparou sua arma. Nesse instante, o ladrão se apoderou da arma do agente federal baleado por engano pelo policial aposentado. Nesse momento, o criminoso foi atingido três vezes e morto pelo policial à paisana. (NYPD, 2010).

> Às 14h56 do dia 21 de setembro de 2016, um policial civil (sem qualquer identificação) foi alertado sobre a presença de um homem armado dentro de uma farmácia. Em seguida, o policial entrou na drogaria, sacou a arma, aproximou-se por trás e fez a abordagem tentando alcançar a arma que estava escondida na cintura do homem. Ao ser abordado, o "suspeito", que na verdade era um policial militar à paisana, tentou se afastar e proteger seu revólver. Mas o policial civil continuou tentando pegar o revólver do policial militar. Temendo se tratar de um assalto (com consequências fatais), o policial militar também sacou sua arma e um tiroteio teve início. Mesmo enquanto já estavam caídos na calçada, os dois policiais continuaram a atirar um no outro até o momento em que perderam as forças. (Fortaleza/CE).

LIÇÃO APRENDIDA: disparar uma arma de fogo com empunhadura dupla (com as duas mãos), engajando o alvo com um alinhamento cuidadoso do aparelho de pontaria não é viável na maioria dos confrontos com adversários. O mais provável é que o policial acabe agindo de modo que não está acostumado.

Aqui estão demonstrados muitos dos itens negligenciados nos cursos de formação policial e nos programas de treinamento:

- Posições de tiro incomuns.
- Saque velado com as duas mãos e apenas com a mão forte (treino com a arma sob a camisa, inclusive para policiais militares).
- Tiro com apenas uma mão (curta e média distâncias).
- Tiro durante disputa corpo a corpo.
- Tiro em movimento diagonal e lateral (não confundir com tiro em deslocamento tático para frente ou para trás).
- Tiro embarcado (pelas janelas e através do parabrisa).
- Tiro contornando a viatura utilizada como barricada.
- Tiro instintivo.
- Flash Sight Picture (enquadramento rápido).
- Uso de barricada/proteção.
- Verbalização, comportamento e identidade policial durante ações e reações à paisana.

São incontáveis os casos relacionados com o erro de identidade, principalmente pelo grande contingente de policiais à paisana que decidem abordar pessoas suspeitas de estarem armadas. É um evento dos mais perigosos, pois coloca em risco a vida de todos os policiais envolvidos. Muitas vezes, é um policial uniformizado que aborda alguém cuja identidade (policial) ainda não foi revelada. São casos de policiais à paisana que reagiram a assaltos e, no instante em que perseguiam os criminosos fugitivos, foram feridos ou mortos por policiais em patrulhamento. Isso demonstra a importância da verbalização, da paciência, do uso da barricada e da distância tanto para o policial à paisana (agente ou vítima da ação) quanto para o policial que veste um uniforme e está trabalhando.

> Às 15h30, um suspeito entrou na recepção do departamento de polícia e apontou uma arma para a recepcionista. Ao pedir socorro, os policiais que estavam no local responderam e dispararam contra o criminoso, que morreu no local. Outros policiais reagiram do lado de fora do departamento e se aproximaram da portaria de entrada. Ao mesmo tempo, um policial à paisana

entrou na recepção por um corredor adjacente com sua arma em punho. Os demais policiais não o reconheceram e dispararam contra ele. A vítima policial (com 30 anos de idade e oito anos de experiência) tinha cortado o cabelo e retirado a barba após concluir uma investigação sob disfarce (infiltrado). (LAPD, 1999).

A vítima policial (de 29 anos de idade e sete anos de experiência) estava trabalhando numa investigação sobre tráfico de drogas. Durante a vigilância, o policial se envolveu em uma perseguição a um veículo roubado. O ladrão abandonou o carro e foi rendido pelo policial à paisana que, com arma em punho, determinou que o suspeito ficasse deitado. Entretanto os policiais que estavam nas viaturas caracterizadas e que também atendiam a ocorrência, não reconheceram o homem à paisana como um policial. O incidente ocorreu às 23h14. (LAPD, 2004).

Por volta das 11h do dia 16 de junho de 2008, um policial federal matou um policial militar à paisana (com 34 anos de idade). O agente teria confundido o policial militar com um assaltante, quando eles estavam num ônibus que saiu de Resende/RJ com destino a Volta Redonda/RJ. O policial federal abordou um homem que, após dirigir-se ao motorista, foi até o fundo do ônibus e sacou uma arma. Acreditando tratar-se de um assalto, o policial federal tentou render o "suspeito", que respondeu a tiros. O policial revidou e acertou o "suspeito". Imediatamente o policial determinou ao motorista que seguisse para o hospital, onde o "suspeito" faleceu. Investigações preliminares determinaram que o PM estava à paisana e iria abordar dois homens que estavam no ônibus em atitude suspeita. Por isso foi confundido com um assaltante pelo policial federal. Segundo o motorista, o PM disse para ele parar o ônibus, porque suspeitava que fosse ocorrer um assalto. (Volta Redonda/RJ, 2008).

Já na madrugada do dia 13 de agosto de 2017, uma discussão envolvendo dois policiais à paisana resultou na morte de um policial civil (com 38 anos de idade). Os policiais viajavam para Cuiabá/MT quando a discussão começou. O policial civil apresentava sinais de embriaguez e estaria incomodando os passageiros do ônibus. Por essa razão, um policial militar (com 30 anos de

idade) decidiu intervir na ocorrência. Os dois discutiram e o militar deu voz de prisão ao policial civil, sem saber que o homem era um colega. Ao perceber que o homem estava armado e tentava sacar a arma, o policial militar efetuou três disparos. Os dois policiais eram lotados na cidade de Naviraí, mas não se conheciam. (Naviraí/MS, 2017).

Outros dados – Disparo acidental, circunstância e resultado

Disparo acidental, circunstância e resultado NYPD Disparo acidental, 2010–2013		
Circunstâncias e resultados	**Total**	**Percentual**
Total de disparos	**1.476**	**100%**
Disparos acidentais durante o manejo da arma	46	3%
Disparos acidentais durante a ocorrência policial	23	2%
Total	**69**	**5%**
Total de policiais feridos	**44**	**100%**
Policiais feridos por disparos acidentais	17	39%
Total de policiais mortos	**1**	**100%**
Policiais mortos por disparos acidentais	0	0%
Total de inocentes feridos	**17**	**100%**
Inocentes feridos por disparos acidentais	2	12%
Total de inocentes mortos	**2**	**100%**
Inocentes mortos por disparos acidentais	1	50%
Total de suspeitos feridos	**68**	**100%**
Suspeitos feridos por disparos acidentais	2	3%
Total de suspeitos mortos	**41**	**100%**
Suspeitos mortos por disparos acidentais	0	0%

Tabela 61 – Disparo acidental, circunstância e resultado (NYPD).

Eram 6h da manhã quando um policial (com 39 anos de idade e 19 de experiência) iniciava seu plantão (turno ou serviço). Ele estava colocando uma

espingarda no suporte, localizado entre os assentos dianteiros da viatura, quando um disparo acidental ocorreu. O tiro acertou a cabeça do policial. (LAPD, 2004).

Às 5h38, outro policial (com 52 anos de idade e 22 anos de serviço) estava em casa se preparando para o trabalho. Quando ele inseriu a pistola no coldre do cinto de guarnição, a arma disparou e o atingiu na lateral da perna. O policial morreu no local. (LAPD, 2004).

Um tiro acidental atingiu a cabeça de um policial (com 46 anos de idade e 10 de anos de experiência) quando ele deixou sua pistola cair no chão durante um treinamento de tiro. Ao cair, o cão foi acionado e o disparo ocorreu. Eram 6h50. (LAPD, 2004).

Entre os anos de 2010 e 2013, policiais do NYPD foram responsáveis por 1.476 disparos de arma de fogo. Desse total, 69 tiros foram caracterizados como disparos acidentais (5%). O **DISPARO ACIDENTAL** (tabela 61), também conhecido como **DISPARO NÃO INTENCIONAL** ou **DISPARO NEGLIGENTE**, é um incidente no qual o policial **DISPARA UMA ARMA DE FOGO SEM INTENÇÃO DE FAZÊ-LO,** independentemente da circunstância.

Dos 69 disparos acidentais, 46 ocorreram durante o manejo da arma (67%) e 23 durante o atendimento de ocorrências policiais (33%). O Departamento de Polícia de Nova Iorque (NYPD) mantém caixas de areia em todos os setores em que armas de fogo podem estar presentes. Para incentivar o uso da caixa de areia, nenhum disparo que ocorra nesse dispositivo de segurança é contabilizado como um disparo acidental. Desse modo, todos os 46 disparos não intencionais foram realizados por policiais que não utilizaram a caixa de areia. A maioria desses disparos ocorreu dentro das residências dos policiais, seguidos pelos disparos dentro das unidades policiais.

As razões ou circunstâncias dos 46 disparos acidentais foram as mais variadas:

- A inspeção de segurança foi mal feita ou alguma etapa não foi realizada.

- A pistola estava sem coldre e dentro do bolso da calça do policial.
- Durante a limpeza da arma (o policial pressionou o gatilho para desmontar a Glock, sem antes realizar a inspeção de segurança).
- Durante a tentativa de mover a pistola de um coldre para outro.
- Durante o carregamento da pistola (inserção do cartucho dentro da câmara).
- Durante o descarregamento da pistola (retirada do cartucho de dentro da câmara).
- Durante o manuseio da lanterna acoplada na pistola.
- O policial manuseava a arma durante exame pericial.
- O policial manuseava uma arma desconhecida (diferente de sua pistola de serviço).
- Quando a pistola foi coldreada.
- Quando a pistola foi retirada de dentro de uma mochila (o policial pressionou o gatilho).
- Quando o policial testou a funcionalidade da arma.

Já os motivos para os 23 disparos não intencionais durante ocorrências policiais foram os seguintes:

- A arma disparou enquanto o policial saía da viatura para realizar a prisão de um fugitivo.
- A arma estava na mão do policial durante uma perseguição a pé.
- A mão do policial que empunhava a arma foi atingida por algum objeto (portas, ferramentas).
- Durante colisão da viatura com outro veículo.
- Durante o cumprimento de mandados de busca e apreensão.
- O policial empunhava a pistola enquanto lutava contra o suspeito.
- O policial perdeu o equilíbrio.
- O suspeito agarrou a arma do policial.

Dos 44 policiais feridos por disparos de armas de fogo, 17 casos (39%) ocorreram em razão de disparos acidentais realizados pelos próprios policiais. Já 12% dos inocentes feridos (dois casos) e 50% dos inocentes mortos (um caso) resultaram de disparos não intencionais. Nenhum suspeito foi morto por disparos acidentais, e apenas dois foram feridos (3%).

Disparos acidentais são tão perigosos quanto os tiros intencionais, pois a **TAXA DE ACERTOS** dos disparos acidentais ficou em **32%**, no geral (para policiais, inocentes e suspeitos). Esses disparos são ainda mais perigosos para os próprios policiais, pois a **TAXA DE ACERTOS FOI CALCULADA EM 37%** quando a vítima era o policial. A taxa de acertos para inocentes e suspeitos permaneceu em 22%, a mesma estabelecida na tabela 53 para os tiros intencionais.

LIÇÃO APRENDIDA: percebe-se que as maiores vítimas dos disparos não intencionais são os próprios policiais, as pessoas inocentes próximas e os suspeitos, respectivamente. E a principal razão para os disparos são o desrespeito à principal regra de segurança: **NUNCA INSERIR O DEDO NO GATILHO DA ARMA SE NÃO HOUVER INTENÇÃO DE ATIRAR**. Outros erros comuns são a falta de inspeção de segurança, a arma apontada para um local perigoso (falha de controle do cano) e o uso de coldre de péssima qualidade ou a ausência de um coldre.

É importante que se perceba que os 69 disparos acidentais feriram 17 policiais e dois inocentes. Grosso modo, se o policial negligenciar as regras básicas de segurança existe uma boa chance dele ou alguém conhecido correr risco de morte. E esse alguém pode ser uma pessoa amada!

> Às 2h do dia 02 de setembro de 1981, uma guarnição alcançou um automóvel suspeito após uma perseguição. Quando o veículo parou, o policial que dirigia a viatura precisou frear bruscamente, momento em que outro policial, que estava no lado direito do banco traseiro, efetuou um disparo que acertou a cabeça do oficial que ocupava o banco da frente. A vítima policial (com 22 anos de idade) foi socorrida, mas faleceu no dia seguinte. (PMESP, 2018).

Outros dados – Fogo cruzado e resultado

Fogo cruzado e resultado NYPD Fogo cruzado, 2010–2013		
Fogo cruzado e resultado	**Total**	**Percentual**
Total de policiais feridos	**44**	**100%**
Policiais feridos por fogo cruzado	4	9%
Total de policiais mortos	**1**	**100%**
Policiais mortos por fogo cruzado	0	0%

Tabela 62 – Fogo cruzado e resultado (NYPD).

Quando policiais **DISPARAM INTENCIONALMENTE SUAS ARMAS DE FOGO CONTRA SEUS AGRESSORES E SUAS LINHAS DE TIRO SE CRUZAM** tem-se a definição para **FOGO CRUZADO** (tabela 62). No fogo cruzado, o policial que dispara a arma de fogo não possui a intenção de atirar contra o policial que é atingido.

Dos 154 confrontos armados, somente quatro incluíram o fogo cruzado (3%). Apesar desse baixo índice, os quatro incidentes com fogo cruzado resultaram no ferimento de quatro policiais (100%), ou seja, um ferido por incidente. Isso significa que o fogo cruzado **SEMPRE** envolve casos de ferimento ou morte.

Dos 44 policiais feridos entre 2010 e 2013, quatro resultaram do fogo cruzado durante ocorrências policiais (9%). Nenhum policial foi morto em razão do fogo cruzado.

Considerando a dinâmica dos confrontos armados, é possível imaginar que o fogo cruzado se deu em razão do mau posicionamento dos policiais durante o tiroteio. Em algum momento do confronto, o policial atingido entrou na linha de tiro do colega (entre este e o agressor ou por detrás do agressor). A visão em túnel, resultante do estresse, e a movimentação dos envolvidos podem ter feito o policial atirador engajar a vítima sem querer. Por causa do grande número de disparos não visados, é possível, também, que o atirador tenha errado o alvo e atingido o outro policial.

O Agente de Polícia Civil do Amazonas E.C.W. (45 anos) foi baleado e morto durante uma operação policial que visava prender uma quadrilha especializada no crime conhecido como "saidinha de banco", no dia 21 de outubro de 2013.

Após abordar parte da quadrilha, a equipe policial se dirigiu até um estabelecimento comercial, quando foi surpreendida por outros dois criminosos que fugiam numa motocicleta. Os fugitivos saíram do estacionamento da empresa em direção à rodovia, mas antes que a alcançassem houve uma troca de tiros. Como os policiais estavam posicionados em lados opostos da via que saía da empresa, o policial E.C.W. foi atingido no fogo cruzado por um projétil .40. Ele estava sem o colete balístico.

A polícia investigou o caso e confirmou que o policial foi morto por "fogo amigo". Imagens da operação policial foram realizadas ao vivo pela TV A Crítica. Nelas é possível ouvir o gemido do policial atingido e alguém gritar: "Para! Para! Fogo cruzado, porra!" (Manaus/AM, 2013).

Por volta das 22h, a vítima policial (com 35 anos de idade e 13 anos de experiência) atendia uma ocorrência envolvendo um homem armado. Quando as demais viaturas chegaram, o suspeito disparou contra o primeiro policial. Ao se mover para evitar o tiro do suspeito, esse policial entrou na linha de tiro dos policiais que haviam acabado de chegar. (LAPD, 2004).

LIÇÃO APRENDIDA: é vital que o policial sabia se situar (ter noção espacial) durante um tiroteio, bem como "enxergar" além da figura do agressor. Ao fazer isso, o policial evita entrar na linha de tiro de um colega e também diminui a chance de atingir um inocente. Após um disparo, o projétil só irá parar depois de atingir alguém ou alguma coisa.

Novamente, o trabalho em equipe coordenado, a boa **COMUNICAÇÃO**, o comportamento profissional e a paciência para avaliar o ambiente e a ocorrência podem evitar não só o sucesso do agressor, mas a morte por fogo amigo.

Outros dados – Falha do equipamento antes e durante o confronto armado

Falha do equipamento antes e durante o confronto armado NYPD Falha do equipamento, 2010–2013		
Falha	**Total**	**Percentual**
Total de policiais envolvidos em confrontos	**229**	**100%**
Policiais cujas armas de fogo apresentaram panes	5	2%
Armas menos letais falharam (suspeitos com facas)	6	3%

Tabela 63 – Falha do equipamento antes e durante o confronto armado (NYPD).

Dos 229 policiais que dispararam suas armas em confrontos armados contra agressores, cinco deles (2%) apresentaram problemas com o armamento (tabela 63). O Departamento de Polícia de Nova Iorque acautela pistolas Glock 19 (austríaca), Sig Sauer P226 (suíça) e Smith & Wesson 5946 (americana) para uso em serviço. Além disso, o NYPD também autoriza o porte, fora do serviço, das seguintes armas: Glock 26, Smith & Wesson 3914 e Beretta 8000D Mini Cougar (italiana), além do revólver .38.

A capacidade de o departamento determinar a marca e o modelo das armas curtas empregadas por seus policiais, independente da nacionalidade do equipamento ou de qualquer política de protecionismo de mercado, permite a aquisição de instrumentos de qualidade comprovada. Isso explica o baixo índice de panes no período de quatro anos (2010 a 2013): 5 casos (2%). No Brasil, o nome que se dá para qualquer tipo de mau funcionamento da arma é **PANE**. Essas panes podem ser causadas por falhas do policial, da arma e da munição.

No caso do NYPD, todos os casos relacionados foram provocados por falha humana:

- Uma pane (de tipo não informado) ocorrida após o primeiro disparo. O policial sanou a pane e disparou contra o agressor.
- Uma pane de **NEGA** após o primeiro disparo, resultante de carregador mal inserido. O primeiro disparo foi suficiente para atingir e neutralizar o agressor.

- Uma pane de **NEGA** causada por falha na alimentação/carregamento (a arma não estava pronta para o emprego. Também conhecida como **PANE SECA**).
- Duas panes de tipos não informados.

Nenhum policial foi morto, ferido ou impedido de atirar em razão dessas panes. Como as armas funcionaram após a solução do problema, ficou evidenciada a falha humana também nos tipos de panes não informadas. Por outro lado, a capacidade de o policial dar continuidade à reação após sanar a pane demonstra um nível de treinamento suficiente para o manuseio de armas de fogo, inclusive sob estresse.

Cinco incidentes foram precedidos pelo uso de seis armas menos letais que falharam (agressores armados com instrumentos cortantes). No primeiro caso, os policiais tentaram usar spray de pimenta (OC) e o Dispositivo Eletrônico de Controle (DEC/Taser®), mas sem sucesso. A falha desses dispositivos forçou um dos policiais a recorrer à sua arma de fogo. Em outros três incidentes, os policiais tiveram que usar a força letal após as falhas dos sprays de pimenta. No quinto caso, houve falha do DEC/Taser®. Nenhum policial foi ferido ou morto por causa das falhas apresentadas pelas armas menos letais.

Bope admite falha em tiro de taser durante sequestro no DF

> Pelo menos uma falha deixou entregue à sorte a vida da analista judiciária J.S.A., sequestrada e posta na mira de uma faca por cerca de 40 minutos. Dono de extensa ficha criminal, R. invade a rampa do Palácio do Buriti com um Gol. Armado com duas facas, danifica uma das janelas. Tudo sob o olhar dos seguranças da sede do Governo do Distrito Federal (GDF), todos PMs, que não intervêm na situação.
>
> Em seguida, o acusado corre livremente pelo gramado até encontrar a vítima em uma parada de ônibus e a fazer refém. Quando não havia mais espaço para erros, o policial militar do Batalhão de Operações Especiais (Bope) responsável por atirar com uma taser contra o criminoso tem a visão impedida por um carro e pela posição em diagonal à dupla. O militar, então, erra o

disparo. Acuado, R. se desespera e fica livre, por oito segundos, para matar a jovem. Dois tiros de bala de borracha, no entanto, derrubam o criminoso.

O comandante do Bope, tenente-coronel M.L., admitiu ao Correio que o posicionamento do policial atrapalhou o disparo com a arma de choque. Além disso, R. nem mesmo recebeu a descarga elétrica, pois apenas um dos dardos da taser o atingiu – é preciso que os dois acertem o alvo para que haja a corrente. Mesmo assim, para o oficial, o risco esteve presente a todo instante, desde o momento em que R. rendeu a vítima. "O risco de morte não aumentou", argumentou.

Para o consultor em segurança pública G.F.D.s, o uso do taser não foi efetivo e só não causou mais risco à vítima porque existiu uma ação de sucesso subsequente. "O não funcionamento da taser é questionável na ação do Bope. Mas a falha foi, em seguida, coberta com o disparo da bala de borracha", observou.

Na avaliação do promotor militar N.T., "a ação do taser e da bala de borracha foram suficientes para conter a ameaça. Agora, é aguardar a análise da perícia e estudar o caso para o aprimoramento da ação". (CORREIO, 2014).

Às 5h45 do dia 3 de outubro de 2010, dez policiais uniformizados do NYPD atenderam a uma ocorrência envolvendo uma pessoa emocionalmente perturbada. O homem havia ligado para a polícia e dito que estava pronto para matar alguns policiais. Assim que chegaram ao local, os policiais perceberam que o suspeito empunhava uma faca. Por essa razão, eles utilizaram os carros estacionados como barricada, cercaram o suspeito e ordenaram que ele largasse a faca. Porém, o suspeito ignorou os comandos, fez novas ameaças e agiu de modo agressivo. Um sargento empregou um Dispositivo Eletrônico de Controle (DEC/Taser®), mas sem sucesso, já que **O SUSPEITO FOI CAPAZ DE RETIRAR OS DARDOS DO CORPO**. Nesse instante, o suspeito começou a caminhar, e o sargento instruiu os demais policiais que se movessem juntamente com o suspeito para manter uma distância segura. Contudo dois policiais, que caminhavam de costas, esbarraram nos carros estacionados. Quando isso ocorreu, o suspeito mudou de direção e correu com a faca para atacar os dois policiais. Sem uma rota de fuga disponível, os policiais dispararam suas armas de fogo, sendo cinco disparos do primeiro policial e quatro do

> segundo. O agressor foi atingido e morreu no local. Ele possuía diversos crimes em seus assentamentos criminais. (NYPD, 2010).
>
> Durante uma abordagem veicular na noite de 21 de setembro de 2012, um dos quatro ocupantes do carro abordado fugiu a pé. Mas uma luta violenta começou quando ele foi alcançado por um sargento e outros dois policiais. Para obter o controle do agressor, os policiais utilizaram tonfas e sprays de pimenta, sem sucesso. Mesmo caído de frente para o chão, o suspeito colocou a mão sob o corpo, sacou e apontou uma pistola 9 mm para os policiais. O sargento fez um disparo que atingiu o agressor na cabeça. O delinquente tinha longo histórico criminal. (NYPD, 2012).

Infelizmente, os dados sobre falhas nos armamentos menos letais não informam a quantidade total de armas desse tipo empregada durante ações policiais. A falha desses equipamentos só foi contabilizada quando houve algum disparo de arma de fogo subsequente ao evento. A tabela 63 deveria informar quantos policiais envolvidos em confrontos conseguiram utilizar armas menos letais para, então, declarar a quantidade de falhas. Provavelmente, a maioria dos policiais (229) não conseguiu utilizar as tecnologias menos letais, nem mesmo nos ataques com facas. Além do mais, a tabela não informa a razão da falha do instrumento menos letal (mas o autor supõe falha humana).

A posse de instrumentos menos letais não garante a segurança completa dos envolvidos num evento crítico. As armas menos letais mais baratas e mais simples de serem usadas são a tonfa (ou o bastão retrátil) e o spray de pimenta. Contudo essas armas exigem que o policial se aproxime do suspeito a ponto da posição do policial se tornar altamente arriscada, principalmente se o suspeito estiver armado com uma faca (outra arma letal por natureza, sobretudo a curta distância).

E para que se entenda como é arriscado utilizar instrumentos menos letais e incorretos em situações extremamente perigosas, é importante analisar o vídeo de uma ação policial supostamente ocorrida na Nicarágua, que corrobora a noção de que armas menos letais não são a solução milagrosa para todos os conflitos, principalmente a curta distância. No link

http://www.youtube.com/watch?v=_sQCIJXBM6s, o policial morre com um fuzil AK-47 debaixo do braço esquerdo e uma tonfa na mão direita ao confrontar o agressor armado apenas com uma faca.

Por outro lado, a falha no uso do instrumento menos letal não diminui sua importância na salvaguarda do policial, já que o uso do equipamento pode desescalar o nível de violência demonstrado pelo suspeito e pelas pessoas que o circundam (pais, cônjuges, amigos). Por exemplo, o uso eficaz de um DEC/Taser® pode impedir que o suspeito ou um de seus conhecidos se aproxime do policial e tente arrebatar sua arma de fogo.

Certamente, se as tecnologias menos letais estivessem disponíveis e fossem empregadas, a ocorrência em Itacaiú/GO, que vitimou o sargento da Polícia Militar do Estado de Goiás (com 45 anos de idade) em 8 de julho de 2016, teria um desfecho diferente, pois os policiais poderiam disparar o DEC contra o abordado e seus familiares, facilitando a algemação e o controle da situação.

Outros dados – Equipamentos menos letais versus agressores mortos

Equipamentos menos letal versus agressores mortos FE

Mortos por equipamentos menos letais nos Estados Unidos, 2010–2015

Ano	Taser	Tonfa/bastão/força física	Spray de pimenta/agentes químicos
2010	70	8	2
2011	61	11	0
2012	54	11	0
2013	47	10	0
2014	43	9	1
2015	63	19	0
Total	**338**	**68**	**3**

Tabela 63.1 - Equipamentos menos letais versus agressores mortos (Fatal Encounters.org).

Outros dados – Comportamento do suspeito durante o confronto armado

Comportamento do suspeito durante o confronto armado NYPD Comportamento do suspeito durante o confronto armado, 2010–2013		
Comportamento	**Total**	**Percentual**
Quantidade total de suspeitos envolvidos em confrontos	**154**	**100%**
Agredindo com arma de fogo	98	64%
Agredindo com instrumento cortante	24	16%
Agredindo com instrumento contundente	13	8%
Fazendo menção de sacar uma arma de fogo	12	8%
Agredindo com supremacia da força física	7	4%

Tabela 64 – Comportamento do suspeito durante o confronto armado (NYPD).

Como já foi visto nos dados disponibilizados pelo FBI, os agressores que se envolveram em incidentes, nos quais houve reação policial (tabela 64), utilizaram uma variedade de armamentos em seus ataques. Na maioria das vezes, o instrumento preferido foi a arma de fogo (64%), seguido pela faca (16%) e pelo objeto contundente (8%). A força bruta foi utilizada em sete casos (4%).

A norma exige que o policial só dispare sua arma com o propósito de defender sua vida ou a vida de inocentes contra a iminência ou atualidade de um ataque injusto capaz de provocar sério dano físico ou a morte. Entretanto, com exceção das armas de fogo e das facas, os policiais também perceberam a necessidade de uma reação letal para defender a própria vida mesmo nos casos **APARENTEMENTE** menos danosos, como num ataque com instrumento contundente, numa simples menção de saque de uma arma e numa briga (21%).

A aparência menos letal de tais situações é um engano que apenas aqueles que nunca vivenciaram uma situação real podem se dar ao luxo de ter. A percepção de grave ameaça à vida deve ser sempre uma avaliação de quem está sob a agressão injusta, pois se as possibilidades de fuga não existirem, deve-se dar ao policial a chance de sobreviver utilizando o meio que está disponível no momento da ocorrência. Não se pode exigir que um policial se deixe sucumbir até a morte diante de um ataque (com porrete ou com mãos e pés) apenas porque o agressor não possui

uma arma propriamente dita. Além disso, se o policial se entregar, perder as forças ou for subjugado, o agressor pode tomar a arma e executá-lo.

Outra curiosidade da tabela 64 é que ela informa que em 12 casos (8%) os policiais dispararam suas armas após o suspeito fazer menção de sacar uma arma de fogo. Considerando que a **AÇÃO EFICAZ É SEMPRE MAIS RÁPIDA QUE A REAÇÃO**, se o policial esperar para ver e ter certeza da presença de uma arma de fogo antes que ele possa abrir fogo, então ele será atingido pelo agressor. E isso é o que será visto no Fator Tempo.

O estudo não informa se as armas menos letais foram utilizadas em todos os 24 casos de suspeitos com instrumentos cortantes. A tabela 63 diz que seis desses dispositivos falharam nas ocorrências com facas. Se for considerado que o DEC foi utilizado em todos os 24 ataques com facas, as seis falhas do equipamento passam a representar 25% de ineficácia, o que força a escalada para o uso da arma de fogo. Por outro lado, o DEC pode ter preservado a vida do agressor e garantido a paz do policial em 75% dos casos.

Isso significa que os instrumentos menos letais devem ser integrados ao equipamento de uso diário de qualquer policial, seja ele civil, federal ou militar. Mas significa também que eles não são substitutos incontestes para **TODAS** as ocorrências.

LIÇÃO APRENDIDA: o instrumento mais eficaz contra qualquer tipo de agressão letal ainda é a arma de fogo. Os mecanismos menos letais podem ajudar o policial contra a maioria dos casos com ataque com facas, porretes e força bruta. Contudo ainda persiste uma margem para a falha desses equipamentos, muito provavelmente causada por erro humano ou incapacidade do próprio instrumento ser eficaz contra o agressor resistente ou com uma mentalidade combativa.

Outros dados – Resultado do confronto armado

Resultado do confronto armado NYPD Resultado do confronto armado, 2010–2013		
Resultado	**Total**	**Percentual**
Quantidade total de policiais envolvidos em confrontos	**229**	**100%**
Ileso	201	88%
Atingido e ferido	23	10%
Atingido e ferido por fogo cruzado	4	2%
Atingido e morto	1	0%
Quantidade total de inocentes atingidos durante os confrontos	**16**	**100%**
Atingido e ferido	15	94%
Atingido e morto	1	6%
Quantidade total de suspeitos envolvidos em confrontos	**154**	**100%**
Atingido e ferido	66	43%
Ileso	47	31%
Atingido e morto	41	27%

Tabela 65 – Resultado do confronto armado (NYPD).

A tabela 58 demonstrou que os policiais de Nova Iorque realizaram 1.476 disparos de arma de fogo entre os anos de 2010 e 2013. Destes, 1.040 foram realizados durante confrontos com criminosos (70%).

Assim, uma análise da tabela 65 pode sugerir que a taxa de acertos (de pelo menos um tiro) dos policiais foi de apenas 10%, considerando apenas os suspeitos atingidos (107 casos) e a quantidade de 1.040 disparos. Portanto bem abaixo da média de 22% de taxa de acertos que ficou demonstrada na tabela 53. Porém, a taxa de acertos de 10% não é verdadeira já que a informação se refere à quantidade de suspeitos atingidos e não à quantidade de projéteis que acertaram os alvos. É por isso que, à primeira vista, houve um declínio tão acentuado na taxa de acertos do NYPD.

Os relatórios sobre disparos de armas de fogo do NYPD recentes não consideram mais as taxas de acertos, em parte porque muitas vezes não se sabe o

resultado de um disparo quando o suspeito consegue fugir, por exemplo. E também por causa da grande variedade de circunstâncias entre os incidentes. Por isso, o NYPD instituiu a **TAXA DE CONCLUSÃO DE OBJETIVO POR INCIDENTE**, que o departamento considera mais preciso e instrutivo. Essa taxa se baseia numa comparação com o objetivo de um combate, ou seja, **VENCER OU PERDER**. Assim, quando um policial dispara sua arma ao perceber uma ameaça suficientemente grave, a análise mais importante é saber se ele interrompeu a ameaça. E isso deve ser avaliado independentemente da quantidade de disparos realizados contra o agressor.

Portanto a taxa de conclusão de objetivo por incidente foi de 69%, considerando apenas os suspeitos atingidos (107 casos) e a quantidade de 154 confrontos armados. Ainda sobre essa taxa de conclusão, pode-se estabelecer outra: a **TAXA DE CONCLUSÃO DE OBJETIVO POR POLICIAL**. Avaliando os agressores atingidos e a quantidade de policiais disparando, essa taxa seria de 47%.

O resultado dos confrontos foi favorável para 88% dos policiais que dispararam contra criminosos. Mas 10% dos policiais foram atingidos e feridos. Já para os agressores, o resultado foi bastante ruim: 27% morreram, 43% foram feridos e 31% saíram ilesos. Nos 154 tiroteios, 16 cidadãos foram atingidos, indicando incidentes com inocentes em 10% das ocorrências. O bom resultado nos confrontos para os policiais pode ter vários motivos: superioridade numérica, iniciativa na ação (uso da força ao primeiro sinal de perigo real ou iminente), uso do colete balístico, melhor treinamento, equipamento de qualidade, apoio da instituição e da comunidade, etc.

LIÇÃO APRENDIDA: toda vez que o policial dispara sua arma de fogo corre-se o risco de ferir ou matar os agressores, pessoas inocentes ou mesmo policiais. Mas como ferramenta de trabalho e autodefesa, não existe um meio menos letal para o uso das armas de fogo e, se a circunstância exigir, ela deve ser utilizada para incapacitar imediatamente os agressores.

O que se aconselha é a redução das chances de se atingir inocentes e policiais (nos erros de identidade, fogo cruzado e disparos acidentais). Para isso, é imperativo que o policial seja capaz de se situar, não só no exato local do confronto, mas além dele. Ele também precisa evitar a tendência de disparar a esmo (ou no rumo da

ameaça). Um disparo que erra o alvo pode acertar um inocente. Então deve-se avaliar a necessidade de atirar num suspeito que está fugindo ou fora do alcance da arma utilizada.

Outros dados – Policiais mortos no cumprimento do dever nos Estados Unidos desde 1791

Policiais mortos no cumprimento do dever nos Estados Unidos

Motivo da morte no cumprimento do dever, 1791–2015

Motivo da morte	Total	Percentual
Quantidade total de policiais mortos de 1791 até 2015	**22.250**	**100%**
Confronto armado	11.878	53%
Acidente com viatura	2.318	10%
Acidente com viatura (motocicleta)	1.124	5%
Ataque cardíaco	951	4%
Agressão com veículo (suspeito abalroou a viatura)	872	4%
Atropelamento por veículo	823	4%
Agressão física	602	3%
Disparo acidental de arma de fogo	573	3%
Agressão com instrumento pérfuro-cortante	445	2%
Acidente aéreo	378	2%
Afogamento	248	1%
Atropelamento por locomotiva (trem)	242	1%
Queda	182	1%
Doenças relacionadas com o trabalho	158	1%
Doenças relacionadas com o 11 de setembro de 2001	90	0.4%
Ataque terrorista	84	0.4%
Eletrocussão	81	0.4%
Acidental	76	0.3%
Relacionados com animais (ataques e outros)	74	0.3%
Atropelamento por bonde (bondinho)	63	0.3%
Incêndio	61	0.3%
Explosão	57	0.3%
Bomba	51	0.2%

Exposição a toxinas	40	0.2%
Desastres naturais/condições climáticas	30	0.1%
Desabamento (colapso estrutural)	24	0.1%
Acidente em treinamento	22	0.1%
Acidente com locomotiva (trem)	21	0.1%
Exposição ao frio/gelo (hipotermia, choque)	14	0.1%
Exposição ao calor (insolação)	14	0.1%
Acidente com viatura (bicicleta)	13	0.1%
Acidente marítimo (embarcação)	12	0.1%
Motivo não identificado	7	0.03%
Envenenamento	2	0.01%

Tabela 66 – Policiais mortos no cumprimento do dever nos Estados Unidos desde 1791 (ODMP).

A página (site) The Officer Down Memorial Page (ODMP) é mantida pela organização não governamental de mesmo nome, que se dedica a reunir informações sobre **TODOS OS POLICIAIS MORTOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER** nos Estados Unidos. Seus dados abrangem as histórias dos incidentes ocorridos com policiais desde 1791 e possuem o propósito de lembrar e honrar cada vítima policial por sua cota de coragem e sacrifício em nome da justiça.

Todas as mortes ocorreram durante o cumprimento do dever e demonstram a variedade impressionante dessas circunstâncias. Assim, das 22.250 mortes (tabela 66), 53% ocorreram durante confrontos armados e 15% em acidentes com viaturas. A terceira causa de mortes de policiais, com 951 casos (4%), foi o ataque cardíaco **DURANTE** a ocorrência policial. Já as causas inusitadas, aquelas não imaginadas para o universo policial, abrangeram afogamentos, quedas, choques elétricos, intoxicações, ataques e quedas de animais (cavalos), incêndios, explosões, desabamentos, exposições climáticas, acidentes aéreos e marítimos, e envenenamentos. Isso significa que além das possibilidades de acidentes fatais que vitimam cidadãos civis, e até mesmo bombeiros, os policiais ainda contam com real chance de serem mortos **INTENCIONALMENTE** por disparos de armas de fogo.

Às 14h, um policial (com 47 anos de idade e 11 anos de experiência), que prestava serviço numa embarcação policial com outro colega, socorreu três

banhistas que estavam em águas agitadas. A vítima policial e os guarda-vidas completaram o resgate com sucesso. Mas por razões desconhecidas, o policial desapareceu no mar e se afogou. (LAPD, 1999).

Outro policial da SWAT (com 33 anos de idade e 12 anos de experiência) foi morto durante uma entrada tática para cumprir um mandado de prisão contra um adolescente procurado por tentativa de homicídio. Quando a equipe entrou no apartamento, por volta das 16h30, o agressor disparou contra os policiais e acertou dois tiros num deles. Os outros membros da equipe revidaram e mataram o atirador. (LAPD, 1999).

A vítima policial (com 31 anos de idade e seis de experiência) pilotava uma motocicleta (viatura) quando um motorista alcoolizado realizou uma conversão proibida e entrou na frente da viatura policial. Incapaz de evitar a colisão, o policial foi lançado a 45 metros de distância. O acidente ocorreu às 14h15. (LAPD, 2004).

Outra vítima policial (com 26 anos de idade e cinco anos de experiência) respondeu a um pedido de apoio policial às 2h30. Entretanto ele não conseguiu concluir uma curva realizada em alta velocidade, derrapou a viatura e atingiu um poste. O policial não usava o cinto de segurança. (LAPD, 2004).

Outros dados – Policiais mortos no cumprimento do dever nos Estados Unidos desde 1791 (por categoria)

Policiais mortos no cumprimento do dever nos Estados Unidos

Motivo da morte no cumprimento do dever, 1791–2015

Motivo da morte (por categoria)	Total	Percentual
Quantidade total de policiais mortos de 1791 até 2015	**22.250**	**100%**
Armas de fogo	**12.451**	**56%**
Confronto armado	11.878	

Disparo acidental de arma de fogo	573	
Viatura/trânsito/outros meios de transporte	**5.866**	**26%**
Acidente com viatura	2.318	
Acidente com viatura (motocicleta)	1.124	
Agressão com veículo (suspeito abalroou a viatura)	872	
Atropelamento por veículo	823	
Acidente aéreo	378	
Atropelamento por locomotiva (trem)	242	
Atropelamento por bonde (bondinho)	63	
Acidente com locomotiva (trem)	21	
Acidente com viatura (bicicleta)	13	
Acidente marítimo (embarcação)	12	
Saúde	**1.227**	**6%**
Ataque cardíaco	951	
Doenças relacionadas com o trabalho	158	
Doenças relacionadas com o 11 de setembro de 2001	90	
Exposição ao calor (insolação)	14	
Exposição ao frio/gelo (hipotermia, choque)	14	
Agressão física	**1.047**	**5%**
Agressão física	602	
Agressão com instrumento pérfuro-cortante	445	
Acidentes em geral	**897**	**4%**
Afogamento	248	
Queda	182	
Eletrocussão	81	
Acidental	76	
Relacionados com animais (ataques e outros)	74	
Incêndio	61	
Explosão	57	
Exposição a toxinas	40	
Desastres naturais/condições climáticas	30	
Desabamento (colapso estrutural)	24	

Acidente em treinamento	22	
Envenenamento	2	
Atentados	**135**	**1%**
Ataque terrorista	84	
Bomba	51	
Motivo não identificado	**7**	**0.3%**

Tabela 67 – Policiais mortos no cumprimento do dever nos Estados Unidos por categoria (ODMP).

Os dados da tabela 67 foram relacionados e divididos em seis categorias. São elas:

- Armas de fogo.
- Viatura/trânsito/outros meios de transporte.
- Saúde.
- Agressão física.
- Acidentes em geral.
- Atentados.

Novamente, mais da metade das mortes de policiais nos Estados Unidos teve relação com disparos acidentais de armas de fogo e confrontos armados com criminosos. A segunda causa foram os acidentes com viaturas, as agressões com veículos e outras questões de trânsito. Depois vieram os problemas de saúde, as agressões físicas, outros acidentes e os atentados.

Considerando que todos os disparos acidentais de armas de fogo são o resultado do desrespeito às normas de segurança, pode-se concluir que quase 5% das mortes de policiais por armas de fogo poderiam ter sido evitadas (573 casos). O mesmo se aplica às ocorrências de trânsito em que 59% dos acidentes (3.455 casos) envolveram viaturas oficiais conduzidas por policiais. É possível que as mortes por ataques cardíacos também possam se enquadrar nos casos evitáveis já que o mal súbito em pessoas fisicamente bem preparadas e que realizam acompanhamento

médico é incomum. Desse modo, tem-se 77% (951 casos) de mortes evitáveis na categoria "saúde".

LIÇÃO APRENDIDA: do total de 22.250 policiais mortos, conclui-se que 4.979 mortes (22%) poderiam ter sido evitadas se os policiais atentassem para as **REGRAS DE SEGURANÇA COM ARMAS DE FOGO**, para as **NORMAS DE TRÂNSITO** (uso do cinto de segurança e controle da velocidade) e para a **IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA** e dos **ACOMPANHAMENTOS MÉDICO E NUTRICIONAL** ao longo da carreira.

> Um policial (com 64 anos de idade e 40 anos de experiência) morreu ao cair de uma escada enquanto realizava a manutenção de uma sala de treinamento. (LAPD, 2004).

> Em 8 de janeiro de 1971, um policial morreu após ser atingido por um tiro quando o revólver de outro policial disparou acidentalmente dentro de um distrito policial em Nova Iorque. A vítima foi atingida no peito e levada para o hospital, onde morreu 11 dias depois. (ODMP, 2016).

> Um policial (com 49 anos de idade e 24 de experiência) morreu em razão de um câncer desenvolvido a partir da exposição aos produtos químicos usados na produção da metanfetamina. O policial supervisionou a unidade de repressão ao tráfico de drogas e, por isso, foi exposto constantemente aos produtos cancerígenos usados no processamento da droga durante as operações policiais contra laboratórios ilegais. (ODMP, 2016).

Outros dados – Risco vivido por policiais do Rio de Janeiro

Policiais do Rio de Janeiro
Risco vivido durante o trabalho policial, 2000–2004

Risco vivido	Polícia Civil	Polícia Militar
Agressão verbal	30%	39%
Queda	11%	25%

Tentativa de homicídio	10%	19%
Agressão física	8%	10%
Perfuração por arma de fogo	4%	7%
Lesões por atropelamento ou acidente com veículo	2%	7%
Acidentes com animais usados no trabalho policial	1%	6%
Explosão com lesões (combustíveis, bujão de gás, fogos)	1%	5%
Contaminação por bactérias ou outros micro-organismos	3%	5%
Queimaduras por fogo ou químicas	0.3%	3%
Perfuração por arma branca	1%	3%
Tentativa de suicídio	0.3%	3%
Assédio ou agressão sexual	3%	3%
Envenenamento, intoxicação por gases ou fumaça	0.4%	2%
Acidente por desmoronamento	0.3%	2%

Tabela 68 – Risco vivido por policiais do Rio de Janeiro (Fundação Oswaldo Cruz).

Em 2007, a Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz, publicou o estudo denominado *Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública*. O estudo demonstrou que os policiais militares vivenciaram mais situações de risco se comparado aos policiais civis. Isso se explica devido ao caráter de polícia de patrulhamento ostensivo (uniformizada) e ao atendimento às ocorrências no calor dos eventos. Em regra, as polícias militares recebem chamados para investigar crimes **EM ANDAMENTO**, o que aumenta o contato entre policiais e criminosos, com consequente risco vivido.

Outros dados – Risco percebido por policiais do Rio de Janeiro

Policiais do Rio de Janeiro

Risco percebido por policiais do Rio de Janeiro, 2000–2004

Risco percebido	Polícia Civil	Polícia Militar
Na atividade policial	**100%**	**100%**
Constante	69%	81%
Eventual	26%	19%
Sem risco	5%	0%

Fora da atividade policial	**100%**	**100%**
Constante	86%	94%
Eventual	14%	6%
Sem risco	0%	0%

Tabela 69 – Risco percebido por policiais do Rio de Janeiro (Fundação Oswaldo Cruz).

O mesmo estudo demonstra, mais uma vez, que os policiais militares possuem uma percepção de risco profissional mais acentuada que os policiais civis. Obviamente, a experiência no atendimento de ocorrências de crimes em andamento fortalece a percepção de que o trabalho policial apresenta risco constante. Essa percepção também se reflete durante os períodos de folga do policial militar.

Já a eventualidade do risco percebido é maior entre os policiais civis, talvez reforçado pelo menor contato com criminosos durante o cometido dos delitos, fazendo parecer que se o trabalho não apresenta risco constante, ao menos, apresenta risco eventual. Além disso, 5% dos policiais civis entrevistados informaram que a atividade policial não apresenta risco. Tal fenômeno não foi identificado entre os policiais militares. Mais uma vez, o trato com a violência no instante da ocorrência fortalece a crença de que não é apenas o trabalho policial que apresenta risco, mas a própria condição de **SER POLICIAL**.

Os dois grupos policiais (PC e PM) se sentem mais vulneráveis durante os períodos de folga, quando estão sozinhos (ou com familiares), sem o apoio imediato de um colega, distraídos, realizando atividades cotidianas, etc.

> Nas conversas de grupo, os policiais operacionais reportaram-se imediatamente a episódios de confronto e violência, e, na Polícia Militar, os praças se apresentam como o grupo que vivencia intensamente o risco cotidiano. Na fala de um gestor operacional: "*Para o soldado, o risco é a rotina*". Entre os civis, os inspetores são os mais vulneráveis. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2007).

Outros dados – Policiais militares do Rio de Janeiro feridos e mortos

Policiais Militares do Rio de Janeiro

Número de policiais feridos e mortos durante o trabalho e fora dele, 2000–2004

Circunstância e razão	Total	Percentual
Feridos	**3.760**	**100%**
Fora da atividade policial	1.951	52%
Durante a atividade policial	1.809	48%
Feridos fora da atividade policial	**1.951**	**100%**
Por ação violenta	986	51%
Por outras razões	965	49%
Feridos durante a atividade policial	**1.809**	**100%**
Por ação violenta	1.054	58%
Por outras razões	755	42%
Mortos	**758**	**100%**
Fora da atividade policial	585	77%
Durante a atividade policial	173	23%
Mortos durante a atividade policial	**173**	**100%**
Por ação violenta	46	26%
Por outras razões	127	74%

Tabela 70 – Policiais Militares do Rio de Janeiro feridos e mortos (Fundação Oswaldo Cruz).

No período de cinco anos (2000 a 2004), a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro perdeu 758 policiais, sendo 585 fora do serviço (77%) e 173 durante o trabalho (23%). Esses números demonstram a importância do tema "sobrevivência policial" não só durante o trabalho, mas também fora dele.

O número de feridos totalizou 3.760, com uma divisão quase equânime entre feridos durante o período de folga (1.951) e no horário de trabalho (1.809). Do total de feridos, 2.040 ocorrências foram por ações violentas, ou seja, 54%. Os mortos por ação violenta durante a atividade policial totalizaram 46 casos (26%). É possível que

esse percentual relativamente baixo se explique pelo emprego do trabalho em equipe, pelo uso de equipamentos de proteção (colete balístico) e pela utilização da supremacia da força, tudo contribuindo para a redução da quantidade de conflitos e de baixas policiais.

Quanto à vitimização de policiais militares e civis, vale transcrever trechos da pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (MINAYO, 2007):

> Merece atenção a vitimização dos agentes de segurança em suas folgas, tanto em acidentes de trânsito como por agressões. No caso dos confrontos, algumas evidências podem ser ressaltadas.
>
> Uma delas se deve ao trabalho extra, também chamado "bico". Elevado percentual de policiais tem um segundo emprego na área de segurança privada, continuando assim a usar o tempo livre com atividades de similar elevado risco. Outro motivo se deve à presença dos policiais, como cidadãos, em cenas de conflitos em bairros, em bares e em transportes quando, por via de sua função, acabam se envolvendo.
>
> Muitos, também, são vítimas de emboscadas de delinquentes, levando uma grande maioria a esconder seus distintivos profissionais. Não deve ser descartado também o fato de que, no ambiente de trabalho das corporações, esses agentes desfrutem de maior proteção grupal e desenvolvam técnicas de cuidados muito mais estruturadas e precisas.
>
> O principal meio usado pelos agressores para matar policiais em serviço (em média 51%) e em folga (cerca de 55%) foi arma de fogo. Acidentes de trânsito responderam por 20,4% das mortes em serviço e 28,1%, em folga. O local das ocorrências corresponde às vias públicas (72,7%); ao bairro (6,3%); à vizinhança (4,6%); à residência (3,5%); ao espaço das próprias instituições policiais (2,8%); aos bares e similares (2,1%); e às instituições comerciais e financeiras (3,3%).
>
> Para o grupo dos policiais militares, ressaltamos os principais fatores de risco de sofrer violências: (a) tempo de serviço – policiais com menos tempo de serviço, com até dez anos sofreram 2,4 mais riscos no trabalho policial do que os mais antigos; (b) deficiências auditivas e nevralgias – policiais com deficiências auditivas (3 vezes mais) e nevralgias (4,1 vezes mais) relataram ter vivenciado mais riscos que os outros, indicando sofrimento físico associado a

sofrimento mental pela vivência de situações de violência; (c) condições de trabalho – exercer outra atividade laboral além da Polícia Militar sem intervalo de descanso também se mostrou associado a vivenciar mais riscos decorrentes do trabalho policial. Os militares que têm outra atividade permanente, sofrem 5 vezes mais riscos de violência; e para os que exercem esporadicamente outra atividade sem descanso, o risco é duas vezes maior do que para os que cumprem apenas função no serviço público.

Os policiais civis de nível médio enfrentaram risco de violência duas vezes maior que os que possuem nível superior. Os que moderadamente aproveitam o tempo de lazer também vivenciam 2,2 mais risco de sofrer violência do que os que passam mais tempo em casa lendo, descansando ou dormindo (lazer domiciliar elevado). Essas informações reforçam a urgência de se criarem mecanismos de proteção dos policiais fora do tempo que passam na corporação.

Três variáveis referentes às condições de trabalho se mostraram importantes para o risco vivido pelos policiais civis: (a) treinamento insuficiente: os que não exercem o trabalho para o qual foram treinados passaram 2,3 vezes mais por situações de violência que os pares exercendo ações para as quais estão habilitados; (b) dupla jornada: entre os que sempre ou muitas vezes exercem outras atividades, sem descanso, fora da corporação, o risco de *vitimização* é 5 vezes maior do que os que não trabalham no "bico"; para os que exercem atividades extras de vez em quando, esse risco cai pela metade, mas ainda é 2,5 vezes maior; (c) estresse intenso: os que sentem estresse intenso no trabalho sofrem mais riscos que os outros: 3,4 vezes maior para os frequentemente estressados.

Arma de fogo foi o instrumento responsável por 48,8% dos casos de vitimização dos policiais civis, seguida por situações envolvendo veículos (25%) e luta corporal (13,5%). A via pública constituiu o local de 63,2% das ocorrências. Contudo, parcela considerável de casos aconteceu em residências (6,8%), nas próprias instituições policiais (6,4%), no bairro (5,6%) e em bares e similares (5,3%). (p. 2.774).

LIÇÃO APRENDIDA: comparando a quantidade de policiais mortos nos Estados Unidos no período de 225 anos (22.250 policiais) e a quantidade de policiais

militares do Rio de Janeiro mortos em cinco anos (758), tem-se, em média, 99 policiais mortos por ano nos EUA e 151 assassinatos de policiais só na PMERJ. Ou seja, 53% a mais que em todos os Estados Unidos. E isso deve fazer o policial pensar quantos policiais morrem no Brasil todos os anos.

Em outubro de 2016, dados transmitidos para grupos policiais do aplicativo WhatsApp© mostraram que, de um total de 90.000 homens, 3.087 policiais militares foram assassinados e outros 13.735 ficaram feridos entre os anos de 1994 e 2015 (22 anos) só na PMERJ.

Outros dados – Fórum Brasileiro de Segurança Pública

A *pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública* conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2015), em conjunto com Ministério da Justiça, revela dados importantes sobre a vitimização e a ideia que o próprio policial faz da profissão. O estudo demonstra, dentre outras coisas, o medo vivenciado diariamente pelo policial brasileiro. O trabalho envolveu a participação de 10.323 policiais entrevistados por meio de um formulário eletrônico. O documento informa que:

- 76% dos policiais já foram alvos de ameaças durante o serviço e 53% foram ameaçados fora do serviço.
- 68% possuem temor alto ou muito alto de ser vítima de homicídio em serviço e 69% fora de serviço.
- 66% dos policiais foram discriminados em razão da profissão.
- 62% tiveram algum colega assassinado em serviço (73% no caso dos policiais militares) e 70% tiveram algum colega morto fora de serviço (78% para policiais militares).
- 62% evitam usar o transporte coletivo.
- 60% têm receio alto ou muito alto de adquirir sequelas físicas incapacitantes.
- 60% têm receio alto ou muito alto de adquirir algum distúrbio psicológico.

- 60% citaram que a falta de apoio da sociedade é fator de insegurança no trabalho.
- 55% citaram que a falta de apoio do comando é motivo de insegurança profissional.
- 54% citaram a falta de equipamentos pessoais de proteção como fator de insegurança.
- 52% declararam que têm receio alto ou muito alto de manifestar discordância em relação à opinião de um superior.
- 51% têm receio alto ou muito alto por falta de diretrizes claras sobre como conduzir ações específicas, como abordagem, prisão por drogas, uso da força, etc. (70% para policiais federais).
- 44% escondem a farda ou o distintivo durante o deslocamento para o trabalho ou para a casa.
- 39% limitam o círculo de amizade.
- 35% escondem de conhecidos o fato de que são policiais.
- 16% já foram diagnosticados com algum distúrbio psicológico (109.236 policiais).